

TATHYANA ZIMMERMANN FERNANDES

**O IDEAL DE PAPA PROPOSTO
POR BERNARDO DE CLARAVAL
NO TRATADO *SOBRE A CONSIDERAÇÃO*
(SÉCULO XII)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

**Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima
Regina Fernandes Frighetto**

**CURITIBA
2007**

O IDEAL DE PAPA PROPOSTO POR BERNARDO DE CLARAVAL



NO TRATADO
SOBRE A CONSIDERAÇÃO
(SÉCULO XII)

TATHYANA ZIMMERMANN FERNANDES

**O IDEAL DE PAPA PROPOSTO
POR BERNARDO DE CLARAVAL
NO TRATADO *SOBRE A CONSIDERAÇÃO*
(SÉCULO XII)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima Regina Fernandes Frighetto

**CURITIBA
2007**

Àquele que me ensinou a amar História,
meu pai Nielse

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso da pesquisa, muitos me ajudaram, direta ou indiretamente; no entanto, seria difícil nomear todos aqui. Sou muito grata aos mestres, pesquisadores, estudantes, amigos e colegas que, no decorrer desta caminhada, ajudaram-me das mais variadas maneiras: enviando textos e referências, emprestando livros, ouvindo dúvidas e lamentos. Entretanto, gostaria de agradecer em especial:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, que me auxiliou na concretização desta dissertação.

Ao *Studium Theologicum* pela oportunidade de compartilhar seu acervo bibliográfico.

À professora e orientadora Fátima Regina Fernandes Frighetto pela condução do processo de pesquisa, pelo primor da crítica, mas, principalmente, pela compreensão, paciência e pelos conselhos, e, acima de tudo, por ter sido uma amiga imprescindível.

Ao professor Renan Frighetto pelas observações, críticas esclarecedoras e valiosas sugestões durante meu exame de qualificação, e, também, por estarem sempre dispostos a ajudar, em qualquer momento.

À professora Marcela Lopes Guimarães por, gentilmente, ter participado de meu exame de qualificação e da sessão pública de defesa da minha Dissertação, por suas críticas pertinentes, por suas “provocações”, que me abrirão o caminho para as próximas leituras, pela amizade e disposição em auxiliar sempre.

Ao professor José Antonio C. R. de Souza que gentilmente participou de minha sessão pública de defesa da Dissertação, pelo valor inestimável de suas arguições e pelas sugestões e conselhos.

A Maria Cristina Parzowski por toda a ajuda, por “quebrar vários galhos”, pela paciência relembrando sempre os prazos e procedimentos, pela amizade e carinho.

A Ísis Messias Silva, minha irmã do coração, por estar sempre ao meu lado. Pelas broncas, pelos conselhos, pelo amor e por ser meu “rochedo de Gibraltar”.

A Ana Luiza de Oliveira e Silva, Tereza Cristina de Oliveira e Silva, Ana Emília Staben, Diogo Westley Fieker Pereira, Fabrício Forcato dos Santos, Fabrício "Panzer" Alberto de Oliveira, Andressa Cristina Souza de Andrade e Regimara Cristine Kovalezuck por não me deixarem desistir e por estarem presentes nas horas mais confusas.

Aos casais Antonio Pereira e Sueli W. F. Pereira, Antonio Jaques Silva e Vera Oliveira e Silva, José Gregório da Silva e Geniglei do Rocio Messias da Silva, por todo o carinho e conselhos paternais nos momentos de receio.

A Rodrigo Mourão e a Rosangela Vidal, por terem estado sempre presentes, mesmo estando fisicamente longe.

Ao Dr. Gilmar Leão Lobo, por ter me dado a fórmula mágica de acreditar em mim mesma.

À minha irmã Priscilla Zimmermann Fernandes, que carinhosa e cuidadosamente realizou a tarefa de revisar meu texto.

E, finalmente, mas não menos importante, Clara Teodora Zimmermann, por existir em minha vida.

A todos minha gratidão e carinho eternos.

SUMÁRIO

A. DEDICATÓRIA	ii
B. AGRADECIMENTOS	iii
C. RESUMO	vi
D. ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
1. O OCIDENTE MEDIEVAL NA ÉPOCA DE BERNARDO	8
2. REFORMA DO PAPADO	18
2.1. O MOVIMENTO MONÁSTICO E O SURGIMENTO DA ORDEM DE CLUNY E CISTER.....	44
2.2. PENSADORES DE CISTER	55
2.2.1. Bernardo de Claraval	59
3. ALGUNS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE CONCEITUAL.....	74
4. A OBRA <i>SOBRE A CONSIDERAÇÃO</i> DE BERNARDO DE CLARAVAL .	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
5. REFERÊNCIAS	124
5.1 FONTES	124
5.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
6. ANEXOS	133

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as propostas e diretrizes ideológicas formuladas por Bernardo, abade de Claraval, na sua obra *De Consideratione* (*Sobre a Consideração*). Bernardo estava convencido do trabalho dos monges na manutenção do ideal cristão. Assim sendo, escreveu o tratado *Sobre a Consideração* para seu discípulo, quando esse se tornou Papa, sob o título de Eugênio III. O pontificado de Eugênio III pode ser considerado como o apogeu da reforma cisterciense: um monge cisterciense na cátedra de São Pedro poderia conferir à Cristandade austeridade, rigor e ascetismo religioso buscado por Bernardo, conferindo à Igreja um caráter monástico. Esses ideais tão caros a Bernardo estão presentes na obra aqui referida, em forma de conselhos e admoestações. A obra *Sobre a Consideração* é uma espécie de “espelho de pontífice” e deve ser entendida como uma representação da tradição patrística, presente em Bernardo, e como uma leitura da representação da figura do Papa e do papel do Papado – dentro de um contexto de meados do século XII – e que expressa o que é ser Pontífice em um momento de aplicação de conceitos hierocráticos e da definição de uma teoria teocrática.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Papado Medieval; Ordem Monástica; Ordem de Cister; Bernardo de Claraval; Eugênio III.

ABSTRACT

The present research aims at analysing the proposals and ideological directives formulated by Bernard, abbot of Clairvaux, in his work *De Consideratione*. Bernard was adamant about the work of monks in keeping the Christian ideal, be it concerning politics or religious matters. Thus, he wrote the treatise *De Consideratione* for one of his disciples who had been elected Pope, under the name of Eugene III. Eugene's pontificate can be considered the apex of Cistercian reform: a Cistercian monk in the Chair of St. Peter could confer austerity, rigour and religious ascetism to Christianity as desired by Bernard, giving the Church monastic traits. These ideals which Bernard held dear are present in the treatise, as advice and admonitions. *De Consideratione* is, in a way, a model of what a pontiff should be, and should be understood as a representation of the patristic tradition seen in Bernard's works. It is also as a reading of the representation of the figure of the Pope and of the papacy's role – in the context of the mid-1100s – which expresses what it is to be the Pontiff in a moment of application of hierocratic concepts and of the definition of a theocratic theory.

KEYWORDS: Middle Ages; Medieval Papacy; Monastic Order; Cistercian Order; Bernard of Clairvaux; Eugene III.

INTRODUÇÃO

Todo princípio carece de origem, posto que tudo nasce dele; não pode nascer ele de coisa algum, porque, se de alguma nascesse, não seria princípio; e, se nunca começa, nunca acaba¹.

Ao abordar o estudo da Igreja medieval e, mais ainda, do Papado Medieval, é comum nos depararmos com afirmações cobertas de anacronismo. Muitos afirmam, levianamente, que a Igreja foi a instituição mais poderosa da Idade Média; outros afirmam que o Papado foi o grande diretor das consciências e constituiu uma verdadeira “monarquia absolutista”. Procuramos nos afastar dessas explicações simplistas e nos despir de pré-conceitos, próprios de nossa época, e, assim, guardarmos de conclusões precipitadas.

O contexto histórico, sobre o qual este estudo se debruça, abarca a primeira metade do século XII e recua no tempo até o século X, para melhor entender as conjunturas e os mecanismos que constituíram o momento aqui abordado. Entendemos que as questões verificadas não se encerram no século XII, contudo, a delimitação temporal é necessária para um maior aprofundamento da análise. Nosso recorte, também, leva em consideração o período vivido pelo autor de nossa fonte histórica: Bernardo de Claraval (1090 – 1153). Segundo Pacaut, o ano de 1153 é uma data que marca o fim de um período:

Pour les amateurs de dates, l'année 1153, qui est celle de la mort de saint Bernard, le dernier des grands à avoir été encore imprégné des principes de la réforme grégorienne, marque la fin d'une période. Non qu'il y ait alors une rupture ou ensuite un renouvellement très différent, puisque, au contraire, le mouvement antérieur se poursuit sur son élan, le ralentissement ne se faisant sentir qu'à partir des années 1240 – 1250(...)²

Buscamos verificar o pensamento desse homem a respeito do poder pontifício, adotamos suas propostas para a Santa Sé, mas, no presente trabalho, não nos

¹ CÍCERO. **Da República**. VI: 18. In: OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1988., p. 180.

² PACAUT, Marcel. **La Papauté**: des origines au concile de Trente. Paris: Fayard, 1976., p. 163

adiantamos a buscar se suas propostas foram postas em prática além do ano de sua morte.

Portanto, a proposta deste trabalho está direcionada a analisar as diretrizes ideológicas, tais como: os posicionamentos dignos do cargo pontifício; a manutenção da austeridade monástica, mesmo nos altos escalões da Igreja; a retidão de conduta da Santa Sé e a defesa da *auctoritas*, propostas para a figura do sumo pontífice, sugeridas na obra *De Consideratione (Sobre a Consideração)*, de Bernardo de Claraval, dentro das modificações sofridas pelo Papado e pela sociedade, no século XII, abordando o papel do próprio Bernardo e dos cistercienses para essa sociedade do século XII.

Ao tratar deste tema, é mister nos debruçarmos sobre a conjuntura em que ele se situa e os conceitos envolvidos na compreensão dessa. Para tal, algumas obras foram utilizadas para melhor fundamentar os conceitos referentes à Idade Média propriamente dita, tanto no âmbito do Ocidente Medieval quanto em relação às ordens monásticas. Como as obras de Jacques Le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média*, *A Civilização do Ocidente Medieval* e *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*³, *Idade Média*, *Idade dos Homens*, de Georges Duby⁴, *História das Idéias Políticas*, de Touchard⁵ e *La Espiritualidad del Occidente Medieval*, de André Vauchez⁶.

Quanto às obras referentes ao movimento monástico, à Reforma Gregoriana e à Ordem de Cister, pode-se dividi-las da seguinte maneira: obras sobre História da Igreja; obras sobre a religiosidade especificamente medieval; obras relativas a Cister; e, por fim, obras relacionadas a Bernardo de Claraval. Dentre as obras referentes à História da Igreja, dois manuais foram de suma importância para a pesquisa: a obra de

³ LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.; LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.; e LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

⁴ DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵ TOUCHARD, J. **História das Idéias Políticas**. Lisboa: Europa-América, 1970.

⁶ VAUCHEZ, André. **La espiritualidad del Occidente medieval**. Siglos VIII – XII. Madrid: Cátedra, 1985.

Boulenger, *Historia de la Iglesia*⁷ e a obra *Nova História da Igreja*, de Knowles e Obolensky⁸. Das obras sobre a Igreja Medieval, destaca-se o livro de Barraclough, *Os Papas na Idade Média*⁹, volumes VIII, X e XIV, da coleção *Historia de la Iglesia*, organizada por Fliche e Martin¹⁰; e as obras de Marcel Pacaut, *Les Ordres Monastiques et Religieux au Moyen Age* e *La Papauté, des Origines au Concile de Trente*¹¹, as quais foram de grande ajuda para o entendimento da Reforma Gregoriana e do movimento monástico como um instrumento do poder papal.

As obras referentes à Ordem de Cister foram indispensáveis para o entendimento dessa e de sua preeminência dentro do Ocidente Medieval. De todos os títulos pesquisados, ressaltamos a importância da obra *Los Cistercienses*, de Louis Lekai¹², que forneceu uma boa base sobre os ideais da Ordem e de sua estruturação. Ressaltamos, também, a obra de Jacques Berlioz, *Monges e Religiosos na Idade Média*¹³, que nos mostrou uma visão mais mundana dos atos da Ordem Cisterciense e do próprio Bernardo. Destaca-se também a obra de Guimarães, *Os Cistercienses*¹⁴, que traz documentos cistercienses traduzidos para o português, os quais nos forneceram importantes informações.

Quanto às obras referentes a Bernardo de Claraval, as fontes são essenciais. Escritos do próprio Bernardo, encontrados em três versões: uma versão com as

⁷ BOULENGER, Auguste. **Historia de la Iglesia**. Barcelona: Litúrgica espanhola, 1954.

⁸ KNOWLES, David e OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja – Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁹ BARRACLOUGH, Geoffrey. **Os Papas na Idade Média**. Lisboa: Verbo, 1972.

¹⁰ FLICHE, Agustín. **Reforma Gregoriana y Reconquista**. Volume VIII da coleção *Historia de la Iglesia*, organizada por FLICHE, Agustín; MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.; FLICHE, Agustín; THOUZELLIER, Cristina; AZAIS, Yvonne. **La cristandad romana**. Volume X da coleção *Historia de la Iglesia*, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.; e FOREST, A.; STEENBEGHEN, F. van; GANDILLAC, M. de. **El Pensamiento Medieval**. Volume XIV, da coleção *Historia de la Iglesia*, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

¹¹ PACAUT, M. Opus cit., 1976. e PACAUT, Marcel. **Les ordres Monastiques et Religieux au Moyen Âge**. Paris: Fernand Nathan, s/d.

¹² LEKAI, Louis. **Los Cistercienses**. Barcelona: Helder, 1987.

¹³ BERLIOZ, Jacques. **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

¹⁴ GUIMARÃES, Irineu (trad.) **Os Cistercienses: Documentos Primitivos**. São Paulo: Musa; Rio de Janeiro: Lúmen Christi – Mosteiro de São Bento, 1997.

principais teses, tratados e cartas, publicadas sob o título de *Obras Selectas*¹⁵; e outras duas versões da obra completa de Bernardo, uma publicada em latim¹⁶ e a outra em espanhol¹⁷. As duas versões em espanhol foram localizadas na biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, e a versão original, em latim, foi localizada na biblioteca do *Studium Theologicum*. As duas versões das obras completas foram comparadas entre si, para averiguação de divergências, as quais não foram detectadas. Além das fontes, foram pesquisadas e consultadas obras hagiográficas e historiográficas, das quais ressaltamos as hagiografias de Goyau e de Wiesinger¹⁸ e as obras de Riché, de Merton e de Duby¹⁹, sendo que esta última, no que concerne ao próprio Bernardo, serviu para efeitos de averiguação das informações.

Destacamos, ainda, obras que nos deram uma visão mais aprofundada a respeito das teorias políticas existentes na Idade Média, e também a respeito dos conceitos de *hierocracia* e *teocracia*. Dentre estas, ressaltamos a obra de Walter Ullmann, *Historia del Pensamiento Político en la Edad Media*²⁰, *La Théocratie*, de Marcel Pacaut²¹, as obras do professor José Antônio de Souza, *O Reino e o Sacerdócio* e *O reino de Deus e o Reino dos Homens*²², além dos textos do professor Daniel Valle Ribeiro.

¹⁵ CLARAVAL, S. Bernardo de. **Obras Selectas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1947.

¹⁶ PATROLOGIAE CURSUS COMPLETUS. *Patrologiae Tomus CLXXXII – CLXXXV. S. Bernardus Abbas Clarae-Vallensis. Opera Omnia*. Paris: Excudebatur et Venit Apud J.P. Migne Editorem, 1854. Vol.I – IV. Anotada nesse estudo com a abreviatura – **PL**.

¹⁷ CLARAVAL, S. Bernardo de. **Obras Completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

¹⁸ GOYAU, Georges. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Agir, 1947. e WIESINGER, Dom Aloísio. **São Bernardo, Abade de Claraval e Doutor da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1944. Ambas as hagiografias foram comparadas entre si e com as demais obras referentes ao assunto.

¹⁹ RICÉ, Pierre. **Vida de São Bernardo**. São Paulo: Loyola, 1991.; MERTON, Thomas. **Bernardo de Claraval**. Petrópolis: Vozes, 1958.; e DUBY, Georges. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

²⁰ ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 1983.

²¹ PACAUT, Marcel. **La Théocratie**. L'Église et le Pouvoir au Moyen Âge. Paris: Desclée, 1989.

²² SOUZA, José Antônio C.R. (org.) **O reino e o Sacerdócio**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.; e SOUZA, José Antônio de C.R. de. e BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos Homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João de Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

Para compreendermos o ideal de Bernardo de Claraval e entendermos suas críticas e sugestões com relação ao Papado, torna-se necessário fazer uma contextualização de sua época e dos meios pelos quais o Papado se constituiu como uma instituição centralizadora. Para isso, precisamos recuar no tempo e explicar, ainda que rapidamente, sobre as principais teorias de centralização pontifícia.

A primeira parte de nosso estudo procura dar uma visão geral das transformações que ocorreram na sociedade e culminaram no chamado “renascimento” do século XII. Transformações essas que proporcionaram à sociedade uma vida menos dependente da terra e permitiram que uma faixa da população se dedicasse a outras atividades, como a vida reclusa dos mosteiros, a transmissão dos saberes e as atividades “burocráticas”, ligadas aos reinos e aos domínios eclesiásticos, uma parte da população também passou a se dedicar a atividades relacionadas ao comércio, que voltava a crescer.

Após essa rápida explanação, nosso estudo se debruça sobre nosso objeto específico – o Papado. Partimos para a verificação dos meios pelos quais o Papado assumiu suas prerrogativas centralizadoras. Para melhor compreender as transformações ocorridas na Igreja, os mecanismos que ocasionaram a “reforma” do Papado e as teorias sobre as quais essa reforma se baseou. Inserido nesse contexto de reforma papal estava o movimento monástico, que foi responsável pelo início da reforma eclesiástica e, em grande medida, também pela manutenção do poder pontifício.

Portanto, uma parte importante de nosso estudo está relacionada com o movimento monástico e à Ordem de Cister, da qual Bernardo de Claraval foi membro. Verificamos como a ordem cisterciense se constituiu em uma importante instituição do século XII, abordamos sua ideologia e o pensamento de um de seus principais teóricos. Assim, dedicamos uma parte de nosso estudo a Bernardo de Claraval – autor de nossa fonte e também objeto de nosso estudo.

Estudar a respeito de Bernardo é, para o historiador, ao mesmo tempo uma atividade prazerosa e complexa. É um prazer, pois o abade de Claraval nos deixou uma grande quantidade de escritos, todos liricamente elaborados, onde consta toda a sua moral e todos os seus ideais de homem e monge do século XII. Devido ao seu estilo agradável, harmonioso, lírico e, também, às metáforas empregadas com beleza, Bernardo ganhou da Igreja o título de Doutor Melífluo. Seu amor e devoção à Virgem deu importante impulso para o culto Mariano.

No entanto, estudá-lo também é uma atividade complexa, pois Bernardo é o último dos Padres da Igreja. Além disso, ele é uma figura santificada, constando no rol dos Santos Católicos. Bernardo viveu em uma época em que a postura asceta e as práticas monásticas de mortificação estavam incorporadas ao conceito de santidade²³. Ademais, segundo Le Goff, a partir da Reforma Gregoriana, o trabalho teológico e a prática cultural também passam a ser requisitos para a canonização²⁴. No caso de Bernardo, ele foi canonizado por sua prática teológica – de importância inegável – por sua devoção fiel à Igreja, pela vida de exemplos ascéticos e por ser um venerável abade. As obras a respeito de sua vida são repletas de lendas e misticismo. Muito do que se escreveu a seu respeito tem um caráter confessional. Contudo, é possível separar informações isentas dentro da historiografia, mesmo que essa seja escassa. No presente trabalho, não tratamos da santidade de Bernardo de Claraval, optando por estudá-lo enquanto homem, monge e escritor de seu tempo.

Após termos apresentado Bernardo de Claraval, partimos para a análise de seu tratado *De Consideratione* (Sobre a Consideração). Escrito belíssimo no qual estão presentes as concepções que Bernardo tem a respeito da figura do pontífice. Nessa obra, Bernardo critica severamente algumas práticas papais e sugere um verdadeiro exame de consciência ao pontífice. Essa obra foi escrita ao Papa Eugênio III – ex-

²³ Cf. o conceito de santidade presente em SANTOS, Georgina Silva dos. **Ofício e sangue: o papel da irmandade de São Jorge nas culturas de ofício da Lisboa Moderna**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo em 2002. p. 36. Sobre o conceito de santidade ver também OLIVEIRA E SILVA, Ana Luiza de. **Nova configuração da Inquisição entre Iluminados e Iluministas: Portugal (1680-1750)**. Dissertação de mestrado a ser apresentada à Universidade do Estado de São Paulo em 2008. Original gentilmente cedido pela autora.

²⁴ LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit., p. 456

monge cisterciense e discípulo de Bernardo – a pedido desse mesmo Papa. A partir desse tratado, podemos verificar a atuação do Papado no século XII e abordar a importância da Ordem de Cister, e do próprio Bernardo, para a sociedade dessa época.

1. O OCIDENTE MEDIEVAL NA ÉPOCA DE BERNARDO

El siglo XII se presenta como una época en la que las condiciones de vida adquirieron una peculiar plasticidad. Nuevas formas cexistían junto a las antiguas y ambas, conjuntamente, excedían el estrecho pero variado ámbito de las regiones que caracterizaban a la Edad Media con una impronta propia. Con razón se suele tipificar esta época como multiforme¹.

O intervalo temporal que abarca o período iniciado em meados do século XI e o século XII ocupa um lugar próprio na história do Ocidente Medieval. A singularidade desse momento histórico fica explicitada por uma lista de fatores que permite compreender as mudanças e a posição que o diferencia dos anteriores e dos posteriores. Aqui, parte-se para uma articulação de alguns desses fatores condensados, mais importantes, buscando apresentar uma imagem, mínima que seja, da complexidade desses.

Dentre algumas das mudanças ocorridas durante o período citado, destacam-se os implementos nos domínios agrários, o crescimento demográfico e urbano conjugado com autênticas transformações na produção e circulação de bens, ocorridas tanto nos setores comerciais quanto nas manufaturas, ainda que rudimentares. “O crescimento demográfico despertou de fato exigências tão novas”², que a sociedade foi paulatinamente se modificando. Essas transformações tornaram a vida mais independente da terra a uma faixa populacional em rápido crescimento, a qual passou a se ocupar de outras atividades, como a vida na clausura dos mosteiros, a transmissão dos saberes e as atividades administrativas, tanto eclesiásticas quanto laicas das monarquias feudais.

¹ MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Biblos, 1993., p. 50.

² DUBY, G. Opus cit., 1990., p. 47.

Neste período, tem-se a modificação da realidade social. O crescimento agrícola se acelera, devido às melhorias climáticas ocorridas nos séculos XI e XII e, também, às novas técnicas e ao cultivo de novas regiões, proporcionados, também, pelos mosteiros que se instalavam em terras incultas e pantanosas. Isso acarreta o surgimento de novas aldeias. A produtividade dos campos se traduz em excedentes, que são transferidos para a posse dos senhorios laicos ou eclesiásticos. Essa posse estimula a aquisição de objetos mais finos, produtos vindos de diferentes regiões, ocasionando uma demanda pela diversificação das atividades da massa camponesa, além de estimular um movimento em oposição a isso que se manifestou como um novo fluxo de fuga do mundo.

Com a ramificação das atividades praticadas pelos camponeses surge toda uma “nova gama” de especialidades, joalheiros, pedreiros, vinhateiros, artesãos e negociantes. Ressurgem as trocas comerciais, e, dessa forma, um renascimento urbano. O mercado de troca dá lugar a uma economia monetária, a cunhagem de moedas surge por toda a parte. As peregrinações para o Oriente, e depois as Cruzadas, trazem novos produtos para a Europa Ocidental: “Com o abandono do antigo mercado de trocas, a economia torna-se monetária e fábricas de cunhagem de moedas são espalhadas pelos quatro cantos do continente, aparecendo o cambista, figura preeminente nas novas transações comerciais”³. O mundo torna-se “pequeno”, o Oriente fica mais próximo e, sem que isso se constitua em contradição, suas diferenças se agudizam.

Povoações surgem no cruzamento de estradas e rotas fluviais. Esse “reflorescimento” do comércio fez emergir um novo grupo social que estava à margem do esquema tripartido⁴ – a chamada Ordem Tripartida é “rasurada” e a realidade se

³ MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). **Mudanças e Rumos: O Ocidente Medieval**. Cotia-SP: Íbis, 1997., p.11.

⁴ O esquema tripartido, proposta teórica da Igreja que organizava a sociedade em três estratos ou ordens, as quais eram categorias sociais estáveis, delimitadas, ou seja, cada uma com uma função própria. Os homens da Igreja eram os *oratores*; os homens de armas, nobres cavaleiros, os *bellatores*; e, os servos, camponeses, *laboratores*. Cf. ALDABERÓN DE LAON. “Poème au roi Robert”. In: PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e documentos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000; e Cf. DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

torna algo muito mais complexo. Assim, sociedade deixou de ser, “nominalmente”, composta por clérigos, nobres e camponeses, passando a contar também com uma burguesia – em franca expansão – que passa a cobrar “na ponta do lápis” suas mercadorias.

(...) instrumentos menos ineficazes estimulam a fecundidade da terra; o trigo nasce vigorosamente; plantam-se em toda parte novas vinhas; os celeiros estão mais cheios do que nunca desde a queda de Roma, os caminhos e a circulação dos barcos, mais animados, a circulação da moeda, mais intensa; e as aldeias crescem, outras nascem nos locais em que os viajantes fazem alto, onde se trocam os grãos, o vinho, o gado, a lã e os lingotes de ferro⁵.

Essas modificações se fazem visíveis também no pensamento dos homens deste período. Novos centros de ensino – as escolas urbanas e, posteriormente, as universidades – acabam com o monopólio eclesiástico sobre a difusão do conhecimento⁶. A produção filosófica, dentro e fora dos domínios eclesiásticos se modifica. A abertura do saber a novos domínios é induzida pelas discussões que ocorrem no interior da tradição intelectual e religiosa latina, mas conta, também, com o extraordinário contributo da ciência árabe e do reaparecimento da ciência grega, que irrigam os conteúdos do saber escolar através de novos tratados e de traduções greco-árabes.

O árabe, na verdade, é um intermediário, numa instância inicial. As obras de Aristóteles, de Euclides, de Ptolomeu, de Hipócrates, de Galeno acompanharam no Oriente os cristãos heréticos – monofisitas e nestorianos – e os judeus perseguidos por Bizâncio, e por eles foram legadas às bibliotecas e escolas muçulmanas que as receberam em grande número. E ei-las agora, num périplo de volta[ao longo dos séculos XI e XII], chegando às margens da cristandade ocidental⁷.

A produção intelectual passa a contar com uma rica literatura: o romance cortês; as canções de gesta; a lírica trovadoresca; e, até mesmo, os poemas de sátira e

⁵ DUBY, G. Opus cit., 1982., p.13.

⁶ Segundo Verger, desde a Alta Idade Média existiam escolas eclesiásticas, urbanas e rurais, que funcionavam nas dependências dos mosteiros, catedrais e de certas abadias de cônegos regulares. Contudo, no século XII surgem escolas urbanas, laicas e eclesiásticas, que acabam por dar origem às universidades. “As primeiras universidades aparecem em Bolonha, em Paris, em Montpellier, em Oxford nos primeiros anos do século XIII. Derivadas de escolas preexistentes (mas não necessariamente de escolas catedrais)”. VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru – SP: EDUSC, 1999., p. 81.

⁷ LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995., p. 38.

escárnio. Tudo isso aponta para uma variedade de temas que passa a existir na arte desse período. O *Trivium*⁸ e o *Quadrivium*⁹ continuam a ser ensinados ao lado da filosofia das nascentes universidades.

O dinamismo da vida intelectual faz-se sentir, também, com novas formas de controle e censura, como é bem demonstrado pelas acusações perante concílios e, em alguns casos, com condenações, embora de efeitos muito limitados, por exemplo, contra teólogos, como Pedro Abelardo¹⁰, Gilberto de Poitiers ou Pedro Lombardo. Além dessas transformações, novas relações entre os poderes temporal e espiritual começam a se delinear – Apesar de a Igreja ter sempre sustentado uma posição bem definida relativamente a isso, somente nesse período ela passa a afirmar sua supremacia – Esse posicionamento da Igreja pode ser considerado como um pensamento oficial sempre permeando vários pronunciamentos papais. Contudo, é apenas no século XI que alguns papas se dispõem a enfrentar, direta e concretamente, uma disputa pela sua preeminência frente ao poder temporal. As modificações introduzidas nas formas da vida religiosa, de forma a garantir a sua superioridade moral, também chamadas de “reforma”, teve grande avanço através do movimento monástico¹¹.

As discussões a respeito da supremacia da autoridade eclesiástica amadureceram a teoria do poder pontifical:

⁸ O *Trivium* envolvia o aprendizado da linguagem, da lógica e da retórica e era a base da formação intelectual na Idade Média. Cf. VERGER, J. Opus cit.; e MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *Trivium e Quadrivium*: as Artes Liberais na Idade Média. Cotia – SP: Íbis, 1999; e LE GOFF, J. Opus cit., 1995.

⁹ O *Quadrivium* envolvia o estudo da matemática, das ciências e das artes. Cf. VERGER, J. Opus cit.; LE GOFF, J. Opus cit., 1995.; e MONGELLI, L. M. Opus cit., 1999.

¹⁰ São Bernardo se ocupou pessoalmente da condenação de Pedro Abelardo, que foi levada a efeito no Concílio de Sens, em 1140.

¹¹ Cf. as obras de BARRACLOUGH, G. Opus cit.; DUBY, G. Opus cit., 1980.; DUBY, G. Opus cit., 1989; KNOWLES, D. e OBOLENSKY, D. Opus cit.; FLICHE, A. Opus cit.; PACAUT, M. Opus cit., s/d.; LE BRAS, Gabriel. *La Iglesia Medieval*. Volume XII da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.; LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit.; e, COSTA, Ricardo. Cluny: Jerusalém encarnada. In: *Mirabilia*: Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval. ISSN 1676-5818 <http://www.ricardocosta.com/pub/cluny.htm>., acessado em 25/06/2005 as 17:00.

A Igreja gradualmente elaborou e possuiu um programa de pensamento e de ação acerca das relações entre os poderes espiritual e secular, de que os Papas foram, durante os seus respectivos pontificados, de acordo com as circunstâncias da época, os seus intérpretes¹².

Os ocupantes da cátedra pontifícia passaram a reivindicar o controle da Cristandade, tanto nos assuntos de cunho espiritual quanto nos temporais. Embora tenham se mantido, já em meados do século III – a partir da tese do *Primatus Petri* de São Cipriano¹³ –, apenas no terreno doutrinário e sem aplicação prática.

Segundo Barraclough¹⁴, foi apenas no pontificado de Nicolau I (859 – 867) que se iniciou, ainda de maneira bastante tímida, uma autonomia do poder papal. Entretanto, após a desagregação do Império Carolíngio (887), o Papado fica sem a forte proteção dos francos e mergulha nos problemas políticos que assolavam Roma¹⁵, ficando no meio de disputas das facções romanas. Durante o século X, o Papado permaneceu sob o domínio das aristocracias de Roma, pois, nesse período, a cidade esteve convulsionada por constantes lutas entre facções rivais. Foi um período no qual os Papas perderam bastante de sua influência.

No final do século X, uma onda reformista “salva o Papado” restabelecendo o seu prestígio. Esse movimento iniciado por bispos, chamados reformadores, da Borgonha e da Lorena, foi uma reação espontânea contrária aos altos escalões da Igreja, que estavam seduzidos pelas formas de governo laico. “Foi um movimento devido à piedade de um punhado de nobres, que tomaram a iniciativa de fundar novas casas reformadas, cujos religiosos queriam ser uma censura viva dos monges das velhas fundações”¹⁶. Dentre esses mosteiros observantes, o mais famoso do século XI foi Cluny, fundado em 910, pelo Duque Guilherme da Aquitânia.

¹² SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit., p. 13.

¹³ A partir da teoria de Santo Irineu, que defendia que os bispos eram herdeiros da autoridade dos apóstolos, São Cipriano desenvolve a idéia do *Primatus Petri*, na qual o bispo de Roma seria o principal bispo, por ser herdeiro da autoridade de Pedro, delegada diretamente pelas mãos de Jesus. Cf. RIBEIRO, Daniel Valle. Leão I: A cátedra de Pedro e o Primado de Roma. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit., p. 45-60.

¹⁴ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p.63

¹⁵ Idem., p.73

¹⁶ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p.75

O movimento monástico se emancipa da influência laica e passa a defender cada vez mais a superioridade da autoridade eclesiástica. Apoiado sobre o movimento monástico, o Papado passa então a assumir, não sem obstáculos, suas pretensões em ser o árbitro dos pretendentes ao trono imperial. Inicia-se o processo de articulação que culminaria com a Reforma Gregoriana. Com a intenção de realizar uma reforma em todo o Ocidente, diversos papas se sucedem, condenando a simonia¹⁷, o nicolaitismo¹⁸, a usura¹⁹ e as investiduras laicas – “A função episcopal implicava, de fato, demasiada autoridade no temporal e prometia lucros demais para que os bispos não fossem rapidamente ambicionados pela alta aristocracia laica”²⁰. Dentre esses Papas

¹⁷ A simonia é definida como a compra ou a venda de realidades espirituais. Cf. BOULENGER, A. Opus cit. e KingHost Dicionário de Língua Portuguesa. Verbete *Simonia*, disponível no endereço eletrônico <http://www.kinghost.com.br/dicionario/simonia.html>. Acessado em 10/08/2007 às 04:16. Simonia recebe esse nome devido ao episódio bíblico no qual Simão, o mago, queria comprar o poder espiritual que via em ação nos Apóstolos, assim todo aquele que quer comercializar com as coisas sagradas é chamado de simoníaco. Cf. Ato dos Apóstolos 8:20 “Pedro respondeu: Maldito seja o teu dinheiro e tu também, se julgas poder comprar o dom de Deus com dinheiro!” e Mateus 10:8 “Recebestes de graça, de graça dai!”.

¹⁸ Nicolaitismo é o nome dado à prática de concubinato ou matrimônio por parte dos clérigos, também chamado de clerogamia. No início da Igreja, havia a coexistência de sacerdotes casados com aqueles que abdicavam do casamento. Porém, desde os fins do século IV, a Igreja começou a ver com maus olhos a clerogamia. Isso devido ao preceito da *continência*, o qual era concebido como litúrgico, ou seja, a pureza ritual ou cultural passou a ser uma exigência para a atividade litúrgica e para o sacrifício eucarístico. Desde o final do século V a Igreja passou a celebrar a missa todos os dias, convertendo o preceito da continência em algo permanente. Esse preceito obteve respaldo papal, através de Decretais de Inocêncio I (401 – 417) e de Leão I (440 – 461) e também em vários concílios do século V ao XVI. Cf. TEJADA, Manuel Teruel Gregório de. **Vocabulário Básico de la Historia de la Iglesia**. Barcelona: Crítica, 1993.

¹⁹ A usura é a cobrança de juros sobre valores emprestados. A primeira condenação ética à cobrança de juros aparece no Pentateuco – Êxodos 22: 25: “Se emprestares dinheiro a alguém do meu povo, ao pobre que está contigo, não lhe serás como um credor: não lhe exigirás juros”; Levíticos 25: 36-37: “Não receberás dele juros nem ganho; mas temerás o teu Deus, para que o teu irmão viva contigo. Não lhe emprestarás com juros o teu dinheiro, e não lhe darás os teus víveres por amor ao lucro” e Deuteronômios 23: 19-20: “Não exigirás juro algum de teu irmão, quer se trate de dinheiro, quer de gêneros alimentícios, ou do que quer que seja que se empreste a juros. Poderás exigí-lo do estrangeiro, mas não de teu irmão, para que o Senhor, teu Deus, te abençoe em todas as tuas empresas na terra em que entrarás para possuí-la” – Outra condenação aparece na **Política** de Aristóteles (*Pol.* I, 8-10): “A forma mais odiada [de obter riqueza], e com mais razão, é a usura, que lucra a partir do próprio dinheiro, e não de seu objeto”. Tanto a herança judaica, quanto a ética platônico-aristotélica influenciaram a doutrina cristã no que concerne à condenação da usura. São Basílio (329 – 379) condenou a usura veementemente em suas homilias, no que foi seguido pelos teóricos da Igreja ao longo dos séculos seguintes. Cf. DELARUELLE, E. LABANDE, E. R. e OURLIAC, Paul. **Espiritualidad y política en la Edad Media**. Volume XIII da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d. A usura também é definida na obra de LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁰ DUBY, G. Opus cit. 1989. p. 19.

reformadores, o mais notável foi Leão IX (1049 – 1054), o qual é considerado como o iniciador da reforma papal²¹: “En 1055, à la mort de Léon IX, la Papauté est résolument réformatrice et il existe dans l’entourage immédiat du pontife un groupe de clercs fortement attachés à la réforme”²².

Seguindo esse espírito de “reforma”, concebido na Lorena, temos o pontificado de Gregório VII (1073 – 1085), com o qual “surge uma nova atitude, não só quanto ao lugar que a Igreja deve ocupar na sociedade, como também ao lugar que o Papa deve ter na Igreja”²³. Gregório VII marca, conforme muitos autores, um período dominante na história do Papado Medieval. Suas disposições ficaram conhecidas como a Reforma Gregoriana. Na lista de mudanças havia a condenação de padres simoníacos e suspensão dos mesmos; proibição de padres casados de celebrar missa; e, a proibição da investidura laica.

O famoso *Dictatus Papae* põe o Papado em oposição explícita contra o Império, uma vez que proíbe as investiduras laicas – prática corrente e comum nas sedes episcopais do Sacro Império Romano Germânico e em demais regiões da Europa Ocidental. A questão das investiduras termina com o acordo entre Império e Papado, a chamada concordata de Worms, em 1122, iniciando-se um período de paz, no qual o Papado vai continuar afirmando suas prerrogativas e sua supremacia. A Reforma Gregoriana colocou o Papado acima das disputas da aristocracia romana, assim como torna o Papado independente de Constantinopla. Segundo Marchi

Gregório VII montou uma estrutura de poder no qual ele, *Summus Pontifex*, se instituía como autoridade máxima, acima de qualquer outra (...) Exageros à parte, a Igreja-instituição, na figura do papa, definiu, naquele momento, a sua concepção de poder e estabeleceu os parâmetros organizacionais da hierarquia para o seu exercício.

²¹ BARRACLOUGH, G. Opus cit. Esse autor considera o Papa Leão IX como o “autêntico fundador da teocracia papal”, por ter sido ele quem iniciou as estratégias de reforma que culminaram, no pontificado de Gregório VII, na Reforma Gregoriana. Contudo, acreditamos que as estratégias de reforma não colocaram em prática uma teocracia, mas sim um regime hierocrático.

²² PACAUT, M. Opus cit., 1976. p. 123.

²³ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p.92

A centralização do poder na figura do papa, em que pesem algumas frágeis divergências, não foi jamais abalada.²⁴

A partir daí, o Papado exercerá, de fato, o papel de chefia da Cristandade, definindo a idéia do poder universal do Papado. Nesse ponto, “(...) o corpo eclesiástico separou-se completamente da sociedade laica e procurou dirigi-la, buscando desde fins do século XI erigir uma teocracia que esteve em vias de se concretizar em princípios do século XIII”²⁵.

A conquista de Gregório VII, implantando uma hierocracia, ficou marcada na História e é fato bastante conhecido. “As doutrinas de Gregório VII – e mais ainda talvez a sua ardente personalidade, com convicções apaixonadas, a falta de tacto, a linguagem dura, a recusa à conciliação – indispõem-no com quase todos os grandes prelados da Europa”²⁶.

Entre Gregório VII e os governos pontifícios de Inocêncio III (1198 – 1216), Inocêncio IV (1243 – 1254) e Bonifácio VIII (1294 – 1303)²⁷, ocorre a solidificação da *idéia* de teocracia e, na prática, o desenvolvimento administrativo do Papado semelhante a uma monarquia papal²⁸, com a utilização da práxis *hierocrática*. Torna-se necessário, aqui, definir os dois termos trabalhados: por hierocracia e hierocrático tem-se a reivindicação de um poder exercido pelo clero, superior aos demais poderes instituídos. Ou seja, a reivindicação de uma monarquia papal soberana dos demais poderes do Ocidente, embora de natureza semelhante à dos referidos poderes, cuja legitimidade advém da *potestas*.

²⁴ MARCHI, Euclides. Poder e Religião: articulações e práticas. In: **JORNADAS 2003**. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder: 8 anos. Caderno de Textos. 8 a 10 de outubro de 2003. UFPR.

²⁵ FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média**: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 67.

²⁶ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p.103.

²⁷ Os Papas medievais de maior relevo e poder, segundo MCBRIEN, Richard. **Os Papas** – de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000. p.238.

²⁸ Cf. BOULENGER, A. Opus cit.; BARRACLOUGH, G. Opus cit.; SCHENK, Juan Eduardo. **Centralizacion Pontificia y tendencias nacionales**. Volume XI da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d. e FLICHE, A. Opus cit.

Distinto do conceito de teocracia, para o qual o poder emana do divino, e os sacerdotes como representantes do divino na terra estão acima de todo e qualquer poder, portanto, possuem a autoridade máxima, a *auctoritas*. Segundo Souza, “*Auctoritas* designava a própria fonte do poder, uno e indivisível, enquanto *potestas* significava uma fração da autoridade proveniente da mesma e exercida por alguém”²⁹.

Portanto, por mais fortes que tenham sido as tentativas de Gregório VII para implantar de fato uma teocracia, o que realmente se conseguiu foi estabelecer uma hierocracia e lançar as bases da soberania papal:

(...) Se queremos acompanhar o desenvolvimento da monarquia pontifícia, não é o nome de Gregório que se nos impõe, mas os de Leão IX (1049 – 1054) e de Urbano II (1088 – 1099), no século XI, de Eugênio III (1145 – 1153) e Alexandre III (1159 – 1181), no século XII e, de Inocêncio IV (1243 – 1254) e Bonifácio VIII (1294 – 1303), no século XIII³⁰.

O movimento monástico se insere nesse contexto de forma bastante ativa: foi a mola propulsora da reforma do Papado no início do século XI, assim como foi uma extensão do poder do Papado nas regiões nas quais estavam instalados os mosteiros – regiões reconquistadas na Península Ibérica e nas regiões recém-cristianizadas no Báltico Norte. E, à medida que o poder do Papado se fortalecia, o número de mosteiros crescia – crescimento impulsionado também por uma série de fatores, como as melhorias econômicas, o crescimento demográfico e os impulsos de fuga do mundo gerados por uma verdadeira busca espiritual. Esse crescimento trouxe a necessidade de uma reforma interna ao movimento monástico, a qual veio sob a forma cisterciense.

A proposta cisterciense de reforma tinha a seguinte inspiração: uma vida mais simples e pobre, mais solitária e separada do mundo, mais próxima do grande modelo

²⁹ SOUZA, José Antonio de C.R. “O pensamento gelasiano a respeito das relações entre a Igreja e o Império romano-cristão”. In: SOUZA, J. A. de C.R. Opus cit. pp. 61 – 89. p. 87

³⁰ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p. 105. Surge uma dúvida sobre os critérios adotados pelo autor ao elencar esses papas. Embora concordemos com sua listagem, não podemos nos furtar de mencionar que o importante nome de Inocêncio III não está presente. Inocêncio III (1198 – 1216) é tido na História da Igreja como o “suserano universal”. Seus textos são de tamanha importância para o pensamento político eclesiástico que muitas de suas cartas foram incorporadas, sob a forma de decretais, ao Direito Canônico.

idealizado pelos primeiros monges. Os mosteiros cistercienses, após um período de estagnação, conheceram um crescimento portentoso por toda a Europa³¹:

Houve um momento em que a Europa foi cisterciense: uma rede de mosteiros desta ordem monástica estendia-se por todo o continente, de Portugal à Estônia, da Noruega à Sicília. O século XII marcou o apogeu dos cistercienses, um ramo do grande tronco beneditino, que procurou dar novo vigor aos valores tradicionais do monarquismo (...).³²

A atuação da Ordem Cisterciense se deu, principalmente, através de Bernardo de Claraval, abade da quarta casa-mãe de Cister e principal líder cisterciense. Certamente, o grande sucesso dos cistercienses deve-se ao fato de terem sabido interpretar as exigências, as aspirações e a cultura da sociedade daquele tempo.

³¹ Ver Anexo nº 4

³² GUIMARÃES, I. Opus cit. p. 7.

2. REFORMA DO PAPADO

Cuidai de vós mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastorear a Igreja de Deus, que ele adquiriu com o seu próprio sangue¹.

A Igreja Católica é, sem sombra de dúvida, uma instituição de vulto e importância histórica. Muito se tem estudado a respeito de sua atuação ao longo dos séculos. Porém, afirmar que a Igreja Católica dominou amplamente o contexto medieval é uma levandade. O Ocidente Medieval viu a elevação paulatina – nem sempre de forma pacífica – do poder da esfera religiosa. A supremacia da Igreja foi uma construção que se fundamentou sobre a centralização de prerrogativas, organização de uma rede interdependente e rigidamente hierarquizada, “doutrinação” intelectual – na forma de uma uniformização dos dogmas – e adoção de um discurso coeso.

O período que engloba o século XI e o século XIII ocupa um lugar específico na história da Igreja e, principalmente, na História do Papado. A singularidade desse momento histórico fica explicitada por uma série de fatores, dentre eles, percebe-se os indícios da desagregação do Feudalismo no momento exato de seu apogeu, culminando com as centralizações régias, ocorre também o surgimento de novas relações entre os poderes temporais e espirituais que começam a se delinear.

Entre la fin du XI^e siècle et la fin du XIII^e, le Saint-Siège acquiert en Occident une autorité considérable. Ayant compris qu’il ne sert à rien de vouloir prétendre à la direction morale de la société sans tenir effectivement le gouvernement de l’Eglise – puisque, cette condition non remplie, le pouvoir véritable revient soit aux souverains laïcs soit à l’épiscopat –, le pape parvient à concentrer entre ses mains ce gouvernement et, par là, à exercer un ascendant tel qu’il peut revendiquer et parfois obtenir l’autorité suprême sur l’ensemble des chrétiens et des Etats, la société et l’Eglise².

¹ Ato dos Apóstolos 20:28.

² PACAUT, M. Opus cit., 1976., p. 121.

A Igreja passa a afirmar, com ênfase jamais vista, sua supremacia sobre os demais poderes do Ocidente Medieval. As modificações introduzidas nas formas da vida religiosa, de forma a garantir a sua superioridade moral, que também se chamou “reforma”, iniciou-se em grande medida através do movimento monástico³. As grandes transformações morais, disciplinares e administrativas que culminaram com o chamado “renascimento” dos séculos XI e XII, atingiram toda a sociedade e não apenas o clero e o Papado.

Segundo Knowles e Obolensky, esse período considerado “num contexto mais amplo ainda, até mesmo o vasto terreno da reforma eclesiástica e religiosa não passa de um aspecto da evolução da Europa ocidental que passava do estado de tutela intelectual para uma adolescência de capacitação intelectual e prática.”⁴ Dessa forma, o século XII está interligado ao precedente como ao seguinte e para melhor entender o pontificado de Eugênio III e a obra *Sobre a Consideração* – escrita a seu pedido por Bernardo de Claraval – é necessário entender a reforma eclesiástica e todas as discussões teóricas na qual esteve inserido.

Surge aqui, antes de verificar os motivos que levaram à reforma do Papado, a necessidade de definir as duas instituições, *Igreja e Papado*: por *Igreja* tem-se o conjunto de fiéis que professam a mesma fé, uma comunidade religiosa ou mesmo a autoridade eclesiástica de determinado culto religioso⁵. No presente caso, o conjunto de fiéis engloba a Cristandade, um complexo que incluía etnias, culturas e delimitações espaciais bem amplas, constituída – segundo a tradição – desde os tempos dos apóstolos. No século IV, com a oficialização do Cristianismo⁶, a “Igreja

³ Cf. as obras de BARRACLOUGH, Opus cit.; KNOWLES, D. e OBOLENSKY, D. Opus cit.; COSTA, R. Opus cit.; e, LLORCA, Bernardino. **História de la Iglesia Católica**. Tomo I. Edad Antigua. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955.

⁴ KNOWLES, D e OBOLENSKY, D. Opus cit., p. 179.

⁵ KingHost Dicionário de Língua Portuguesa. Verbete *Igreja*, disponível no endereço eletrônico <http://www.kinghost.com.br/dicionario/igreja.html>. Acessado em 20/11/2007 as 16:05.

⁶ O Imperador Teodósio (379 – 395) converte o Cristianismo à religião oficial do Império Romano.

institucionaliza-se e, em decorrência, configura-se uma hierarquia eclesiástica a que se reconhece competência administrativa e jurisdicional”⁷.

Essa Igreja era composta por várias “Igrejas”, cada uma com sua autoridade local, seu bispo: existia, de fato, uma “verdadeira federação de Igrejas, cada qual formando pequena sociedade autônoma”⁸. Com a institucionalização da Igreja, tornou-se necessário a unificação de cultos, credos e dogmas. Essa unificação se deu através de vários concílios e sínodos⁹. Esses sínodos eram realizados na intenção de definir a doutrina e combater as heresias¹⁰. No século IV, a Igreja, ainda sem uma organizada centralização e sem aparelhagem administrativa, se mantém sob a tutela do Império Romano.

Contudo, Roma toma a palavra. A partir do século IV é o bispo de Roma quem lidera a luta pela liberdade. Saliente-se que a crescente perda de autoridade dos imperadores no Ocidente impediu qualquer pretensão ao cesaropapismo. No Oriente, os imperadores arianos, com o apoio freqüente de bispos de Constantinopla, preparam o cesaropapismo bizantino¹¹.

Nesse contexto, o bispo de Roma, apoiado por vários teóricos¹² da independência da autoridade eclesiástica e da preeminência da Igreja, se contrapõe ao bispo de Constantinopla e passa a aferir-se o título de *papa* – pai da Igreja. O título de Papa é exclusivo do bispo de Roma, porém, sua primazia foi uma construção paulatina. Assim, pode-se definir *Papado* como a instituição que tomou a iniciativa de defender a unidade da Igreja e se constituiu como seu órgão dirigente, *caput Ecclesia*.

⁷ RIBEIRO, Daniel Valle. “A Igreja nascente em face do Estado Romano”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 9 – 22. p. 16. Segundo Ribeiro, essas competências estabelecem um estatuto privilegiado aos clérigos, como favores fiscais e disposição de patrimônio.

⁸ RIBEIRO, Daniel Valle. “Leão I: a cátedra de Pedro e o primado de Roma”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 45 – 60. p. 48.

⁹ Cf. BOULENGER, A. Opus cit.; KNOWLES, D. e OBOLENSKY, D. Opus cit.; FLICHE, A.; THOUZELLIER, C. e AZAIS, Y. Opus cit.; e, QUASTEN, Johannes. **Patrologia**. I Padri Latini (secoli IV – V). *Institutum Patristicum Agostinianum*. Vol. III – Dal Concilio de Niceia(325) al Concilio di Calcedonia(451). Roma: Marietti, 1978. O primeiro concílio ecumênico foi o de Nicéia, ocorrido em 325, sob a convocação do Imperador Constantino.

¹⁰ RIBEIRO, Daniel Valle. “Leão I: a cátedra de Pedro e o primado de Roma”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 45 – 60.

¹¹ RIBEIRO, Daniel Valle. “A Igreja nascente em face do Estado Romano”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 9 – 22. p. 16.

¹² A título de exemplo eleamos Ossius de Córdoba, São João Crisóstomo e Santo Ambrósio, todos do século IV, que defendiam a independência e a superioridade do poder espiritual.

Segundo o professor Ribeiro, o predomínio do bispo de Roma pode ser explicado como um reflexo de circunstâncias históricas: Roma “era o centro do mundo romano, para onde tudo convergia”¹³. Sendo assim, teorias foram formuladas fundamentando o poder papal. Dentre elas, ressalta-se a de Santo Irineu (130/135 – 200), bispo de Lyon.

Em sua obra *adversus haereses*¹⁴, Irineu sustenta que os bispos, em sua autoridade, são herdeiros dos apóstolos e a Igreja de Roma é a *Ecclesia principalis*, ou seja, a mais antiga. Santo Irineu ressalta que Roma é a maior, a mais antiga, a primogênita e a ela “devem ligar-se todos os fiéis, em virtude do seu principado mais poderoso”¹⁵. A partir dessa tese de Santo Irineu, São Cipriano (séc. III) desenvolveu a idéia do *Primatus Petri*, para a qual o bispo de Roma é o mais importante dentre os bispos por ser herdeiro da cátedra de Pedro. Assim, o poder do qual é revestido o Sumo Pontífice advém da disposição testamentária de São Pedro: “a estreita associação da Igreja Romana com o apostolado de Pedro conferia-lhe autoridade, pois representava a tradição mais venerável – Roma era o local de peregrinações onde se acreditava estivessem sepultados Pedro e Paulo”¹⁶.

Walter Ullmann rotula o poder papal de *poder descendente*, ou seja, absoluto e teocrático¹⁷. Para esse autor, o conceito mais importante sobre o qual se baseia o governo papal na Idade Média está sobre a noção de *auctoritas*, ideal identificado com o elemento constitutivo de *principatus*. Confundem-se aí o estatuto apostólico do Papa e seu poder monárquico. Ressalta-se também que a característica principal da *auctoritas* – tanto a romana quanto a papal – se fundamenta na sua indivisibilidade.

¹³ RIBEIRO, Daniel Valle. “Leão I: a cátedra de Pedro e o primado de Roma”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 45 – 60. p. 45.

¹⁴ Santo Irineu. *Adversus haereses*. In: ARQUILLIÈRE, H.-X. **L’Augustinisme Politique**. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1972. p. 95-96.

¹⁵ RIBEIRO, Daniel Valle. “Leão I: a cátedra de Pedro e o primado de Roma”. In: SOUZA, J. A. C.R. Opus cit. pp. 45 – 60. p. 46.

¹⁶ Idem. p. 48.

¹⁷ ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Madrid: Revista de Occidente, 1971., p. 41.

Ainda segundo Ullmann, não se pode dissociar o direito da História Medieval, para ele a matéria era bíblica, enquanto a forma era romana.

Essas teorias de fundamentação do poder papal foram sintetizadas no século V pelo Papa Gelásio I (492 – 496). Segundo Puente Ojeda¹⁸, foi durante o pontificado de Gelásio que se consagrou o conceito de *principatus* – a Santa Sé como a “primeira” e mais importante dentre as igrejas – que propunha a Sé Romana como a cabeça da Igreja. A conhecida *Tese dos dois Gládios*, elaborada pelo Papa Gelásio (492 – 496)¹⁹ a partir do Evangelho de Lucas (22:38), dividia o mundo em dois poderes: o poder espiritual da Igreja e o temporal dos reis, e afirmava que o poder espiritual “é mais pesado, visto os padres terem de dar contas a Deus do procedimento dos reis”²⁰. Nesse texto de Gelásio se encontra a expressão do agostianismo político²¹. Entretanto, o Papa Gelásio estava propondo uma interdependência e apoio mútuo entre os dois poderes, estabelecendo as esferas específicas de atuação de cada um, ao mesmo tempo em que estabelecia a preeminência da esfera religiosa sobre a temporal, mas apenas por sua missão da salvar almas.

A alegoria das duas espadas, tal e qual proposta por Gelásio, não significou de modo algum um confronto entre a Igreja e o Império. Nos textos canônicos está mencionado um gládio de sangue, ou seja, material, atribuído à Igreja, bem como lhe compete, também, o gládio espiritual. O gládio – *gladius*, espada ou mucro – é uma simbologia própria da coerção do poder régio. Assim sendo, o gládio material significa, simbolicamente, a competência para impor penas de natureza material. No caso do gládio espiritual, sua alegoria está na faculdade da Igreja em aplicar penas de ordem espiritual, como a excomunhão – aplicada em casos extremos.

O gládio material, de sangue, corresponde à *potestas regia temporalis* e é uma atribuição da Igreja, a qual lhe foi fornecida diretamente por Cristo. Entretanto, o uso

¹⁸ PUENTE OJEDA, Gonzalo. **Ideologia e História**. La formación del cristianismo como fenómeno ideológico. Madrid: Siglo XXI, 1974.

¹⁹ A defesa da *Tese dos dois Gládios* aparece na carta do Papa Gelásio ao Imperador Anastácio, datada no ano de 494. In: *Ad Anastasium Imperatorem. PL. Tomus LIX*. Epístola VIII., p. 42.

²⁰ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p. 33.

²¹ TOUCHARD, J. Opus cit., v.2, p.13.

desse gládio material deve ser delegado ao Imperador, porque aos sacerdotes é vetado o envolvimento em questões de sangue. Desta concepção deriva a idéia de que o Imperador é o “filho”, advogado e principal defensor da Igreja.

Segundo Ullmann e Puente Ojeda²², a carta de Gelásio ao Imperador Anastácio possui um posicionamento extremo: a separação entre os poderes espiritual e temporal e, principalmente, a separação entre Roma e Constantinopla – propondo a posição superior de Roma, uma vez que, em Constantinopla, a prática do Cesaropapismo submetia o sacerdócio ao segundo plano – o Imperador Bizantino assumia a posição de chefe de Estado e também chefe supremo da Igreja Cristã Oriental – diferentemente da Igreja Ocidental, na qual o chefe supremo, religioso, é o Papa.

Nessa carta, Gelásio afirma que o Papa é detentor da *auctoritas* e o Imperador, da *potestas*. Não se pode interpretar as palavras de Gelásio como uma proposta teocrática, pois não está explícito a idéia de que o Papa conceda a *potestas* ao Imperador. Ainda assim, a alegoria dos dois gládios, em toda sua “pureza original, continha todos os elementos para a edificação da teoria política hierocrática”²³ que seria constituída séculos depois do pontificado de Gelásio.

O Papa Gelásio propõe que o mundo é regido por dois poderes que, por vontade divina, seriam os poderes do pontífice e o régio. No *Anathematis vinculo*²⁴, Gelásio considera que o poder espiritual possui predominância sobre o poder régio, porém, essa proposição tinha um cunho muito mais ético e moral que jurídico e prático. Os poderes eram considerados autônomos, cada qual com sua função específica.

A formulação gelasiana retorna figurando sempre entre os argumentos dos teóricos do poder pontifício. A carta ao Imperador Anastácio está presente nas primeiras páginas (logo após a introdução) do *Decretum Gratiani* – escrito no século

²² ULLMANN, W. Opus cit. e, PUENTE OJEDA. G. Opus cit.

²³ SOUZA, J. A. C. R. e BARBOSA, J. M. Opus cit., p.71

²⁴ *Anathematis vinculo. PL. Tomus LIX.*, p. 108-109.

XII. Ressalta-se aqui que as idéias gelasianas e as teorias de fundamentação do poder papal obedeciam às conjunturas políticas dos momentos em que foram concebidas. Contudo, serviram de lastro para as teses posteriores.

Assim sendo, o defendido pelo Papa Gelásio era uma afirmação de prerrogativas religiosas, sem ser uma proposta de hierocracia ou mesmo de uma teocracia papal. Nesse momento, os bispos estavam sujeitos ao poder régio, e mesmo o bispo de Roma – o Papa – estava sujeito ora ao poder do Imperador, ora ao poder de algum rei²⁵. No Ocidente, as eleições de papas eram confirmadas pelo poder civil, dos soberanos germânicos ou bizantinos.

No século VI, o bispo de Roma ainda possuía uma característica de *Primus inter pares*, apesar das teorias da primazia papal somente com a reforma iniciada com Leão IX (1049 – 1054) é que o Sé Romana adquiriu o estatuto de *Primus super pares*. Nessa época, a partir do século V, as teorias de Santo Agostinho influenciavam a Igreja e muitos pontificados seguiram seus ensinamentos, dentre estes destaca-se o pontificado de Gregório I (590 – 604), o qual é considerado como o grande expoente do agostianismo político²⁶.

O destaque conferido à influência particular de Santo Agostinho justifica-se pela importância do Bispo de Hipona na formulação das teorias do poder na Idade Média: “a obra de Santo Agostinho continua sendo uma parte inalienável do patrimônio espiritual do Ocidente. Foi [ele] o primeiro a dar uma orientação filosófica mais profunda ao gênio da Igreja ocidental”²⁷. Dessa forma,

O caráter espiritual da Cidade de Deus é patente no pensamento de Agostinho. Não se trata aqui, contudo, de uma teologia para gerir teocraticamente a sociedade. A cidade

²⁵ Cf. BARRACLOUGH, G. Opus cit., o Papa Estevão II, em troca de proteção contra os lombardos, se sujeitou ao poder de Pepino, o Breve. Os Papas seguintes seguiram o exemplo, ficando sob a proteção de Carlos Magno e, mais tarde, dos imperadores do Sacro-Império.

²⁶ ARQUILLIÈRE, H.-X. **L’Augustinisme Politique**. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1972.

²⁷ DAWSON, Christopher. **Historia de la Cultura Cristiana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 204.

terrestre possui a sua autonomia, [que] pode ser [...] tanto a oposição a Deus quanto o lugar onde se coloca em prática uma ordem de coisas segundo a sua vontade²⁸.

Por influência de Santo Agostinho, embora reconhecesse a supremacia da vida espiritual sobre o aspecto temporal, a Igreja do Ocidente não deixou de atuar como força social no período de desordem que se seguiu à desestruturação política do Império Romano do Ocidente. A própria atitude do Papado, em especial a de Gregório I, reforça esta idéia de conciliação hierarquizada entre os dois âmbitos de atuação, espiritual e temporal:

a Igreja possui considerável patrimônio, recursos econômicos de monta e beneficia-se de donativos. O papado é o maior proprietário da Itália. Outro fator favorável: inexistência de um poder civil em Roma. É o Papa quem socorre a população menos favorecida [distribui trigo aos pobres], protege os prisioneiros e os escravos, aprovisiona e defende a cidade contra as invasões. Torna-se a única força capaz de se opor aos lombardos. De tudo isso lhe advém grande prestígio. O Papa é o senhor da cidade e o único representante do Império. A Igreja, a herdeira da *auctoritas* de Roma²⁹.

Conforme explica Walter Ullmann³⁰, Gregório I tinha plena consciência das dificuldades de se contestar o cesaropapismo, fortemente arraigado em Constantinopla³¹. Havia, portanto, um insuperável impasse em torno do exercício da soberania, não havia acordo possível entre o Papado e o Império. Todavia, Gregório Magno percebeu que não havia obstáculo à implantação de uma teoria pontifícia do poder nas regiões – ocidentais – imunes à influência e jurisdição do imperador.

A formulação bem-sucedida deste projeto voltado para a afirmação da primazia das funções do Papado no Ocidente constitui o feito político mais importante do Pontificado de Gregório Magno. Com efeito, diz Ullmann,

el realismo de Gregorio I fue el requisito previo indispensable para hacer realidad el gobierno papal en la Edad Media. Con toda razón se le dio el título de “Padre de

²⁸ MARTINS, Antônio Henrique Campolina. “A Cidade de Deus”. In: **Revista Política** (Vol. 6, Número 2, Novembro/2003) – http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/6_2_campolina.htm. Acessado em 20/04/2005 às 20:00.

²⁹ RIBEIRO, Daniel Valle. “A Sacralização do Poder Temporal – Gregório Magno e Isidoro de Sevilha”. In: SOUZA, J. de C. R. de (org). Opus cit. 1995. p. 94

³⁰ ULLMANN, W. Opus cit.

³¹ Antes de chegar ao Papado, Gregório I havia sido embaixador da Igreja Romana na Corte Imperial, em Constantinopla e, a partir desta experiência, conhecia a impossibilidade de se modificar o estado de coisas em favor da Igreja.

Europa”. La Europa occidental, es decir, latina, aparació a consecuencia de esta actividade papal. El Occidente surgió como conjunto cultural individualizado pero a la vez fuertemente impregnado de rasgos romanos, o sea, latinos. Los rincones más lejanos de Europa adonde acudieron misioneros por orden suya serían más tarde los centros a partir de los que misioneros ingleses y escoceses cristianizarían la Europa nórdica y central³².

Ainda segundo Ullmann³³, o pontificado de Gregório I não contribuiu de forma decisiva com elementos novos para as teorias de poder papal, e a Igreja, na sua época continuou sujeita ao poder temporal. Contudo, a Igreja exerceu sua influência espiritual sobre a Cristandade como um todo, embasando e justificando o reinado de muitos reis e imperadores e pôde, paulatinamente, ir-se libertando da subordinação e assumindo, não sem obstáculos, suas pretensões em interferir, mesmo que indiretamente, nas eleições para o trono imperial. Inicia-se o processo de articulação que culminaria com a Reforma Gregoriana.

Entretanto, após a fragmentação política do Império Carolíngio (887), o Papado fica sem sua forte proteção e fica à mercê das mudanças políticas e das disputas das facções italianas³⁴. O período, que vai do final do século IX ao início do XI, é conhecido pela historiografia como *os séculos de ferro*³⁵: “On constate aisément que les historiens qui décrivent le X^e siècle et le debut du XI^e siècle comme le temps du fer et, au plan ecclésiastique, comme l’époque de la décadence et de la crise”³⁶. A nomeação dos papas esteve nas mãos da aristocracia romana ou submetida aos imperadores otônidas.

(...)On pourrait même dire qu’elle [a Igreja] est entraînée par le courant. Elle perd, elle aussi, tout éclat, tout prestige. Puis le nouvel Empire [dos Otônidas] paraît lui redonner vigueur ; mais ce n’est qu’une illusion, elle reste dans la dépendance, avec elle, autour d’elle, pour elle, un jeu parfois comique, toujours navrant, se joue entre trois partenaires importants : les Italiens, les Romains, les empereurs germaniques. Cet effacement, toutefois, n’empêche pas de sourdre les premiers bourgeons d’une réforme.³⁷

³² ULLMANN, W. Opus cit. pp. 49 – 50.

³³ Idem.

³⁴ BARRACLOUGH, G. Opus cit., p.73

³⁵ Cf. LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit. Volume I. p. 576

³⁶ PACAUT, M. Opus cit. p.106.

³⁷ Idem., p. 97

Um movimento que buscava a reforma eclesiástica restabelece o prestígio do Papado. Esse movimento iniciado por bispos da Borgonha e da Lorena, chamados “reformadores”, foi uma reação contrária aos altos escalões da Igreja que estavam seduzidos pelas formas de governo laico. Esses bispos reformadores, e o próprio movimento de reforma, foram apoiados pelo Imperador Enrique III. “En efecto, la tutela de Enrique III sobre el Pontificado dará a la cristandad una serie de papas austeros, irrepreensibles, de gran altura moral y decididos a poner em marcha la reforma de la Iglesia.”³⁸

Com a intenção de realizar uma reforma em todo o Ocidente, diversos papas se sucedem, condenando a simonia, o nicolaitismo, a usura e, aos poucos, cancelando as investiduras laicas. Dentre esses Papas reformadores o mais notável foi Leão IX (1049 – 1054). Leão IX, que se chamava Bruno, fora bispo de Toul, foi apoiado pelo Imperador Enrique III, por São Pedro Damião e assistido diretamente por Hildebrando – que será mais tarde Gregório VII.

Leão IX foi um Papa itinerante, convocou diversos sínodos e concílios, proibindo categoricamente a simonia, caçando os direitos de bispos simoníacos, proscrevendo o nicolaitismo e condenando os abusos de eclesiásticos. Essas primeiras atitudes do Papado reformador

foram imediatamente dirigidas para reafirmar, fortalecendo-o, o primado do pontífice sobre os bispos. Não se tratava mais de um primado formal e, sim, de um poder real, que se exercia tanto sobre o plano teológico como sobre o político e o disciplinar. Em seguida, os reformadores trabalharam para que o pontificado se libertasse do império³⁹.

Após a morte de Leão IX, assumiu o trono pontifício um jovem parente de Enrique III, Gebardo, bispo de Eichstädt, sob o título de Vitor II (1055-1057). Esse Papa deu continuidade ao iniciado por Leão IX.

³⁸ Cf. VILLOSLADA, Ricardo Garcia. **Historia de la Iglesia Católica**. Tomo II. Edad Media (800 – 1303). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953., p169.

³⁹ CARDINI, Franco. “A Itália entre os séculos XI e XIII”. In: MONGELLI, L. M. Opus cit. pp. 83 – 108., p. 89.

Durante o pontificado de Vitor II, o Imperador Enrique III faleceu, deixando o trono para seu filho, o menino Enrique IV, que por ter apenas oito anos de idade, ficou sob a tutela de sua mãe, a imperatriz Inês. A imperatriz, durante o período de tutela de seu filho, manteve o apoio à reforma da Igreja. Após Vitor II falecer, a imperatriz apoiou a nomeação do abade de Monte Cassino, Frederico de Lorena, para o trono pontifical sob o título de Estevão IX.

Esse Papa foi auxiliado diretamente por Hildebrando, São Pedro Damião e pelo cardeal Humberto de Silva Cândia na seqüência das reformas eclesiásticas. Humberto de Silva Cândia e São Pedro Damião encabeçam duas vertentes de pensamento que direcionam a reforma do Papado.

São Pedro Damião (1007-1072) era de origem humilde, possivelmente órfão, fora recolhido sob a tutela de um clérigo de nome Damián, que, percebendo o talento do jovem menino, cuidou de seus estudos. Assim, em deferência a esse clérigo, ele passou a assinar seu nome como *Petrus Damiani*. Estudou em Ravena, Faenza e Parma e na juventude entrou no monastério beneditino de Fonte Aveliana. São Pedro Damião era um excelente teólogo, escritor e poeta. Devido a seus dotes morais e intelectuais o Imperador Enrique III ordena que ele acompanhe o Papa Clemente II, quando esse se torna pontífice, na realização das reformas necessárias na Igreja.

Damião nunca colocou em cheque os direitos históricos do Imperador em intervir nas eleições pontificais e defendia mesmo que a intervenção imperial poderia ser útil e conveniente em caso de eleições duvidosas ou em casos de difícil solução. Para São Pedro Damião os dois poderes deveriam completar-se e apoiarem-se mutuamente.

Já o cardeal Humberto de Silva Cândia (1000-1061) era herdeiro de uma tradição anti-cesaropapista⁴⁰. Sua atuação em prol da reforma eclesiástica ocorreu,

⁴⁰ O cardeal Humberto da Silva Cândia, erudito e talentoso, escreveu um *Diálogo*, em que refutava as objeções dos gregos contra Roma. Apesar disto, foi enviado, junto com mais dois prelados, pelo Papa Leão IX para Constantinopla, em 1054, para auxiliar o Imperador Bizantino Constantino IX, que estava com dificuldades para combater os normandos. Para facilitar o diálogo entre bizantinos e

sobretudo, durante o pontificado de Estevão IX. Por volta de 1057-1058, esse antigo monge de Moyenmoutier, escreveu o tratado *Adversus simoniacos*⁴¹, com rigor e extremismos de doutrina. Nesse tratado, ele ataca duramente a “heresia” simoníaca e outros atos considerados escandalosos, como a clerogamia (nicolaitismo). O cardeal Humberto defende a liberdade da Igreja frente às intervenções laicas, principalmente no que concerne às eleições pontificais. Essas duas tendências seguiram paralelamente, durante um bom período de reforma eclesiástica, ora uma tinha maior preponderância ora, outra. Essas tendências prepararam a “Reforma Gregoriana”, que foi uma espécie de síntese dessas idéias.

Após a morte de Estevão IX, foi eleito para Sumo Pontífice o bispo de Florença, Gerardo, que assumiu o título de Nicolau II (1058-1061). O decreto dado por esse Papa regulamentou, a partir de então, a eleição pontifícia através da participação dos cardeais⁴².

romanos, Constantino IX mandou queimar libelos anti-romanos. Mas, Miguel Cerulário - Michael Keroularios, Patriarca de Constantinopla entre 1043 e 1059 – se mostrou intransigente; chegou a proibir os Ocidentais de celebrar Missa em Constantinopla. Os legados romanos reagiram com o recurso extremo: no dia 16 de agosto de 1054, em presença do clero e do povo, Humberto da Silva Cândia depositou sobre o altar-mor da basílica de Santa Sofia em Constantinopla a Bula de excomunhão contra Cerulário e seus seguidores. Os prelados romanos despediram-se do Imperador e tomaram o caminho de volta para Roma, eles acreditavam que este gesto obrigaria o Patriarca a retroceder. Em vão, porém. Miguel Cerulário excitou tumulto em Constantinopla contra o Imperador acusado de cumplicidade com os romanos, ao qual Constantino IX reagiu violentamente. Esse acontecimento gerou anátemas de ambos os lados, manifestos foram promulgados, acarretando a grande divisão que até hoje perdura, apesar das tentativas de reatamento que se deram nos séculos XIII e XV e das promessas de amizade feitas pelo Papa e pelo Patriarca, já no século XX. Cf. BOULENGER, A. Opus cit.; HUGHES, P. Opus cit.; KNOWLES, D. e OBOLENSKY, D. Opus cit. LE BRAS, G. Opus cit. e VILLOSLADA. R. G. Opus cit.

⁴¹ Humberto de Silva Cândia. *Adversus simoniacus*. In: SOUZA, J. A. C. R. e BARBOSA, J. M. Opus cit., p.39.

⁴² Cardeal é o membro de um Colégio de Clérigos – Colégio Cardinalício – ao qual compete o direito exclusivo de eleger um Papa, na reunião hermética e secreta denominada *conclave*. Os cardeais também se reúnem em colegiado quando necessário para tratar de assuntos relacionados à Igreja, estas reuniões são chamadas de *consistório*. Cf. TEJADA, Manuel Terual Gregório de. **Vocabulário básico de la Historia de la Iglesia**. Barcelona: Crítica, 1993., p. 69.

Segundo Villoslada, “fué un paso decisivo para la libertad de la Iglesia romana, que no estaría supeditada a poderes terrenos, que tantas veces la habían hecho esclava de la política o de la ambición.”⁴³

A partir daí, o Colégio Cardinalício⁴⁴ passou a intervir, enquanto primeira instância nas eleições pontificais, propondo os candidatos e efetuando a eleição. Aos demais integrantes do clero bastava consentir a decisão tomada pelos cardeais. Com a morte de Nicolau II, Hildebrando foi aclamado pela população para ser o novo Papa em 1061, contrariando o decreto de que as eleições pontificais seriam através do Colégio Cardinalício. Todavia, a aclamação de Hildebrando foi legitimada através de sua eleição pelo Colégio Cardinalício em 1073, passando um interstício de 12 anos. Assim, Hildebrando Aldobrandeschi, que acompanhara tantos papas reformistas anteriores, subia ao trono de São Pedro sob o título de Gregório VII (1073 – 1085).

Com Gregório VII, a Igreja passa a assumir uma nova atitude quanto sua posição dentro da sociedade, bem como o Papa assume seu lugar dentro da Igreja. Ele marca, conforme muitos autores, um período dominante na história do Papado medieval. Suas disposições ficaram conhecidas como a Reforma Gregoriana. Na lista de mudanças havia a condenação de padres simoníacos e suspensão dos mesmos; proibição de padres casados de celebrar missa; e, a proibição da investidura laica.

Gregório, segundo as práticas consagradas, pretende purificar a Igreja de seus compromissos com o dinheiro e de suas diversas “impurezas”, especialmente resguardá-la da mancha dos líquidos impuros: o esperma e o sangue – o celibato frequentemente violado pelos clérigos é-lhes imposto definitivamente e a atividade

⁴³ VILLOSLADA, R. Opus cit.

⁴⁴ Cf. KNOWLES, D. e BOLENSKY, D. Opus cit.; BOULENGER, A. Opus cit.; TEJADA, M. T. G. Opus cit. e VILLOSLADA, R. Opus cit. Suas origens remontam à Antigüidade, às 25 ou 28 igrejas paroquiais de Roma, que organizaram uma espécie de Senado sacerdotal, o *Presbyterium*, esses se chamavam *praesbyteri cardinales*. Havia também os *diaconi cardinales*, diáconos regionais encarregados de socorrer os pobres e necessitados de Roma (primeiramente sete e mais tarde catorze regiões romanas). Estes também eram responsáveis por auxiliar o bispo de Roma na liturgia, nos ofícios divinos e na administração. A esse número de cardeais unem-se os quatro *diaconi palatini* encarregados de servir o pontífice no seu dia-a-dia. Soma-se 46 cardeais. A esses são incorporados os bispos de Óstia, Porto (*Portuensis*), Albano, Santa Rufina, Sabina e Túsculo que oficializavam os ofícios divinos na Catedral de Latrão – a catedral do Papa – em turnos. Soma-se um total de 53 cardeais no século XI e XII. Após isso, o número se alterou, sendo reduzido ou aumentado conforme o pontificado.

guerreira lhes é firmemente proibida. Para ele, essa volta ao ideal deve livrar a Igreja dos poderes temporais, a fim de que o Papado exerça plenamente o poder espiritual – mas, claro, há nisso uma ambigüidade: quando o papa insiste na necessária distinção entre Deus e César, evidentemente espera elevar a Igreja a um plano acima de César. A Igreja encarnaria assim o verdadeiro poder, subempregando a gestão temporal ao poder subordinado, menos eminente, dos leigos reduzidos ao papel de “braço secular”.⁴⁵

O pontificado de Gregório VII deu início à *hierocracia papal*. Embora o ideal existisse anteriormente – e a construção desse regime hierocrático tenha seguido ao longo do século XII – foi a partir da chamada *querela das investiduras* que o Papado colocou-se explicitamente endossando sua autoridade sobre os demais poderes vigentes no Ocidente. O famoso *Dictatus Papae* põe o Papado em oposição explícita contra o Império, uma vez que proíbe as investiduras laicas – prática corrente e comum nas sedes episcopais do Sacro Império Romano Germânico e em demais regiões da Europa Ocidental.

A questão das investiduras termina com o acordo entre Imperador e Papado, a chamada Concordata de Worms, em 1122 – isso já durante o pontificado de Calixto II (1119 – 1124) –, iniciando-se, assim, um período de paz, no qual o Papado vai continuar afirmando suas prerrogativas e sua supremacia. Inserido nesse contexto, da Reforma Gregoriana e de afirmação do poder espiritual sobre o temporal, esteve o movimento monástico. Responsável, pelo início da reforma eclesiástica e também pela manutenção do poder papal. As lutas sustentadas por Gregório VII e seus sucessores, segundo Boulenger:

de las cuales resultó triunfante el Papado, no sirvieron solamente para realzar el prestigio del romano pontífice, sino que le permitieron, además, desenvolver y centralizar de día en día la gobernación de la Iglesia, contribuyendo poderosamente a la extensión de los poderes pontificios. Sus consecuencias resultaron muy beneficiosas para la íntegra conservación de las verdades cristianas.⁴⁶

Boulenger ainda ressalta que sem a centralização pontifícia, o caráter universal do cristianismo teria se perdido. A multiplicidade de povos e costumes, com suas variações sociais e políticas, estariam susceptíveis às variações no credo e na doutrina.

⁴⁵ LE GOFF, J. Opus cit., 2005., p. 74.

⁴⁶ BOULENGER, A. Opus cit., p. 348.

“Si el papa no hubiese tenido un poder central suficiente para mantener una misma doctrina y una misma disciplina en todos los países, cada pueblo habría seguido, sin duda ninguna, por su propio camino, como sucedió después entre las naciones protestantes.”⁴⁷

Gregório VII foi sucedido pelo rápido pontificado de Vitor III (1086-1087). Porém, o verdadeiro continuador da reforma foi o próximo pontífice, o cluniacense Eudes⁴⁸ de Chatillón, sob o título de Urbano II (1088-1099). Dentro da proposta da presente análise, o pontificado de Urbano II não se sobressai. Devemos, contudo, salientar que esse Papa inaugurou o mecanismo de reforço ao caráter universalizante da Igreja: o movimento conhecido através do nome generalizante de Cruzadas.

É a partir do pontificado de Urbano II, com a convocação das Cruzadas que os cânones gregorianos se impuseram com mais força. Ressalta-se, aqui, que em 1054 a cisão, cisma, entre a Cristandade latina e a Cristandade grega já havia ocorrido. Portanto, ao lançar o movimento das Cruzadas, Urbano reforçou o apoio ao movimento de Reconquista na Península Ibérica e endossou a cristianização do Báltico Norte. Aproveitou, então, a oportunidade de afirmar, ou mesmo “impor a supremacia ocidental ao imperador bizantino e ao patriarca de Constantinopla”⁴⁹, garantindo e reafirmando a autoridade papal e sua *auctoritas*. “O papa de Roma, ao desempenhar o papel daquele que iria convocar, em 1095, a Cristandade latina para socorrer a Cristandade grega, deflagrando o início das Cruzadas, estaria arrogando-se como senhor de toda a Cristandade e inclusive do Império Bizantino”⁵⁰.

Após o pontificado de Urbano II, sucederam-se quatro papas, todos de orientação “gregoriana”. Desses, cabe ressaltar apenas o último, Honório II, pois, após sua morte, em 1130, eclodiu um cisma: a maior parte dos cardeais elegeu o cardeal de São Calixto, Pietro Perleoni, como Papa, sob o título de Anacleto II (1130 – 1138),

⁴⁷ BOULENGER, A. Opus cit., p. 348.

⁴⁸ Também grafado Otto ou Odon.

⁴⁹ FERNANDES, Fátima Regina. “As Cruzadas na Idade Média”. In: MAGNOLOI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 99 – 129. p.101

⁵⁰ Idem., p. 101.

enquanto uma pequena minoria de cardeais apoiava Gregório Papareschi, cardeal de Sant'Angelo, que recebeu o título de Inocêncio II (1130 – 1143).

Segundo Barraclough⁵¹, esse cisma, normalmente atribuído às pressões das facções aristocráticas romanas, ocorreu, devido ao conflito existente entre a primeira geração de reformadores da Igreja – que estavam reunidos em torno de Anacleto – e uma geração mais nova de reformadores que buscavam manter o compromisso de aproveitar o momento de paz e assegurar o domínio do Papado sobre a Igreja e, tentar reconquistar as posições territoriais na Itália. Essa geração mais nova era representada por Inocêncio II.

Para resolver o cisma, foi realizado um concílio em Estampes, o qual encarregou Bernardo de Claraval de decidir a legitimidade papal. Bernardo teve, então, um papel de primeiro plano fazendo reconhecer Inocêncio II como Papa legítimo. Bernardo passou, assim, a acompanhar Inocêncio II em suas viagens à região da França, ao reino franco, à região da Borgonha, do Sacro Império e pelas regiões da península Itálica, granjeando-lhe a confiança e a adesão do rei franco, Luís VI, do rei da Inglaterra, Henrique I, e de outros governantes europeus⁵².

Apoiado por Bernardo, Inocêncio II reuniu um concílio em Pisa e excomungou Anacleto II. O duque da Aquitânia e o duque da Sicília eram os defensores da Anacleto, com a excomunhão o duque da Aquitânia reconheceu Inocêncio como Papa legítimo. Assim, o Papa pôde retornar a Roma.

Com a morte de Anacleto, em 1138, Roger, o duque da Sicília, conseguiu eleger novamente um anti-papa, Vitor IV. Como o Imperador Lotário III havia morrido em 1137, o Papa Inocêncio estava sem esse importante apoio. A família da

⁵¹ BARRACLOUGH, G. Opus cit.

⁵² Bernardo escreveu uma série de cartas para tratar das disputas em torno da nomeação de Anacleto e Inocêncio II como papas (1130-1138). Bernardo viajou por toda Europa Ocidental, exortando os senhores locais e os prelados da Igreja, a apoiarem Inocêncio II. As Epístolas desse período eram destinadas a imperadores, reis, príncipes, duques, senhores feudatários no Ocidente, e também a reis e rainhas no Oriente. Bernardo era mais incisivo e cobrava mais dos senhores ou prelados que continuavam a apoiar a Anacleto II, colocou-se contrário às cidades, sobretudo, as italianas, que seguiam com o apoio a Anacleto. Para estas, o Abade foi taxativo: classificou-as de heréticas.

Baviera entrou em uma grande disputa contra a família dos Hohenstaufen, essa disputa também contribuiu para os problemas papais. As grandes famílias italianas formaram duas facções; uma que apoiava o partido da Baviera – os Welfen, correspondentes dos güelfos, na Itália, defensores do Papa; outra que apoiava os Hohenstaufen – os Waiblingen, ou gibelinos entre os italianos, com atitudes anti-papais.

Em 1139, Inocêncio reuniu outro concílio, dessa vez em Latrão. Bernardo novamente foi chamado para discursar em prol de Inocêncio II. O concílio condenou o cisma, confirmou os cânones contra a simonia e afirmou a “trégua de Deus”, estabelecida no concílio anterior, assim como excomungou Roger da Sicília. E, segundo consta nas obras sobre História da Igreja⁵³, Vitor IV abdicou das insígnias papais, pondo fim a este cisma.

Durante o pontificado de Inocêncio II, Graciano – professor de leis canônicas na nascente Universidade de Bolonha – terminou de escrever seu Decreto: a obra *Concordia discordantium canonum*, a qual foi publicada entre os anos de 1140 e 1150 sob o título de *Decretum Gratiani*. O Decreto de Graciano era uma “coletânea de textos canônicos de diversas origens, de uma amplitude até então desconhecida e, sobretudo, apresentada de maneira temática, sendo as aparentes contradições nas fontes resolvidas pelo recurso ao método dialético”⁵⁴.

Segundo Philip Hughes⁵⁵, o Decreto de Graciano foi o principal livro canônico até a publicação do *Código de Direito Canônico* no século XIX⁵⁶. Para Hughes, o *Decretum*, era mais que uma mera compilação de decretos antigos e recentes, era uma obra de ciência legal e de jurisprudência que tratava os meios pelos quais as leis, que

⁵³ HUGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Dominus, 1962.; LLORCA, Bernardino. **História de la Iglesia Católica**. Tomo I. Edad Antigua. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955.; BARRACLOUGH, G. Opus cit.; BOULENGER, A. Opus cit.; DAWSON, C. Opus cit.; KNOWLES, D. e BOLENSKY, D. Opus cit.; FLICHE, A. Opus cit.; FLICHE, A., THOUZELLIER, C. e AZAIS, Y. Opus cit.; FOREST, A.; STEENBEGHEN, F. van; GANDILLAC, M. de. Opus cit.; e VILLOSLADA, R. G. Opus cit.

⁵⁴ VERGER, J. Opus cit., p. 51.

⁵⁵ HUGHES, P. Opus cit., p. 99

⁵⁶ Salienta-se que o Código de Direito Canônico que vigorou antes do atual, foi promulgado pelo Papa Bento XV em 1917 e que nenhum código foi promulgado ao longo do século XIX.

parecessem contraditórias, deveriam ser reconciliadas⁵⁷. Segundo Le Goff, é a partir do século XII, com o *Decretum* que o Direito Canônico⁵⁸ se organizou definitivamente:

Havia muito tempo a Igreja dispunha de referências necessárias para a organização do direito canônico: textos dos Padres, documentos pontifícios, as decretais antigas, freqüentemente falsas. Era portanto indispensável dar uma ordem a isso, acabar com as contradições, estabelecer princípios⁵⁹.

A partir do *Decretum*, o Papa pode interpretar os cânones anteriores e invalidá-los por meio da interpretação de pontos duvidosos. Assim, vários assuntos passaram à jurisdição papal e o Papado passou a ter a autoridade legislativa de compor e de modificar leis. Com o *Decretum* foram lançados os fundamentos para a expansão do poder do Sumo Pontífice, assegurando a supremacia da Santa Sé e a autoridade jurídica do Papa.

Como o Papado passou a ser procurado para várias causas, inclusive pendengas feudais – as quais eram de responsabilidade dos nobres, senhores feudais, através das bases do direito consuetudinário, de “origem bárbara e feudal”⁶⁰ – isso acarretou duas importantes conseqüências: primeiramente, o aumento de serviços para os “funcionários” da cúria, que acarretou o desenvolvimento da máquina administrativa do Papado em uma complexa rede “burocrática”; em uma segunda conseqüência, esta de cunho jurídico: como a consulta ao Papado tornou-se uma constante, as leis passaram a ser oriundas diretamente do Papa – as quais eram

⁵⁷ Nessa mesma época, apareceu um manual que teve a mesma importância do trabalho de Graciano, porém, no campo da teologia. Foi o *Liber Sententiarum*, de Pedro Lombardo. Essa obra foi o texto clássico sobre o qual se basearam todos os professores de teologia em qualquer parte da Europa Ocidental, nos quatro séculos seguintes. Para Hughes o aparecimento do *Decretum Gratiani* e do *Liber Sententiarum* pode ser considerado o símbolo do renascimento cultural, de que foram testemunhas a última metade do século XI e todo o século XII. Entretanto, tão importante quanto as Decretais de Graciano foram os Cinco Livros de Decretais de Gregório IX, promulgado em 1234.

⁵⁸ Segundo LE BRAS, G. Opus cit., *kanón* é a palavra grega que significa “que serve de regra”. Portanto o direito canônico é o que rege o funcionamento da Igreja e as relações desta com a sociedade.

⁵⁹ LE GOFF, J. Opus cit. 2005., p. 162.

⁶⁰ VERGER, J. Opus cit., p. 52.

geralmente decretais. Para compor essas leis, o Papa reunia-se em consistório com os cardeais todos os dias da semana⁶¹.

Devido a essas condições a formação da cúria e dos Papas se modificou. Muitos Papas eram juristas e a maioria dos cardeais também. A afirmação de que “não houve santos entre os papas do século XII”⁶² justifica essa característica, muito mais jurídica que religiosa, do Papado desse período.

Essa prioridade de assuntos jurídicos sobre os espirituais foi severamente criticada por Bernardo de Claraval. Suas críticas eram dirigidas contra a “inextricável floresta de decretos papais”⁶³, contra a avareza e as redes corruptas de favores dos advogados. Assim, Bernardo propõe ao Papa um retorno às prerrogativas espirituais de seu cargo. Defende que seria mais importante se o Papa fosse realmente um vigário de Deus, concentrando-se em salvar almas e não em salvar litígios. O final do pontificado de Inocêncio II foi conturbado. Nesse momento, surgiram importantes movimentos comunais nas cidades italianas, em grande medida incitados pelos ensinamentos de Arnaldo de Brécia.

A Rome, um clerc passionné de reformes, écoeuré par la richesse de certains prélats et par l'appétit de puissance de la hiérarchie, Arnaud de Brescia, amène les habitants contre le Saint-Siège, faisant entendre pour la première fois la voix de la contestation contre ce qui constitue le mauvais fruit de la réforme grégorienne.⁶⁴

O “renascimento” urbano ocorrido a partir do final do século XI forneceu a força financeira para as cidades e, principalmente, para os comerciantes – burgueses – que nesse momento começavam a se insurgir contra os senhores feudais. Cidades, como Gênova, Veneza, Pisa e Amalfi, enriquecidas pelo comércio queriam estruturar-se como repúblicas independentes, com administração própria. Surge assim, um novo elemento que opõe os habitantes das cidades entre si, de um lado senhores e de outro os burgueses. Além disso, as cidades vizinhas também rivalizavam entre si.

⁶¹ A partir do século XII os cardeais passaram a ter relevância sobre toda a Igreja, precedendo os bispos e arcebispos nas decisões importantes. Cf. TEJADA, M. T. G. Opus cit. pp. 69 – 77; BARRACLOUGH, G. Opus cit. pp. 115 – 125 e Cf. SCHENK, J. E. Opus cit. pp. 205 – 209.

⁶² BARRACLOUGH, G. Opus cit., p. 124.

⁶³ Idem., p. 124.

⁶⁴ PACAUT, Marcel. Opus cit., p. 161.

No ano de 1136, Pisa destruiu a cidade de Amalfi. Pouco depois a cidade de Pisa foi submetida à Gênova. Esta por sua vez, esteve em lutas constantes contra Veneza, até o início da chamada Era Moderna. Toda essa comoção interferiu na política romana e, portanto, fez-se sentir pelo Papado.

Após a morte de Inocêncio II, dois papas sucederam-se rapidamente: Celestino II (1143 – 1144) e Lucio II (1144 – 1145). Com a morte de Lucio II – em 15 de fevereiro de 1145, morto em um tumulto, vítima de uma pedrada (segundo o que consta na historiografia) – os cardeais reuniram-se em conclave e elegeram, com unanimidade, o monge cisterciense Bernardo Paganelli, abade de *Tre Fontane*⁶⁵, sob o título de Eugênio III.

Bernardo de Paganelli, que fora discípulo de Bernardo de Claraval, era um abade sábio e firme, rígido seguidor da Regra de São Bento e das normas cistercienses. Segundo Barraclough⁶⁶, a eleição procedeu rapidamente para evitar um cisma. A eleição de um anti-papa, no perturbado momento em que o poder temporal em Roma estava nas mãos de “revoltosos” – a população, incitada por Arnaldo de Bréscia, queria a restauração da República – teria sido desastroso para a política papal, pois os senadores pretendiam a eleição de um papa favorável à sua política.

Eugênio assumiu a cátedra pontifícia imediatamente – no dia 18 de fevereiro de 1145 – pela primeira vez um cisterciense ocupava o trono de São Pedro. Salientamos que Eugênio era um dos “filhos” mais caros de Bernardo. Segundo as hagiografias⁶⁷ esse foi um período doloroso para o abade de Claraval, mas, também o mais fecundo. A Ordem de Cister – que havia sido um dos braços mais ativos da política papal na primeira metade do século XII – assumia, na figura de Eugênio, a

⁶⁵ Mosteiro dedicado aos santos Vicente e Anastácio, conhecido pelo nome de Três Fontes, *Tre Fontane*, *Saint Paul Troi-Fontaines*. Diz-se que esse mosteiro foi erguido no local do martírio do apóstolo São Paulo, cuja cabeça, ao ser separada do corpo, teria efetuado três saltos fazendo brotar três fontes (segundo a lenda). Esse mosteiro permanece em funcionamento nos dias atuais e pertence à Ordem de Cister.

⁶⁶ BARRACLOUGH, G. *Opus cit.*

⁶⁷ GOYAU, G. *Opus cit.*, RICÉ, P. *Opus cit.*, e RIBADENEIRA, Pedro. *Vida de San Bernardo*. In: CLARAVAL, S. *Bernardo de*. *Opus cit.*, 1953.

mais preeminente posição dentro da Cristandade Ocidental. Temeroso de que a população se sublevasse, o Papa deixou clandestinamente a cidade, buscando refúgio no mosteiro de Farfa.

Após a eleição de Eugênio, o Papa recebeu uma carta de seu antigo abade e “pai” espiritual, Bernardo. Essa missiva é recheada de um misto de temor e alegria. Temor, pois essa elevação significava o abandono da vida monástica e, portanto, um perigo à vocação; alegria, pois, Eugênio poderia transportar para a cátedra de São Pedro os ensinamentos cistercienses.

(...) Hasta ahora he tenido apretada la pluma; consideraba despacio la cosa. Esperaba tu carta y verme prevenido por ti con bendiciones de dulzura⁶⁸. Esperaba a um hombre fiel que viniese de tu lado y que me dijese todo por su orden: qué se ha hecho, cómo, de qué manera. Esperaba que volviese alguno de mis hijos y mitigase el dolor del padre diciendo: *Tu hijo José vive y manda en toda la tierra de Egipto*⁶⁹. Por lo cual esta mi carta no viene de la voluntad, sino de la necesidad, y está sacada por los ruegos de los amigos, a los cuales no puedo negar lo poco de vida que aún me queda. Ya serán pocos más días, ya sólo me restael sepulcro. Mas, porque empecé, hablaré a mi señor. Ya no me atrevo a llamarte hijo, porque el hijo se ha convertido en padre, y el padre en hijo. (...) ⁷⁰

Do mosteiro de Farfa, Eugênio se instalou em Viterbo, permanecendo ali quase um ano. Nesse momento o Papa traçou o programa de seu pontificado, seguindo os conselhos de seu antigo mestre. O Papa pretendia lutar contra a população sublevada de Roma; continuar a proposta gregoriana de reforma eclesiástica; defender o caráter universal da Igreja, combatendo as heresias; e, retomar o movimento das Cruzadas.

Durante esse período, a cidade de Edessa caiu em mãos dos turcos (dezembro de 1145). Esse fato fez com que o Papa escrevesse a bula *Quantum Praedecessores* de primeiro de dezembro de 1145, conclamando a Segunda Cruzada. A tarefa da

⁶⁸ Realizastes os anseios de seu coração, não rejeitastes a prece de seus lábios. Com preciosas bênçãos fostes-lhe ao encontro, pusestes-lhe na cabeça coroa de puríssimo ouro. (Salmos 20:3-4)

⁶⁹ E anunciaram-lhe a boa nova: “José vive ainda, disseram-lhe eles; e é mesmo ele quem governa todo o Egito.” Mas o coração de Jacó permaneceu frio, porque não acreditava no que ouvia. (Gênesis 45:26)

⁷⁰ Epístola 246 de Bernardo de Claraval ao Papa Eugênio III. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. p. 1185. Também em *PL. Tomus CLXXXII.*, p. 445.

conclamação foi confiada a Bernardo de Claraval. Assim, na Páscoa de 1146, em Vezelay, muitos bispos, de várias partes da atual França, acorreram para escutar as palavras de Bernardo.

A nova convocação atraiu vários cavaleiros e senhores, entre os quais se destacaram: o rei da França, Luís VII; o Imperador do Sacro-Império Romano Germânico, Conrado III; além de Frederico da Suábia, herdeiro do Império Germânico, dos reis da Polônia e da Boemia.

Os cristãos perderam as batalhas dessa Segunda Cruzada. O fracasso nessa empreitada foi encarado como uma dura perda por Bernardo e pelo Papa Eugênio. No tratado *Sobre a Consideração*, o abade de Claraval dedica todo um capítulo a respeito desse assunto.

Cabe aqui explicar, ainda que rapidamente, sobre as tormentas políticas no território romano, pois boa parte do pontificado de Eugênio – e mesmo de seus antecessores imediatos – foi perturbado por essas revoltas. As cidades italianas estavam enriquecidas pelo comércio e em plena movimentação em busca de autonomia. A cidade de Roma não foi uma exceção a esse episódio. Soma-se a isso a tradição de ex-capital do Império Romano. Roma, mesmo sob a égide dos pontífices, nunca perdeu a lembrança de seu passado glorioso de “capital do mundo”, *caput mundi*.

O Senado Romano tentou restaurar o modelo da antiga república⁷¹. Os tumultos, incitados em boa medida por Arnaldo de Bréscia, afetaram o pontificado de Inocêncio II. Seu sucessor, Celestino II conseguiu restabelecer, por um curto período, a paz em Roma. Porém, o partido do Senado voltou a se insurgir durante o pontificado de Lúcio II.

⁷¹ Cf. GOSSELIN, Jean Edmé Auguste. **Pouvoir du Pape au Moyen Age**. Paris: Librairie classique de Perisse frères, 1845 ; DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. **Nova História da Igreja**. Dos primórdios a São Gregório Magno. Petrópolis: Vozes, 1973; BARRACLOUGH, G. Opus cit.; BOULENGER, A. Opus cit.; e LLORCA, B. Opus cit.

Logo após a morte de Celestino II, em 1144, os romanos organizaram um novo governo, adotando a fórmula antiga do *Senatus Populusque Romanus*. A ordem eqüestre foi restabelecida à frente do Senado, um Patrício – da facção dos Pierlone – foi nomeado para substituir o prefeito da cidade e, o Papa Lúcio II, intimado a conceder todos os seus direitos temporais ao Patrício.

Para evitar a interferência imperial, o Senado enviou ao Imperador Conrado III uma embaixada responsável por assumir um juramento de fidelidade. Essa negação dos poderes temporais do Papa, mas não dos poderes imperiais, era visivelmente um atentado à autoridade Pontifícia. Segundo a obra *La cristandad romana*⁷² essa reviravolta da política romana encontrava eco na doutrinas de Arnaldo de Bréscia.

Lúcio II solicitou apoio imperial, porém o Imperador estava em meio a combates contra saxões e guelfos que não haviam reconhecido sua eleição para o trono imperial. Sem o socorro esperado, o Papa conseguiu uma trégua com o duque Roger da Sicília, mas morreu vitimado em um tumulto em Roma. O partido senatorial queria um papa que lhe fosse favorável, todavia, os cardeais foram mais ligeiros em eleger Eugênio III.

O pontificado de Eugênio foi conturbado. A anarquia estava instaurada na cidade de Roma, não sendo seguro para o Papa ficar na cidade. O povo, aproveitando a sua ausência, conferiu amplos poderes ao Patrício. As residências de clérigos e cardeais foram pilhadas e devastadas, e as igrejas foram invadidas, inclusive a Basílica de São Pedro.

Bernardo de Claraval escreveu, em vão, ao povo romano apelando para seu sentimento religioso. Como a reconciliação não ocorreu, o abade de Claraval pediu socorro ao Imperador Conrado III, solicitando-lhe que defendesse o Papado e a autoridade pontifícia frente aos rebeldes do Senado Romano:

(...) No piense mi alma como aquellos que dicen que la paz y la libertad de las iglesias perjudican al Imperio, o que la prosperidad y exaltación del Imperio dañará a la

⁷² FLICHE, A., THOUZELLIER, C. e AZAIS, Y. Opus cit.

Iglesia. El fundador de una y otra no los unió para que se destruyeses, sino para que se edificasen.

Si esto sabe, ¿hasta cuándo disimulará el común desprecio, la común injuria? ¿Acaso no es Roma la cabeza del Imperio, así como es la Sede Apostólica? En verdad, ignoro qué le aconsejan sobre esto sus sabios y sus príncipes; pero yo, hablando em mi insensatez, no callaré lo que siento. La Iglesia de Dios, desde su nacimiento hasta los tiempos actuales, se ha visto perseguida muchas veces, y muchas veces también libertada. (...) Este cierto, ¡oh rey!, de que tampoco ahora permitirá el Señor que domine la vara de los pecadores sobre la suerte de los justos. No se ha acortado la mano del Señor ni se ha hecho impotente para salvar. También en este tiempo, sin duda ninguna, libraré a su Esposa, (...). La libraré, repito, la libraré; pero si con mano de otro, vean los príncipes del reino si eso va en honor del rey y utilidad del reino. Ciertamente, no.

Por tanto, ciña su espada junto a su muslo y, poderoso, restituya a sí mismo el César lo que es del César y a Dios lo que es de Dios. Ambas cosas interesan al César: defender su corona y proteger a la Iglesia. Lo uno conviene al rey, lo otro al defensor de la Iglesia. Confío que el Señor dará la victoria. Es más la soberbia y arrogancia de los romanos que su fortaleza. ¿Qué? ¿Acaso algún grande o poderoso, por ejemplo, un emperador o un rey, presumiría esta cosa tan fea contra el Imperio y contra el sacerdocio? Pero este pueblo maldito y tumultuoso, que no sabe unir fuerzas, ver el fin, considerar el provecho, se ha atrevido, en su insensatez y en su furor, a intentar este gran sacrilegio. Ante la faz del rey no podrán persistir un momento ni la mano popular ni la temeridad del vulgo. Me he vuelto insensato, pues siendo persona vil e ignoble, me he metido, como grande, a dar consejos a tan gran majestad y a sabiduría tan eximia sobre una cuestión tan transcendental. Por lo cual todavía añadido en mi insensatez: Si algún otro (lo que no creemos) se esfuerza por persuadirle otra cosa distinta de lo que yo le he dicho, éste o no ama al rey, o entiende poco de lo que conviene a la majestad regia, o también busca lo que es suyo, sin preocuparse de lo que es de Dios y del rey.⁷³

Essa carta de Bernardo se apóia em uma política tradicional, na qual o Imperador é o defensor nato da Igreja. O Imperador é o braço que brande a espada na defesa da Cristandade, tanto para os que defendem a hierocracia papal quanto para os que defendem uma teocracia imperial. Ao ser sagrado pelo Papa, o Imperador se empenha tacitamente a defender a Igreja contra seus inimigos. Embora as divergências entre Império e Papado estivessem sempre presentes nesse contexto, o atentado contra a autoridade civil e religiosa do Papa foi uma violação dos princípios que regiam a sociedade cristã medieval.

Bernardo apela para esses argumentos e, muito embora para o Imperador fosse conveniente prestar o auxílio solicitado – o Imperador Conrado ainda não havia

⁷³ Epístola 244, a Conrado, rei dos romanos. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. p. 1188. *PL. Tomus CLXXXII.*, p. 440.

recebido a sua sagração e, com ela, a coroa imperial –, as lutas pela sua legitimação, perante os nobres germânicos, o impediam de uma ajuda efetiva. Assim, o Papa Eugênio precisou contar com recursos próprios, lançando o anátema sobre os chefes da república. Essa medida animou os partidários do Papado.

Porém, os partidários da república ainda eram em maior número. Arnaldo de Bréscia – que havia jurado obediência ao Papado ao ser condenado no Concílio de Sens, em 1140 – discursava no Capitólio, atacando a autoridade pontifical, difamando o Colégio Cardinalício e a própria figura do Papa⁷⁴. Durante um período de aproximadamente 10 anos, Arnaldo foi mestre de Roma, condutor de modificações políticas, seduzindo o povo romano com a restauração – mesmo que apenas aparente – da antiga República. Arnaldo restabeleceu o Tribunato, buscou restaurar a ordem eqüestre, fez reviver as categorias de Patrícios e Plebeus.

A atuação de Arnaldo era política, mas seu alvo era o Papado. Ele negava o poder temporal da Igreja e era contrário ao seu enriquecimento. Não se pode conferir a ele uma atuação anticlerical, ele defendia que a figura do Papa deveria ser um pastor de almas, não um governante. E defendia, principalmente, que o direito de conferir aos imperadores a investidura e a coroa deveria ser do povo.

Esse argumento de Arnaldo não diferia muito dos argumentos dos defensores do poder imperial. Porém, ele passou a exigir que a Igreja pagasse tributos e que a nomeação dos Papas fosse feita através do Imperador. Mas, o Imperador Conrado tinha boas relações com o Papado, situação ameaçadora para os partidários de Arnaldo.

Com a morte de Conrado, em fevereiro de 1152, os seguidores de Arnaldo livravam-se de um incômodo inimigo. No entanto, os príncipes alemães elegeram Frederico de Hohenstaufen, ferrenho inimigo da idéia de “república”. Frederico considerava a revolta dos romanos como uma ofensa à sua autoridade; o novo Imperador se comprometeu em defender a Igreja e apoiar o Papado.

⁷⁴ BOULENGER. A. Opus cit.

Isso foi decisivo sobre as eleições senatoriais, os partidários de Arnaldo de Bréscia sofreram uma humilhante derrota. “Le pape Eugène III, placé alors à Rome face à la Commune et à Arnaud de Brescia dans une position humiliante, ne put réagir”⁷⁵. Os senadores eleitos chamaram o Papa e os cardeais de volta à cidade de Roma. Então, em 1152, Eugênio pôde se instalar definitivamente em Roma e proceder à restauração do poder pontifício.

O pontificado de Eugênio, apesar de seu início conturbado, terminou em paz: foi restabelecida a soberania temporal dos papas sobre bases sólidas, as quais foram aproveitadas por seus sucessores. Apesar das tormentas em território romano, Eugênio manteve as prerrogativas gregorianas e seu pontificado é considerado como um marco no estabelecimento do poder papal.

Acreditamos que o pontificado de Eugênio III pode ser considerado como o apogeu da reforma cisterciense. Um monge cisterciense na cátedra de São Pedro poderia conferir à Cristandade a austeridade, rigor e ascetismo religioso buscado por Bernardo, conferindo à Igreja um caráter monástico.

Com tudo o que foi exposto, pode-se definir o intervalo que se situa entre o pontificado de Leão IX(1049 – 1054) e o de Eugênio III (1145 – 1153)⁷⁶ como o momento no qual o Papado fortaleceu suas prerrogativas temporais e seculares. É entre o governo desses Papas que são lançadas as bases, ou os fundamentos, da soberania pontifícia, a tentativa de se estabelecer uma teocracia papal e se consolida as bases da hierocracia papal.

⁷⁵ PACAUT, M. Opus cit., 1976., p. 166.

⁷⁶ Segundo a historiografia as bases da teocracia papal terminam de se consolidar no pontificado de Alexandre III (1159 – 1181), e os pontificados de Inocêncio III (1198 – 1219) e Bonifácio VIII (1235 – 1303) marcam momentos de auge da política hierocrática.

2.1. O MOVIMENTO MONÁSTICO E O SURGIMENTO DA ORDEM DE CLUNY E CISTER

A ideologia cisterciense, construída sobre a trama do desprezo do mundo, não quer acrescentar nada, mas corta, apara e apura¹.

O vocábulo monge e os termos que lhe são aparentados derivam de uma raiz grega que significa *só, solitário*. Apesar disso, esse termo acabou designando os devotos ascetas que viviam em pequenos grupos, morando em comunidades afastadas do restante do mundo – os cenóbios (*coenobia*). Esses cenóbios passam a existir a partir de meados do século III:

Dès la seconde moitié du III^e siècle, en Orient, le désir d'observer strictement les préceptes évangéliques pousse certains chrétiens à fuir le monde pour mener, dans le désert, une vie de renoncement et de prière, de don total de soi à Dieu. C'est en Egypte que naît et se développe ce mouvement².

O movimento monástico apresenta como seus primeiros expoentes Antônio e Pacômio, ascetas egípcios responsáveis pela popularização dos dois ramos principais de experiência monástica: o anacoretismo e o cenobitismo³. Essa opção de vida ascética de Antonio e Pacômio é seguida por muitos que estavam na busca por uma devoção mais rigorosa. O ideal era levar uma vida de purgação e auto-purificação através da mortificação, assim o ascetismo monástico é um prolongamento do *modus*

¹ DUBY, G. Opus cit., 1990., p. 55.

² ROUX, Julie. Les Cisterciens. Vic-en-Bigorre Cedex – France: MSM: 2005., p. 9.

³ O termo anacoreta – *anachoresis* – designava originalmente a fuga para o deserto daqueles perseguidos pela justiça, pelo fisco ou pelos credores. Com a ascensão do movimento, a anacorese passa a identificar a opção do asceta pela vida solitária no deserto. Já o cenobitismo deriva de *coenobium* (convento, mosteiro) e identifica a prática do ascetismo em comunidade mediante a observância de uma regra. Cf. MARAVAL, Pierre. “Le monachisme oriental”. In: MAYEUR, J. M. et al. Histoire du christianisme. Paris: Desclée, 1995. pp.719-745 ; ARNAULD, Dominique. **Histoire du christianisme en Afrique** : Les sept premier siècles. Paris : Karthala, s/d. pp. 35 – 42. Disponível em <http://books.google.com/books>. Acessado em 10/12/2007 as 14:00.; e ROUX, J. Opus cit., pp. 9 – 11.

vivendi dos mártires, qualificado como um “martírio branco”⁴ – em oposição ao martírio sangrento dos perseguidos pelo Império Romano no início da história do Cristianismo. Para os cristãos, a primeira categoria de homens santificados ou divinos era representada pelos apóstolos e seguidos pelos mártires. Com o fim da “Grande Perseguição” e a conversão de Constantino, no entanto, não havia mais lugar no mundo romano para indivíduos dispostos à imolação pública em nome da fé que professavam.

Diante da acomodação que logo se estabeleceu entre a Igreja e o poder imperial – o que significou ao mesmo tempo o início de uma era de estabilidade para a Igreja e o arrefecimento do ardor de purificação – um contingente cada vez maior de indivíduos, possivelmente motivados por um desejo de viver do modo mais literal possível os ensinamentos de Jesus contidos nos Evangelhos, decide romper com os laços rotineiros de sociabilidade e adentrar o deserto, passando então a praticar toda sorte de penitências e mortificações na ânsia de elevação espiritual. Desse modo, vários anacoretas passaram a buscar na solidão e na rudeza do deserto a superação das imperfeições mundanas e a elevação da alma.

Au cours de ce III^e siècle, les communautés chrétiennes se sont multipliées en Égypte. L’Église d’Alexandrie prend conscience de son rôle de leader, son évêque sent le besoin d’en contrôler l’expression de foi (école d’Alexandrie), de garder dans l’unité les groupes et leurs expressions (orthodoxie/hérésie), d’associer le mouvement monastique de type prophétique aux soucis pastoraux de la hiérarchie. Mais nous avons déjà là les grandes caractéristiques de l’Église égyptienne des siècles suivants⁵.

Os cenóbios se modificaram ao longo do tempo e, durante a época de Santo Agostinho, já existiam os mosteiros propriamente ditos⁶. A vida monástica não difere no ideal da vida eremítica ou cenobítica, sendo, por sua natureza, um chamado ao perfeito seguimento do exemplo de Cristo, apesar das transformações sofridas ao longo dos séculos. Esses monges do final da Antigüidade – ou, melhor delimitando, da Antigüidade Tardia – eram considerados como “homens santos” ou divinos (*theioi*

⁴ ARNAULD, D. Opus cit. pp., 45 – 47.

⁵ Idem., p. 47.

⁶ Cf. LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit. Volume II., p. 225.

*andrés*⁷ ou *uir sanctus*⁸), adeptos de um rigoroso ascetismo, eram tidos como capazes de realizar prodígios e maravilhas.

Sua busca incessante pela santidade e pela perfeição evangélica faziam do “homem santo” um modelo ideal para as populações localizadas a sua volta que viam aquele como autêntico sucessor dos antigos deuses e heróis pagãos. Indubitavelmente que essa imagem de santidade seria essencial para que as populações rurais do ocidente tardo-antigo vissem no *uir sanctus* uma espécie de “interlocutor” daquelas comunidades camponesas tanto com a divindade como com os grupos sócio-políticos superiores⁹.

Portanto, o monacato, impulsionado por esses “homens santos”, pode ser qualificado como o mais notável movimento ascético da história da Igreja, não apenas em função da quantidade de pessoas que mobilizou, mas igualmente do impacto que produziu sobre a sensibilidade religiosa cristã por séculos a fio. Por conseguinte, esses “homens santos”, seja na qualidade de eremitas enclausurados em celas escavadas nas rochas ou reunidos em comunidades regidas por uma regra e tendo à frente um superior, passam a ser considerados como os legítimos sucessores dos mártires.

Essa imagem do “homem santo” aparece muito bem representado em boa parte das fontes hagiográficas do ocidente tardo-antigo. Na grande maioria dessas fontes o *uir sanctus* é representado como um guerreiro vitorioso e virtuoso que despreza as dificuldades mundanas e transitórias existentes na vida terrena, atitude que termina por conduzi-lo ao maior dos prêmios, à imortalidade junto a Deus¹⁰.

Esse modelo de santidade, passa a estar vinculado à imagem do monge, devido ao ascetismo rigoroso que o movimento monástico procura manter. Aliada à pobreza, principal virtude dos monges, temos alguns outros atributos que auxiliam, de modo secundário, na composição da sua imagem: como a observação da castidade e o jejum e a ocupação com trabalhos manuais.

À medida que as comunidades monásticas cresciam, tornou-se necessário o estabelecimento de regras de convivência. Dentre essas regras, duas se constituíram

⁷ IZIDORO, José Luiz. **O problema da identidade no cristianismo primitivo**: Interação, conflitos e desafios. São Bernardo do Campo – SP: Oracula, 2007. p. 62.

⁸ FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000., p. 35.

⁹ Idem. p. 35.

¹⁰ Ibidem. P. 35-36.

como as mais adotadas, e estabeleceram duas formas típicas de monasticismo: o oriental, seguindo as Regras Monásticas de São Basílio (c. 330-379 d.C.), o qual passou a ter o apoio do Patriarca de Constantinopla; e o monasticismo ocidental, que seguia as Regras de São Bento – baseadas nas Regras de São Basílio – (c. 480-550 d.C.), a qual adquiriu o apoio do bispo de Roma.

A estruturação da Igreja do Ocidente, que começou a se estabelecer antes da conversão de Constantino, reproduziu os principais elementos da estrutura política do Império Romano: “A expansão da comunidade cristã levou à ramificação do clero, que se dotou de uma estrutura complexa e hierárquica; a autoridade doutrinária e disciplinar concentrou-se então nas mãos dos bispos”¹¹.

Durante a Idade Média, ocorreu uma série de transformações econômicas, políticas e sociais. A Igreja não esteve à margem dessas mudanças. O processo de feudalização atingiu episcopados e abadias. Nesse processo, os senhores feudais consideraram os patrimônios da Igreja como seus por direito e não duvidaram em nomear seus filhos e parentes para cargos eclesiásticos. Em muitos casos, a dignidade eclesiástica era cedida através de pagamento ou de juramentos de vassalagem – ato denominado de simonia – o que gerou uma subversão dos costumes e dos valores da Igreja.

Nas abadias, o problema era ainda mais grave. considerando que para ser monge não era necessário ser sacerdote, bastando, apenas, jurar castidade, pobreza e obediência ao abade e às normas da ordem monástica. As famílias nobres enviavam alguns de seus filhos e, até mesmo, filhos de amigos e vassalos para a vida monástica, buscando alcançar, através de suas orações, a salvação eterna¹².

Como a investidura eclesiástica passava pelo cunho socioeconômico, e não pela vocação religiosa, ocorreu um afrouxamento dos costumes. Embora muitos concílios condenassem a simonia e o nicolaitismo, essas práticas continuavam a existir. Uma reforma se fazia urgente, e essa viria pelo Papado e, principalmente, pelo

¹¹ LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit. Volume II., p. 226.

¹² DUBY, G. Opus cit., 1990., p. 21.

monacato. Portanto, em diversas comunidades monásticas, que viviam segundo a Regra de São Bento (patriarca dos monges do Ocidente), surgiram iniciativas de reforma no sentido de uma entrega mais profunda e generosa às exigências da Regra.

Essa reforma monástica consistiu no esforço de reconduzir o monacato à sua pureza original. Foi um movimento iniciado por monges piedosos que contaram com o auxílio de alguns príncipes, principalmente na região da Borgonha e Lorena. Desses mosteiros reformados saíram bispos que praticaram o mesmo princípio de reforma em suas dioceses. Esse ideal de reforma culminou com a fundação do mosteiro de Cluny, de onde saíam os Papas “reformadores”; e o próprio Gregório VII, outrora Hildebrando, fora seu abade. Segundo Costa, os “monges foram mais uma vez os responsáveis pelo reerguimento intelectual da Europa medieval. Eles tentavam se aproximar do além, recusando o século, rompendo com o mundo, aquele mundo cheio de vícios”¹³.

A mobilização do mundo monástico a favor da reforma conduziu os próprios monges a desenvolver, muito mais do que no passado, a ação pastoral de maneira maciça fora dos mosteiros.

Segundo as posições mais extremadas, como a expressa por Pedro Damiano¹⁴, era preferível que a função pastoral fosse desenvolvida por aqueles cuja vida mais se aproximasse do modelo apostólico, ou seja, dos monges¹⁵.

Os mosteiros, a partir da Reforma Gregoriana, passaram a depender formalmente do Papa e conheceram um crescimento em toda a Europa. Sendo Cluny a ordem que conheceu um crescimento mais acelerado durante o século XI. Em Cluny, grande importância era dada à liturgia, que ocupava grande parte da jornada monástica com conseqüente redução do trabalho e da oração pessoal.

Não tardou para que Cluny espalhasse abadias “filhas” pelo restante da Europa, os mosteiros cluniacenses proliferaram. Sua organização fez com que prosperassem. As abadias cluniacenses tornaram-se grandes senhorios monásticos,

¹³ COSTA, R. Opus cit., p.1.

¹⁴ Cf. DAMIANO, Pedro. **Contra clérigos regulares proprietários**. Apud. CARDINI, Franco. “A Itália entre os séculos XI e XIII”. In: MONGELLI, L. M. Opus cit. p. 91.

¹⁵ CARDINI, Franco. “A Itália entre os séculos XI e XIII”. In: MONGELLI, L. M. Opus cit. p. 91.

seus camponeses cultivavam as terras, abriam bosques e matagais, drenavam pântanos e produziam o vinho. Essas abadias eram centros de povoamento, centros produtivos, nos quais o excedente era comercializado, que por sua vez acabaram enriquecendo, tornando-se, assim, poderosos.

O governo cluniacense era uma imitação da sociedade medieval: de Cluny dependiam alguns mosteiros que, por sua vez, tinham priorados em uma ordem hierárquica piramidal. Empregados e colonos supriam o trabalho dos monges, que se ocupavam da cópia dos manuscritos, coisa tão benemérita para a cultura.

Cluny foi, todavia, a grande representante do monaquismo beneditino tradicional no século XI, os mosteiros cluniacenses, fundados com o objetivo de reestruturar a vida monástica, adquiriram tamanho esplendor no final do século XI que caíram em uma espécie de relaxamento moral. A “poderosa” congregação de Cluny decaiu devido à riqueza de seus conventos e à escassa santidade de muitos de seus monges – filhos segundos de grandes famílias senhoriais, que abraçavam o monastério sem vocação religiosa. Muitas famílias nobres garantiam a sua participação na vida religiosa mantendo alguns de seus membros dentro dos mosteiros.

Eles também escolheram os mosteiros para colocar um ou outro de seus filhos e alguns filhos de seus amigos. Era esse um meio que toda linhagem aristocrática utilizava para se desembaraçar de um excesso de prole, mas tendo o benefício de graças particulares: integrados aos grupos de oração sem que fossem dissolvidas as solidariedades primeiras que os ligavam às pessoas de seu sangue¹⁶.

Foi através dos mosteiros que a sociedade medieval manteve seu contato mais estreito com o divino e o sagrado. Os mosteiros, apesar de abrigar monges oriundos da nobreza e seus abades terem relações de parentesco com importantes senhores, suas cartas de fundação proibiam qualquer ingerência exterior e, dessa maneira, os mosteiros escaparam melhor que a instituição episcopal das vicissitudes do século. Contudo, “a parte mais abundante da onda de oferendas que consagravam ao Senhor do universo uma parte das riquezas terrestres convergiu, por conseguinte, durante todo

¹⁶ DUBY, G. *Opus cit.*, p. 21.

o século XI, para os mosteiros”¹⁷, enriquecendo-os e afastando-os dos objetivos originais.

Impunha-se, pois, uma nova reforma que ocorreu sob a forma de novas fundações, que buscavam o retorno de algum aspecto da Regra beneditina original. Portanto, os séculos XI e XII foram fecundos em fundações de novas ordens monásticas. Como já mencionado, esse período viu uma grande renovação na sociedade sob os aspectos demográficos, econômico, social, político e cultural. Essas mudanças, acompanhadas pela Igreja sob a forma da reforma gregoriana – e todo o movimento de “reforma” que antecedeu o pontificado de Gregório VII – acarretou uma melhoria espiritual do clero.

Embasado nisso, o movimento monástico ganhou um ímpeto nesse momento e ocorreram importantes fundações, como Camaldoli em 1012, Valumbrosa em 1039, Grandmont em 1070, a Grande Cartuxa¹⁸ em 1084, Citeaux (Cister) em 1098¹⁹ e os Premonstratenses em 1120, além de alguns Cenóbios e Eremitérios. Todas ou quase todas essas reformas tinham a mesma inspiração: uma vida mais simples e pobre, mais solitária e separada do mundo, mais próxima do grande modelo idealizado pelos primeiros monges. Elas nasceram não como reação contrária a um período de crise, mas sob o influxo de um crescimento espiritual e material.

Evidentemente os cistercienses inserem-se nesse movimento; foram chamados de monges brancos pela cor do hábito feito, por pobreza, de lã não-trabalhada de ovelha, sem nenhum tingimento – contrapondo-se ao hábito negro beneditino e cluniacense – a parte XI do *Capítulo Geral*, diz o seguinte sobre a indumentária: “A indumentária será simples e ordinária, sem forros de peles nem camisas, mas tal enfim qual a Regra a descreve, além disso o exterior das cógulas será desprovido de quaisquer enfeites e os sapatos diurnos devem ser de couro de vaca.”²⁰ Assim, Cister

¹⁷ DUBY, G. Opus cit., p.23.

¹⁸ As informações referentes às Ordens Monásticas foram retiradas da obra de FROSSARD, André. **O Sal da Terra**. As grandes Ordens Religiosas. São Paulo: Herder, 1965.

¹⁹ Cf. LEKAI, L. Opus cit. e FROSSARD, A. Opus cit.

²⁰ GUIMARÃES, I. Opus cit., p. 153.

nasceu em oposição à opulência atingida pelos mosteiros de então.

Cister ou Cisteaux – do nome da localidade na qual surgiu, *Cistercium* em latim – foi fundado em 21 de março de 1098 quando Roberto de Molesme partiu, junto com alguns companheiros, para as cercanias de Dijon – 20 km ao sul da atual cidade de Dijon – com a intenção de fundar um cenóbio e retornar aos primitivos ideais evangélicos. Deve-se acrescentar que esse desejo dos fundadores de Cister se inseria em um amplo movimento de renovação do movimento monástico, como dito anteriormente. Não eram apenas os cistercienses que buscavam uma sincera vivência da Regra de São Bento e um retorno à austeridade monástica; no entanto, foram os cistercienses que souberam aferir originalidade às aspirações do momento.

Após a fundação, a Ordem de Cister passou por alguns anos de estagnação. Depois desse período – mais ou menos uns 14 anos – os cistercienses começaram a receber numerosas vocações, e, até o fim do século XII espalharam-se por toda a Europa em centenas de mosteiros masculinos e femininos. Simultaneamente, desenvolveram a própria espiritualidade mística, que se exprimia tanto nas obras dos grandes teólogos cistercienses quanto na arquitetura de suas igrejas, até à direção da economia das comunidades.

Os primeiros anos desse novo mosteiro foram conturbados. Seu fundador, Roberto, fora abade de Molesme, do qual partiu para fundar Cister. A partida do abade colocou o mosteiro de Molesme em situação complicada, cuja solução impelia os monges a solicitarem a intervenção papal. Roberto retornou, então, ao seu antigo abaciado em Molesme, devido à obrigação do Papa²¹, deixando em seu lugar, como abade de Cister, seu companheiro Alberico – o qual saíra de Molesme juntamente com Roberto para fundar Cister. Alberico, por ser o mais severo dentre os monges que estavam instalados em Cister, foi a escolha lógica de Roberto para conter o afrouxamento dos costumes e manter o espírito com o qual o novo mosteiro havia sido fundado.

²¹ A carta do Papa Urbano II a Roberto ordenando o retorno deste para Molesme está inserida no Pequeno Exórdio de Cister 11,6; 12,30. In: GUIMARÃES, I. Opus cit., p. 43.

O abaciado de Alberico construiu a primeira igreja de Cister e se ocupou em obter junto ao Papado – embora sem resultados – o privilégio de ser considerado uma Ordem monástica e, com isso, estar sob a proteção de Roma. Alberico conseguiu consolidar a fundação e fixar normas de conduta que procuraram abolir da vida monástica tudo o que fosse contrário à Regra de São Bento.

Assim, a escolha pela pobreza e um lugar afastado para o mosteiro – *claustrum et heremus* –, a obrigatoriedade do trabalho manual para os monges, para conseguirem seu sustento, renunciando aos dízimos e aos benefícios eclesiásticos e a ocupação com a oração, foram as premissas da Ordem de Cister. “O ideal da ordem é a penitência e os duros trabalhos manuais, sujeitando-se a rigorosas regras. Ao contrário dos Beneditinos de Cluny, que se ocupavam da ciência, os Cistercienses empregavam-se em desbravar inóspitas regiões e a cultivar a terra”²². Essa penosa abnegação exigida dos monges contribuiu para dificultar o recrutamento; pois os poucos monges vindos de Molesme não eram em número suficiente para fazer a reforma cisterciense vingar. Os primeiros anos da nova Ordem foram obscuros e sem possibilidades de crescimento. Foi nesse clima que Alberico faleceu, em janeiro de 1109, tendo como sucessor eleito, seu prior Estevão de Harding.

Estevão foi o responsável por fixar as bases teóricas e jurídicas dessa recém fundada Ordem. Sob seu abaciado, Cister inicia uma nova fase, saindo da estagnação inicial e recebendo novas vocações. A mais importante delas ocorreu no ano de 1112, quando chega a Cister um grupo de 30 jovens nobres, liderados por Bernardo de Fontaines, filho do conde de Châtillon²³, o qual mais tarde seria chamado de Bernardo de Clairvaux – São Bernardo de Clairvaux – ou Claraval.

A chegada desses novos colaboradores, juntamente com “seus recursos e ainda uma vontade, uma concepção, um vigor intelectual e um ardor místico, que frutificariam na eclosão do novo ambiente, capaz de fomentar e garantir a vitória, tão

²² ADAM, Ernst. **Arquitectura Medieval**. Vol. II. Lisboa: Verbo, 1970, p. 41. Vide também DUBY, G. Opus cit., 1990.

²³ O senhor da região de Fontaines perdeu para o hábito cisterciense, de uma única leva, todos seus filhos varões, levados pelo caçula Bernardo.

desejada e tão comprometida”²⁴. Iniciava-se o período de fecundidade progressiva que tornaria a Ordem de Cister uma das mais importantes – se não a mais importante – deste século XII.

Assim, o primeiro obstáculo de Cister havia sido ultrapassado, o da sobrevivência: a primeira casa “filha” – La Ferté – é fundada em 1113; em 1114 ocorre a fundação de Pontigny; e, em 1115, surgem Morimond e Clairvaux, ou Claraval, esta última tendo como seu abade o jovem Bernardo²⁵, que seria o autêntico pilar da ordem. Bernardo foi abade de Claraval e um líder da Ordem até a sua morte em 1153, momento em que a ordem cisterciense contava já com 343 casas repartidas por toda a Europa, das quais não menos de 160 haviam sido fundação do próprio Bernardo.

Passada a primeira etapa, a da fundação e das primeiras novas fundações – as quatro primeiras casas, tidas como as “casas-mãe” de Cister – surgia um novo obstáculo: ser reconhecida como ordem monástica legítima, seguidora da Regra de São Bento e com seu próprio ideal de ascetismo, pobreza e trabalho, distinto das demais casas beneditinas. A Ordem de Cister foi reconhecida pelo Papa Calisto II, em 1119, apesar do combate movido pelos beneditinos tradicionais e, principalmente, pelos cluniacenses. A partir do reconhecimento a Ordem de Cister conheceu um crescimento contínuo, espalhando seus mosteiros por toda parte.

Houve um momento em que a Europa foi cisterciense: uma rede de mosteiros desta ordem monástica estendia-se por todo o continente, de Portugal à Estônia, da Noruega à Sicília. O século XII marcou o apogeu dos cistercienses, um ramo do grande tronco beneditino, que procurou dar novo vigor aos valores tradicionais do monaquismo, busca de Deus na solidão e no silêncio, no quadro de uma comunidade fraterna, ascetismo liberador das melhores energias espirituais do ser humano, despojamento e simplicidade em todas as coisas, da liturgia e arquitetura ao vestuário e alimentação.²⁶

Portanto, a Europa recebeu os monges brancos no período áureo de sua

²⁴ GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça**. Estudo Histórico-arqueológico. Lisboa: Horizonte, 1992. p. 39.

²⁵ Os relatos referentes à vida de São Bernardo foram encontrados nas obras: GOYAU, G. Opus cit., MERTON, T. Opus cit., RICHÉ, P. Opus cit., e WIESINGER, A. Opus cit.

²⁶ GUIMARÃES, I. Opus cit., p. 7.

expansão, que levaram consigo duas notáveis contribuições: as novas concepções agronômicas, as quais faziam de suas granjas autênticos modelos de unidade produtiva, agrícolas e pecuárias e a arte única de seus mosteiros²⁷.

Os cistercienses estavam embasados por um elaborado conceito de unidade e uniformidade conferida aos cistercienses por seus pensadores – seus abades mais proeminentes. Os abades cistercienses estavam em constante contato, trocando experiências e conhecimentos, além de discutindo novas diretrizes para a Ordem. Nesse sentido seus mais importantes teóricos, abades eruditos e competentes na retórica, guiaram a Ordem de Cister.

²⁷ Cf. DUBY, G. *Opus cit.*, 1990.

2.2. PENSADORES DE CISTER

Lo cual nos enseña que muchas veces se han de interrumpir las dulzuras de la contemplación por darse a las obras de celo, y que nadie debe vivir para sí mismo, sino todos para Aquel que murió por todos¹.

A idéia principal que inspirava os cistercienses era a de devolver ao monacato a pureza primária, a qual havia sido quase que totalmente destituída pelo excessivo enriquecimento de Cluny. Seguindo esse intuito, Bernardo e Estevão Harding procederam o restabelecimento da Regra de São Bento, *ad apicem litterae*, rechaçando qualquer elemento que não estivesse explicitado em seu texto. Obedecendo à advertência do próprio São Bento quando prescreveu que o nome Regra se devia ao fato de que essa “regula” os costumes daqueles que vivem debaixo de sua observância².

Os três elementos fundamentais da reforma cisterciense são, portanto, a observação do ofício divino, a leitura espiritual e o trabalho manual. Particularmente, no que diz respeito à Regra de São Bento, capítulo V, o qual diz sobre a obediência à regra, ao abade e à Igreja; os capítulos VII e XXXIII, que versam, respectivamente, sobre a humildade e pobreza dos monges; e, o capítulo XLVIII, o mais esquecido pelos beneditinos tradicionais, que trata do trabalho manual de cada dia: “A ociosidade é inimiga da alma. Por conseguinte, devem os irmãos ocupar-se a certas horas no trabalho manual e a outras na leitura das coisas divinas”³.

¹ Sermão “Da consolação da alma” de Bernardo de Claraval. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 282. Também em PL. Tomus CLXXXIII. p. 984.

² Segundo SÃO BENTO. **Regra do Glorioso Patriarca São Bento**. Singeverga: Mosteiro de Singeverga, 1951.

³ SÃO BENTO. Opus Cit., p. 59.

Elimina-se da vida monástica tudo o que pareça excessivo ou supérfluo, em aras da simplicidade; inclusive por disposição do Capítulo Geral⁴, de 1134, tenta-se que as fundações evitem lugares próximos de núcleos urbanos, preferindo locais afastados onde a solidão contribua para a pureza da ordem; uma pureza simbolizada na troca do hábito negro beneditino pelo branco.

Essa oposição aberta ao mundo, o afastamento da vida secular, a insistente procura das origens, a fuga do mundo – *fuga mundi* – e o afastamento da realidade presente em um mundo decadente – *mundus senescens*, mundo envelhecido – buscava a paz espiritual, o encontro com o divino, alcançado através da pobreza, da leitura das Escrituras, dos Padres da Igreja e através do trabalho manual. Essa fuga do mundo é um tema recorrente no ideário medieval, “mas sua prática concreta tomou formas diversas, indo do retiro propriamente dito em lugares isolados, a uma ruptura mais figurada, permitindo aos monges que não deixassem os centros de habitação e as relações sociais”⁵. Esse novo posicionamento trouxe importantes consequências para o pensamento teológico, para o movimento monástico e também para a estética religiosa.

Devido ao posicionamento cisterciense, contrário às demais casas beneditinas, a ordem precisou em vários momentos, defender-se e propor, teoricamente, seus pontos de vista e ideais, mesmo que para manter a unidade da ordem e manter suas casas em estrita harmonia com seus princípios. Dessa forma, a ordem de Cister produziu muito, em termos literários, tendo como, sem dúvida, o maior escritor desse século XII, Bernardo de Claraval; porém, outros abades também foram prolíficos em escritos.

O segundo abade da ordem, Alberico, foi responsável pela primeira proposta de unidade da ordem. O “Pequeno Exórdio de Cister”, *Exordium Parvum*, regulava a

⁴ Diariamente os monges se reuniam em torno de seu abade para receber instruções e ler alguma passagem do Evangelho. Essas reuniões ocorriam na sala do Capítulo. Uma vez por ano todos os abades cistercienses se reuniam na sala do Capítulo de alguma das casas-mãe para discutirem suas preleções e receberem diretrizes que garantiriam a uniformidade da Ordem. Essa reunião anual, por ser realizada na sala do Capítulo e por agrupar todos os abades, recebeu o nome de Capítulo Geral.

⁵ LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit. p. 225.

qualidade dos ornamentos litúrgicos, os móveis e acessórios. Esse documento trata de maneira bastante lacônica sobre Alberico: “homem forte, versado nas ciências divinas e bastante conhecedor das coisas humanas, cheio de amor pela Regra e de caridade para com os irmãos”⁶. Não existem relatos sobre Alberico, sua origem, família, ou, até mesmo, onde teria nascido. Sabe-se apenas que era monge em Molesme e que teria partido junto com o abade Roberto para fundar Cister. A Alberico se deve a organização das abadias cistercienses e a adoção do hábito branco, embora essa decisão esteja envolta a lendas.

Outro importante pensador de Cister foi seu terceiro abade, Estevão de Harding. A seu respeito apenas se sabe que era de origem inglesa e que também veio de Molesme com o primeiro grupo fundador. O abade Estevão, em sua *Carta Caritatis*, insistia no fator da uniformidade dos ritos. Esse texto de Estevão de Harding é um documento cisterciense de cunho jurídico, assemelhando-se a uma espécie de “constituição” da Ordem. Essa *Carta de Caridade*, como seria chamada em português, regula e controla a continuidade administrativa de cada casa da Ordem; define as relações das casas entre si e entre as “casas-mãe”; e, garante a unidade da Ordem. Essa carta sofreu algumas modificações ao longo do século XII, como atestam alguns manuscritos da Ordem⁷.

Por volta de 1114, a *Carta Caritatis* já existia. No momento da aprovação, pelo Papa Calisto II, do direito cisterciense em ser uma Ordem distinta, em 1119, a carta já estava substancialmente alterada. Poucas alterações foram acrescentadas posteriormente até o ano de 1152, na versão chamada de *Carta Caritatis Prior*. Cinco bulas pontifícias, denominadas de *Sacrosancta romana ecclesia*, marcam entre 1152 e 1165, a evolução desse documento até a forma que se conserva até os dias atuais, denominada de *Carta Caritatis Posterior*.

⁶ *Exordium Parvum*, cap. IX. In: GUIMARÃES, I. Opus cit.

⁷ Os documentos primitivos da ordem de Cister estão disponíveis na obra de GUIMARÃES, I. Opus cit.

Para a historiadora Angiola Maria Romanini⁸, a grande inovação da *Carta Caritatis* está na invenção do sistema de filiação, que organiza o surgimento de novas casas cistercienses por abrolhamento: cada nova casa teria sua independência, auto-suficiência, autonomia e igualdade com relação às demais casas, inclusive com relação à “casa-mãe”, Cister. Cada casa elegia diretamente seu abade, o qual era instituído pelo Capítulo anual. Segundo a *Carta Caritatis*, os horários, a disciplina, os serviços religiosos, os livros de leitura, a alimentação e também o tipo dos edifícios monacais, deviam ser idênticos em todas as abadias cistercienses.

Outros importantes escritores cistercienses a serem lembrados são Elredo de Rievaulx e Otto de Freising. Elredo, abade de Rievaulx, foi escritor de homilias e um dos primeiros a relatar a história de Cister. Elredo deixou a obra *Speculum Caritatis* (*Espelho da Caridade*), na qual apóia a *Apologia* de Bernardo de Claraval, fazendo quase que uma paráfrase do texto de Bernardo. Otto, abade de Freising, deixou uma importante obra a respeito do poder papal, intitulada *Crônica das duas cidades*.

Contudo, dentre os pensadores de Cister o mais preeminente foi Bernardo de Claraval:

O grande abade cisterciense, o polêmico mais mordaz e o monge mais poderoso do século XII, entendia o monaquismo como uma vida de rigorosa obediência e de abnegação extrema no que dizia respeito ao bem-estar pessoal, à alimentação e ao sono. Imbuído de espírito missionário, tendia a imiscuir-se em todo o lado onde, na sua opinião, se fizesse sentir, no essencial, a falta de severidade e concentração necessárias aos hábitos de vida monástica, à prática litúrgica e à postura religiosa.⁹

A presença de Bernardo foi tão marcante que é muito comum a historiografia confundir sua própria história com a da Ordem. Seu mito foi tão absorvente que chegou a ocultar, em muitos momentos, as origens de Cister. Todavia, no século XII, pelo menos em sua primeira metade, Bernardo foi o porta-voz dos ideais cistercienses, os quais eram também seus próprios ideais.

⁸ ROMANINI, Angiola Maria. O projeto cisterciense. In: DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel. **História artística da Europa** – A idade média. São Paulo: Paz e Terra, 1995. pp. 132 – 151.

⁹ TOMAN, Rolf. **A Arte do Gótico**. Arquitetura – Escultura – Pintura. Köln: Könemann, 2000. p.9.

2.2.1. Bernardo de Claraval

Se Bernardo é difícil de conhecer e, por certo, de amar, é por causa da complexidade da sua pessoa e da sua obra¹⁰.

Seria necessário dedicar todo um trabalho para analisar a obra e o pensamento do grande abade de Claraval, cuja oratória e poder de persuasão fazia agitar tudo a sua volta. Entretanto, seria um trabalho de fôlego que ultrapassa o objetivo da presente reflexão. Bernardo foi, sem dúvida, um dos cistercienses de maior prestígio e influência sobre a sociedade europeia da primeira metade do século XII, não só no campo monástico, mas também na vida religiosa e civil de seu tempo. Seus escritos o tornaram logo conhecido e ele se encontrou, sempre, empenhado em resolver conflitos de ordens religiosas, a apaziguar rixas internas da Igreja e interferir no campo civil e religioso.

Bernardo teve um número bastante grande de biógrafos, são vários os escritos encontrados; muitos de seus discípulos, amigos e admiradores do abade de Claraval escreveram sobre sua vida e seus feitos. Contudo, por Bernardo ser uma figura religiosa e por ser considerado Doutor Melífluo da Igreja, Santo e figurar entre os Padres da Igreja (São Bernardo de Claraval é o último dos nomes a figurar na Patrística)¹¹. Os escritos sobre sua vida são recobertos por uma aura de santidade e imaginação, a maior parte das hagiografias se ocupam mais em detalhar seus feitos como santo do que os feitos como homem de seu tempo.

¹⁰ LECLERCQ, Jean (OSB). **Bernard de Clairvaux**. Paris: Ed. Desclée, 1989. s/p. Apud. OLIVEIRA, Nuno Villamariz. **O Ideário de São Bernardo e a sua Influência na Arquitectura Militar Templária**. Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova Lisboa. Medievalista online. Ano 2, nº2 – 2006. Disponível em www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista. Acessado em 10/11/2007 às 10:45.

¹¹ Informação retirada do manuscrito de DEMARTINI, Paulo Celso. (Pe. O.Cist.) Tradução do original. **Ordine Cistercense - Nono Centenario dalla Fondazione: 1098-1998**. Gentilmente cedido pelo Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo.

Migne¹², no volume 185 da Patrologia Latina, recolheu as biografias primitivas de Bernardo que se denominam, simplesmente, *Vita prima*, *Vita secunda*, *Vita tertia* e *Vita quarta*. A *Vita prima* é composta por cinco livros e foi escrita durante a vida de Bernardo por companheiros, amigos e discípulos. Os autores são: Guilherme de Saint-Thierry, que escreveu a primeira parte; Ernaldo de Bonneval, escreveu a segunda parte; e, Gaufrido d'Auxerre que escreveu o restante da obra.

Essa *Vita prima* é considerada uma “biografia” e não uma hagiografia, pois foi escrita ainda durante a vida de Bernardo. Em 1155, dois anos após a morte do abade de Claraval, bispos, abades e companheiros de Bernardo se reuniram em Claraval para revisar essa *Vita prima*. A essa obra se anexou posteriormente um livro 6, denominado *Liber miraculorum in Germânico itinere patronum*, escrito por vários autores e com um caráter lendário.

A *Vita secunda* é uma espécie de resumo da *Vita prima*, porém expõe uma cronologia mais precisa, escrita pelo discípulo de Bernardo, Alano d'Auxerre, entre os anos de 1167 e 1170. No entanto, essa obra tende ao panegirismo e à elegia e, embora essa *Vita secunda* tenha sido escrita após a morte de Bernardo, ela é contemporânea do processo de beatificação de Bernardo, o qual foi canonizado em 18 de junho de 1174 pelo Papa Alexandre III. A *Vita tertia* foi escrita por Gaufrido d'Auxerre e pode ser considerada uma espécie de esboço dos livros três a cinco da *Vita prima*, escrita por esse autor.

Vita quarta, escrita entre os anos de 1180 e 1182 pelo cisterciense João, o Ermitão – jovem que não conheceu Bernardo, porém foi discípulo dos discípulos do abade de Claraval – é composta por dois livros. O primeiro, bem preciso com dados a respeito da família de Bernardo, Enquanto que o segundo, refere-se a assuntos diversos sendo a maior parte de caráter lendário.

Outras hagiografias, algumas escritas em período mais recente, tiveram como base as recolhidas por Migne. Dentre essas se sobressaem três: a escrita por Georges

¹² *PL. Tomus CLXXXV.*

Goyau¹³; pelo historiador Pierre Riché¹⁴ e pelo reverendo padre Pedro de Ribadeneira, que abre o volume das Obras Completas, de Bernardo de Claraval, da Biblioteca de Autores Cristãos¹⁵. Outras hagiografias foram verificadas durante a atual pesquisa, porém, nessas o aspecto mítico e lendário esteve mais presente.

Entretanto, alguns aspectos podem ser recolhidos dentre o que é lendário ou fictício¹⁶. Bernardo nasceu em 1090 em Fontaines, uma pequena vila situada a uma milha a noroeste de Dijon. Seu pai, Tescelin¹⁷, conde de Châtillon, estava ligado à casa real de França e desfrutava de uma distinta posição entre a nobreza da Borgonha. Sua mãe, Aleth, possuía laços de parentesco com os duques da Borgonha¹⁸. Os irmãos de Bernardo eram cavaleiros, homens de armas, igualmente ao seu pai, porém, segundo todos os hagiógrafos o jovem Bernardo foi destinado a uma carreira de estudos.

Nessa época haviam sido fundados locais de estudo junto aos templos e catedrais já existentes. O currículo de estudos em todos esses estabelecimentos era o das antigas escolas carolíngias, abrangendo, além de Teologia e Exegese das Sagradas Escrituras, aquilo que era conhecido por *Trivium* e *Quadrivium*. O *Trivium* compreendia Gramática, Retórica e Dialética (Lógica), enquanto que no *Quadrivium* estavam incluídas Aritmética, Geometria, Música e Astronomia. Esses sete ramos de ensino eram conhecidos como as Sete Artes Liberais¹⁹. Ali, Bernardo foi enviado para estudar em Saint Vorles, em Chatillon-sur-Seine. Neste local, Bernardo adquiriu o conhecimento que o tornaria um dos mais eloquentes e célebres escritores do século XII.

¹³ GOYAU, G. Opus cit.

¹⁴ RICÉ, P. Opus cit

¹⁵ RIBADENEIRA, P. Opus cit., pp. 3 – 42.

¹⁶ Sobre a vida de São Bernardo de Claraval as obras consultadas foram: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953, GOYAU, G. Opus cit., MERTON, T. Opus cit., RICÉ, P. Opus cit. e WIESINGER, A. Opus cit.

¹⁷ Tescelin, chamado *O Moreno*, era cavaleiro, conselheiro do duque da Borgonha. Algumas hagiografias o colocam como participante da Primeira Cruzada.

¹⁸ Aleth de Montbard descendia dos antigos duques da Borgonha. Era filha de um poderoso senhor da região, Bernardo de Montbard.

¹⁹ Cf. VERGER, J. Opus cit.; LE GOFF, J. Opus cit., 1995 ; e MONGELLI, L. M. Opus cit.

Sublinhando a formação intelectual de Bernardo, pode-se considerá-lo como um homem ligado à palavra, um homem letrado. Segundo Jacques Verger²⁰, é difícil definir o que era o homem de saber na Idade Média. O termo *gens de savoir* não pertence à época medieval. Os termos *vir litteratus*, *clericus*, *magister*, *philosophus*, não correspondem totalmente ao conceito de “gente de saber”.

O vocábulo medieval *graduati* também não abarca a contento o grupo de detentores do saber, pois muitos não teriam freqüentado as instituições formais, capacitadas a emitir diplomas. Portanto, apesar de todas as imprecisões, o melhor termo para Verger, para designar o grupo de homens detentores do saber – e Bernardo se insere nesse grupo – é o *gens de savoir*.

Para Jacques le Goff, o termo adotado é *intellectual*. Figura que surge na Alta Idade Média, “se desenvolve nas escolas urbanas do século XII, se expande a partir do século XIII nas universidades. Intellectual designa os que fazem do pensar e do ensinar seu pensamento uma profissão. Essa aliança entre a reflexão e sua difusão através do ensino caracterizava o intellectual.”²¹

Le Goff destaca como exemplos de intelectual medieval os nomes de Pedro Abelardo, Siger de Brabante, Tomás de Aquino e Wyclif, todos ligados à universidade, à atividade de pensar e de ensinar. Esses intelectuais somente têm em comum com Bernardo o uso da palavra; portanto, apesar de o próprio Bernardo não ter sido um “homem universitário”, podemos localizá-lo no grupo de intelectuais ou, melhor ainda, de homens do saber.

Por volta de 1110, Bernardo retornou à Fontaines e ao invés de ingressar nos assuntos laicos dos senhorios da família, resolveu dedicar sua vida à contemplação religiosa. A vida monástica escolhida por Bernardo não era a de Cluny, nem a de outro mosteiro beneditino tradicional. Bernardo escolheu rumar para Cister e convenceu parte de seus familiares (tios, primos, irmãos) e amigos para que o acompanhassem.

²⁰ VERGER, J. Opus cit.

²¹ LE GOFF, J. Opus cit., 1995. p.17.

Esse episódio de sua conversão é contado sempre com muita emoção por todos os hagiógrafos, justamente pelo fato de Cluny ser, nesse momento, um expoente do monaquismo beneditino e porque as escolhas dos jovens, com as mesmas características sociais de Bernardo, caíam sempre sobre mosteiros que lhes abrissem possibilidades de um futuro cargo episcopal ou junto ao Papado. E, Cister, nesse momento, sofria as agruras de sua recém fundação. Segundo os hagiógrafos, era exatamente essa aspereza presente em Cister o que fascinava Bernardo. Ao que parece o jovem queria um lugar com possibilidades novas.

Na *Apologia*, Bernardo explica os motivos pelos quais ingressou em Cister: “porque yo era carnal y estaba puesto bajo la servidumbre del pecado. Y sentia mi alma en una languidez tan grande, que tenía necesidad de una medicina más fuerte”.²²

Assim, Bernardo ingressou em Cister, em 1112, juntamente com um grupo de 30 amigos e familiares. Dos seus anos de noviciado só restam relatos de ordem mítica. O que se sabe é que o trabalho manual era preconizado na Regra de São Bento e privilegiado pela Ordem de Cister e nesse quesito Bernardo ficava aquém dos seus próprios esforços. Jovem de compleição frágil, sua força revelou-se insuficiente para os pesados trabalhos do campo.

Mas, havia uma outra espécie de trabalho a que se dedicavam os monges de Cister durante o ano de noviciado de Bernardo. Estevão de Harding, abade de Cister na época do noviciado de Bernardo, era um homem culto. Foi o terceiro abade de Cister e tão logo foi nomeado abade empreendeu uma importante tarefa: a existência de inúmeras variações nos códices das Sagradas Escrituras sugeriu-lhe a idéia de elaborar uma nova edição revista para a utilização dos monges. Constituíu um empreendimento que implicava a compilação de diversas versões, a fim de obter a melhor leitura possível. A obra, conhecida como a Bíblia de Cister, é ainda hoje de grande importância. Em seguida, Estevão dedicou-se ao Missal fazendo com esse e vários

²² “Apologia a Guilherme de Saint-Thierry”. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953., p. 832 Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 895 - 918.

outros textos litúrgicos, até a Regra de São Bento e o calendário, o que já havia feito com a Bíblia.

Segundo as hagiografias, o empenho de Bernardo, sua grande devoção e sua erudição o colocaram à frente de uma nova abadia. A quarta casa de Cister, Claraval, foi fundada em 1115 com Bernardo como abade, o qual permaneceu até o ano de sua morte, 1153.

A Ordem de Cister foi reconhecida em 1119, apesar do combate movido pelos beneditinos. A Ordem de Cluny, principalmente, foi contrária às fundações cistercienses, chegando mesmo à tentativa de influenciar o Papa Calisto II para que este não legitimasse a Ordem de Cister. A rixa entre as duas ordens se acentuou a partir do ano de 1119. O Papa concedeu o reconhecimento à Cister – desgostando os cluniacenses – e, além disso, um episódio na vida pessoal de Bernardo de Claraval fez com ele escrevesse uma emocionada carta na qual transparece sua tristeza contra Cluny.

A carta que Bernardo escreveu era endereçada ao seu primo Roberto – que fora noviço de Cluny, e passara a viver em Cister, depois em Claraval e, no ano de 1119, foi solicitado novamente pelos cluniacenses. Bernardo deixou transparecer em sua carta a tristeza pela perda do parente e amigo e também suas desconfianças para com a vida de luxos levada em Cluny. Ele inicia a carta desculpando-se do excesso de austeridade presente em Cister, porém explica que essa rigidez é para melhor preparar os monges para a vida monástica.

Roberto, hijo mio amadíssimo: (..) ya no puedo ocultar mi dolor, ni reprimir mi ansiedad, ni disimular mi tristeza. (...) Ciertamente fué culpa mia el que te marchases. Fui austero con el niño delicado y trate muy duramente al tierno. Esto solías murmurar de mi cuando estabas presente, si mal no recuerdo;²³

Entre pedidos de perdão e admoestações, Bernardo claramente condena as práticas cluniacenses. Da metade da carta em diante ele salienta uma série de

²³ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. pp. 1097-1098. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 67.

diferenças existentes entre Cluny e Cister, chegando mesmo a propor uma metáfora, comparando os cluniacenses a um lobo que se disfarça de ovelha para entre as ovelhas, estar. Bernardo explica que as “ovelhas” são os jovens noviços, crédulos, que facilmente se deixam seduzir pela vida menos rigorosa de Cluny:

[o “lobo” atrai a “ovelha”] La atrae, la acaricia, la entenece y, predicador de un nuevo evangelio, recomienda la embriaguez, condena la templanza; a la pobreza voluntaria la llama miseria; a los ayunos, a las vigiliass, al trabajo de manos, los apellida locura. Por el contrario, a la ociosidad la denomina contemplación; a la voracidad, a la locuacidad, a la curiosidad, a toda destemplanza, la llama discreción. (...) Asediado con tales sofismas el **niño crédulo**, se deja embaucar, **sigue el seductor; le llevan a Cluny**. Le afeitan, le cortan el pelo, le lavan; le quitan los vestidos rústicos, viejos y sucios, le visten con otros preciosos, nuevos y limpios. Y de esta suerte le reciben en la comunidad.²⁴ [grifos nossos]

Bernardo termina a carta recordando a seu jovem primo que ele ingressou em Cister por vontade própria, assim como todos os monges cistercienses. Lembra ainda, que Cister não aceita que seus noviços sejam obrigados por suas famílias a aceitarem o hábito monástico, e que a decisão deve ser do jovem que ingressa no mosteiro. Nesse ponto, Bernardo está criticando a prática de muitas famílias nobres de enviarem seus filhos para a vida monástica sem vocação para tal. Bernardo também exorta o jovem Roberto a partir dos vícios de Cluny e retornar à vida austera de Cister.

Del siglo, no de Cluny, viniste al Cister, como tú, Roberto, eres testigo. Buscaste, pediste, llamaste; (...) entonces por primera vez, arrojado el vestido seglar, recibiste el habito de la religión. ¡Oh niño necio! ¿Quién te indujo a no cumplir los votos que pronunciaron tus labios? ¿Acaso no te juzgarán según tus palabras y te condenarán por ellas? (...) Levántate, soldado de Cristo; levántate, sacude el polvo, **vuelve a la pelea de la que huíste**, vuelve a luchar más valientemente después de la fuga, a triunfar más gloriosamente. (...) toma las armas y huye a los soldados tu que los abandonaste; de suerte que el miedo, que te separo de ellos, te vuelva a juntar.²⁵ [grifos nossos]

As relações entre Bernardo e o abade de Cluny foram gravemente afetadas e havia sérias manifestações de hostilidade por parte de monges de ambas as ordens. Assim, buscando conter e mesmo por termo à rivalidade existente entre cluniacenses e cistercienses, Bernardo de Claraval responde ao pedido de Guilherme de Saint-Thierry, em 1121 escrevendo a *Apologia*.

²⁴ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953, pp. 1099-1100. Também em **PL. Tomus CLXXXII**. p. 69.

²⁵ Idem., pp. 1102 – 1105. Também em **PL. Tomus CLXXXII**. p. 72 - 75.

Essa obra, *Apologia a Guilherme, abade de Saint-Thierry*, é considerado o mais importante escrito sobre estética medieval. Essa obra foi escrita a pedido de Guilherme, abade do mosteiro cluniacense de Saint-Thierry. Guilherme era grande amigo de Bernardo de Claraval e o objetivo de seu pedido era acabar com os problemas existentes entre Cister e Cluny.

A obra é compartimentada em 14 partes, um prólogo e 13 capítulos. Bernardo inicia seu texto elogiando os cluniacenses, desculpando-se por algum de seus monges que tenha encaminhado alguma palavra contra os monges de Cluny e admite a existência da diversidade dos usos e costumes, mencionando que o trabalho monástico é sagrado mesmo sob as diferenças:

¿Qué? Yo soy de la orden del Cister; ¿luego es preciso que reprenda a los de la orden de Cluny? Dios me guarde de eso; al contrario, los amo, los alabo, digo de ellos todos los bienes del mundo. Mas dices tú: Si tienes de ellos pensamientos ventajosos, ¿por qué no eres de esta orden? Escucha, te ruego, la razón en lo que ha dicho el Apóstol: *Cada uno permanezca en la vocación a la que ha sido llamado*²⁶. Y, si me preguntas todavía por qué desde el principio no la escogí si tenía de ella tan buena opinión, te respondo que también por la razón que el Apóstol ha dado en otro lugar: *Todas las cosas me son permitidas, mas no todas convenientes*²⁷. No porque esta orden no fuera justa e santa, sino porque yo era carnal y estaba puesto bajo la servidumbre del pecado. Y sentía mi alma en una languidez tan grande, que tenía necesidad de una medicina más fuerte.²⁸

No capítulo VII, Bernardo termina suas escusas e parte para a crítica e de maneira um tanto irônica, ele salienta que deveria calar seu ânimo de censura, mas que pelo bem da própria ordem de Cluny, ele se obrigava a apontar os erros. Bernardo critica vigorosamente a maneira como os cluniacenses se afastaram da Regra de São Bento, na indumentária, nas refeições, no luxo e na suntuosidade de suas igrejas. O célebre texto demonstra a intrepidez revisionista de Bernardo:

Convendría acabar aquí la carta a fin de que no excediese los límites ordinarios, puesto que he diho suficientemente cuanto he podido, reprendiendo a los religiosos de nuestra orden, de quienes se queja, reverendo Padre, de que murmuran de la suya y justificándome yo, como debía, de las falsas sospechas que se tienen de mí. (...) **No**

²⁶ Bernardo cita o apóstolo Paulo em sua 1ª carta aos Coríntios: “Cada um permaneça na profissão em que foi chamado por Deus” (I Coríntios 7:20)

²⁷ Citando a mesma carta anterior: “Ou queremos provocar a ira do Senhor? Acaso somos mais fortes do que ele?” (I Coríntios 10:22)

²⁸ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. pp. 832. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 904.

hay orden en lo que admite desarreglo, y lo que es desarreglado no es orden. Por eso, no debe creer que hablo contra la orden, sino, más bien, en favor de la orden, cuando **reprendo no el orden en los hombres, sino los desórdenes de los hombres.**(grifos nossos)²⁹

Bernardo continua no mesmo tom, questionando como o ideal monástico pôde se corromper tanto:

No puedo admirarme lo bastante de dónde ha podido nacer entre los monges una tan grande intemperancia en el beber y en el comer, en los hábitos y en los muebles, en las cabalgaduras y en la construcción de sus edificios, (...) En efecto, se hace pasar el ahorro por avaricia, la sobriedad por un rigor y el silencio por un estado de melancolía. Al contrario, la relajación se toma por discreción, la prodigalidad por liberalidad, la lisonja por afabilidad, las risotadas por alegría, la delicadeza de los vestidos y el fausto de los caballos por honestidad, el demasiado aseo y superfluidad de las camas por limpieza. Y cuidando estas cosas se comunican a otros, se llama caridad.³⁰

A Regra de São Bento estipula hábitos alimentares frugais, porém, nesse momento, o comércio já trazia especiarias para as mesas européias. Especiarias que entram nos mosteiros beneditinos, dando sabor aos seus pratos e seus vinhos. Bernardo se escandaliza com isso, chega a utilizar a palavra “adulterar”, alegando que os monges cluniacenses incorrem no pecado da gula, adulterando o sabor natural dos alimentos. O abade de Claraval debocha dos cluniacenses, chamando-os de “soldados glutões” e “beberrões de Cristo”, que consomem três ou quatro cálices cheios de vinho em cada refeição. Vinhos aromatizados com mel e misturados com pós de corantes. Suas veias ficam saturadas de álcool, a cabeça palpita e ao invés de rezarem à noite, muitos deles dormem, ao invés de cantarem, suspiram de indigestão:

Durante la mesa, a medida que la boca se llena de manjares, las orejas se sustentan de noticias, a las cuales dando toda la atención no se piensa en guardar la templanza en la comida. Entre tanto, se sirven diferentes suertes de platos, y en lugar de las carnes, de que se abstienen, se doblan los servicios de peces grandes. Y, saciados de aquellos que se sirven los primeros, comienzan a comer los segundos como si no hubiera tocado los otros. En efecto, ha estado todo tan bien sazonado por el gran cuidado e industria de los cocineros, que, después de haber comido de cuatro o de cinco platos diferentes, los primeros bocados no estorban a los últimos y la saciedad no disminuye el apetito. (...)El vientre, a la verdad, se carga, sin poner cuidado em ello, pues la variedad le impide el disgusto. Y, como se siente fastidio de las cosas en el puro estado en que la naturaleza nos las presenta, se las condimenta de diferentes maneras por la mezcla que se hace de unas y otras; y, menospreciando los sabores naturaes que Dios ha dado, se

²⁹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. p. 839. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 907

³⁰ Idem., pp.840. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 908.

irrita la gula por unos apetitos imaginarios (...) ¿de qué es capaz entonces el hombre sino de pasar de la mesa a la cama? Y si obligas a estos hombres a levantarse con su indigestión para que vayan a maitines, sacará de ellos suspiros en vez de canto.³¹

A denúncia de Bernardo às orgias alimentares de Cluny são associadas ao enriquecimento material dessa ordem. Enriquecimento não só dos mosteiros beneditinos, mas de todo esse Ocidente medieval. Como afirma Le Goff³², crescimento populacional, desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, arroteamentos, conquistas do solo, fim das assustadoras migrações, ressurgimento do comércio e de um grupo comerciante. Comerciantes que, obviamente, seriam visitados por clérigos de todos os níveis, inclusive por monges, em busca de novidades.

Se busca para vestirse lo más delicado que se puede encontrar, no lo que es más útil; no lo que defiende del frío, sino lo que trae más motivo al orgullo; no, en fin, lo que se puede hallar más barato según la Regla, sino lo que parece más bello y más brillante para la vanidad. ¡Ay, miserable de mí!, pues vivo todavía para ver el estado a que ha venido nuestra orden. Esta orden, repito, que ha sido la primera en la Iglesia o, más bien, que ha dado el principio a la Iglesia.³³

É justamente contra esses excessos que Bernardo se levanta. Lekai³⁴ afirma que a atitude de Bernardo não pode ser considerada como um possível puritanismo e sim como uma defesa da pureza do monaquismo: “¿Qué diré de La pobreza voluntaria y de la humildad? ¿No tiene La una por recompensa um reino eterno³⁵, y La otra uma gloria interminable?”³⁶. Bernardo estava convencido do trabalho dos monges na manutenção do ideal cristão e agiu em todas as ocasiões seguindo essas convicções; tanto nos assuntos concernentes à política quanto aos religiosos; tanto na mística teológica quanto nos padrões estéticos.

A partir desse desentendimento com a Ordem de Cluny, e da escrita da *Apologia*, Bernardo conseguiu estabelecer os paradigmas para a Ordem de Cister e

³¹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953., pp. 842 – 844. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 909 – 911.

³² LE GOFF, J. Opus cit., 1983. pp. 87 – 92.

³³ Bernardo, certamente, se refere aos beneditinos de modo geral, dos quais os cistercienses também fazem parte. CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. pp. 845. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 912.

³⁴ LEKAI, L. Opus cit., pp. 344 – 345.

³⁵ “Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus” (Mateus 5:3)

³⁶ “Porque todo aquele que se exaltar será humilhado, e todo aquele que se humilhar será exaltado” (Lucas 14:11)

contribuiu também para reformas em Cluny, pondo fim às rivalidades entre ambas as ordens. Na primeira metade do século XII, havia a coexistência de um românico em seu auge e de uma arte gótica em seus primórdios. Buscando austeridade e simplicidade, a arte cisterciense remodelou então os paradigmas românicos e utilizou, em certa medida, a estética gótica que começava a se desenvolver.

O progresso cultural e material presente no Ocidente medieval no final do século XI contribuem largamente para o avanço artístico, do qual é fruto, primeiramente, o estilo românico e, posteriormente, o gótico. “La habilidad de autoexpresarse alcanzó pronto tal perfección y espontánea naturalidad, que el arte de la desarrolló superando el período de imitación infantil y se convirtió en el primer gran estilo medieval: el románico”³⁷.

Todavia, para os homens destes séculos XI e XII o que era, especificamente, denominado de arte? Qual era sua função? Qual o sentido que atribuíam ao que atualmente chama-se de arte? O termo “arte” tinha uma significação bastante abrangente: por arte entendia-se todo processo manual, instrumental ou intelectual, que transformasse a matéria bruta e a moldasse para diversos fins. “As artes eram todos os meios de domar o natural, de elaborar e de promover uma cultura.”³⁸

Assim, a arte servia a uma função específica, transformar o natural em algo refinado e de acordo com as aspirações de uma sociedade em ascensão. A arte do bem escrever, do bem iluminar os manuscritos, serviam para melhor divulgar a palavra das Sagradas Escrituras. A arquitetura tinha uma função bastante pragmática de melhor edificar o local sagrado da liturgia – o objetivo era a criação de um ambiente digno para os ofícios sagrados.

O enriquecimento dos mosteiros contribuiu para que surgisse um espírito de competitividade e, a partir de meados do século XI, todos os mosteiros se esforçavam por construir imensos santuários, ricamente ornados. Modestas capelas se

³⁷ LEKAI, L. Opus cit., p.341.

³⁸ DUBY, G. Opus cit., 1990., p. 9.

transformaram em santuários grandiosos, possuidoras de relíquias de valor inestimável. Esses mosteiros tornaram-se verdadeiros centros de peregrinação. Era justamente contra essa ostentação e esse enriquecimento sem freios que a Ordem de Cister se ergueu. O estilo de arte cisterciense, movido pelo ideal desta ordem, veio rechaçar todo o supérfluo, justamente para se contrapor ao estilo contemporâneo.

El inflexible espíritu de pobreza, simplicidad y aislamiento que se atrevía a rechazar la pompa litúrgica de Cluny, no podía aceptar esa misma inspiración manifestada en oro, plata y pedrería. En verdad, nada estuvo más alejado de la mente de los fundadores de Cister, hombres que amaban más la soledad eremítica y el silencio, que las grandes multitudes de peregrinos. Rechazaban instintivamente la lucrativa motivación escondida tras el despliegue ostentoso de esplendor y cautivadora belleza³⁹.

Portanto, a maneira apaixonada com a qual Bernardo defendeu a Ordem de Cister, contribuiu para uma revisão e reforma do monaquismo tradicional. A notoriedade de Bernardo aumentou durante o concílio de Troyes, em 1128, durante o qual foram definidos os parâmetros pelos quais seria regida a Ordem dos Cavaleiros Templários. A escolha do autor para escrever a Regra dos Templários recaiu sobre o abade de Claraval.

Dois anos mais tarde, a interferência do abade de Claraval seria necessária para decidir os rumos da Igreja. Com a morte do Papa Honório II instalou-se um cisma entre Inocêncio II e Anacleto II. Segundo Berlio⁴⁰ a preeminência de Bernardo assegurou a legitimação de Inocêncio como Papa legítimo, embora este não tenha sido eleito para tal⁴¹.

O cisma entre Anacleto e Inocêncio terminou em 1139, apesar disto o Papado ainda tinha adversários: Arnaldo de Bréscia, apoiado por famílias aristocráticas de Roma. Arnaldo de Bréscia, era eloquente orador, discípulo e amigo de Abelardo, promotor de um movimento pela transformação de Roma em um território

³⁹ LEKAI, L. Opus cit., p. 342.

⁴⁰ BERLIOZ, J. Opus cit.

⁴¹ Ver capítulo sobre a Reforma Papal.

independente do poder papal. Bernardo levantou-se contra Arnaldo e conseguiu sua condenação no concílio de Sens, em 1140, juntamente com a de Abelardo. A condenação de Arnaldo e Abelardo tinha, além das questões religiosas, motivações de ordem política. Ambos haviam incitado a população contra o poder pontifício.

Abelardo era considerado por Bernardo um herético e, portanto, uma ameaça para a Igreja. Segundo Le Goff, contra Abelardo, o abade de Claraval foi “um grande inquisidor antes da Inquisição”⁴². Durante o Concílio de Sens, Abelardo foi chamado a expor suas teorias, Bernardo o confrontou com uma série de proposições nas quais ressaltava a heresia presente nos seus ensinamentos. Abelardo recusou-se a responder e apelou para o Papa Inocêncio II. Temendo que os artifícios retóricos de Abelardo pudessem convencer o Papa, Bernardo escreveu a obra *Contra os erros de Pedro Abelardo*, composta por nove capítulos, nos quais Bernardo salienta e refuta várias das idéias de Abelardo. Seu estilo e seu método foram refutados por Bernardo, contudo, Abelardo foi um grande lógico e moralista, seu método dialético *avant la lettre* seria estudado um século depois de sua morte:

Ninguém reclamou a aliança da razão e da fé quanto Abelardo. Nesse domínio ele ultrapassou – enquanto não vinha Santo Tomás, o grande iniciador da nova teologia – Santo Anselmo, que lançara, no século anterior, sua fórmula fecunda: a fé em busca da inteligência (*fides quaerens intellectum*)⁴³.

O Papa Inocêncio II mandou queimar publicamente as obras de Pedro Abelardo, após o concílio de Sens. Abelardo terminou seus dias em um mosteiro cluniacense e Arnaldo fugiu da região da Bréscia e com a ajuda da nobreza de Roma ficou ali refugiado. Em Roma, Arnaldo incitou a população contra o poder do Papa. Por sua atuação, a população sublevou-se e devolveu o governo da cidade às mãos do Senado. Entre os anos de 1144 e 1152, o Papa não pode se instalar na cidade de Roma, devido aos tumultos, igrejas foram pilhadas e apoderadas, residências de clérigos e bispos foram devastadas.

⁴² LE GOFF, J. Opus cit., 2003., p. 69.

⁴³ Idem., 2003., p. 73.

Arnaldo tinha como alvo o Papado, sua atuação junto ao povo de Roma era uma contestação ao poder temporal do Papa e ao enriquecimento da Igreja. A sublevação popular em Roma só cedeu quando o Imperador Frederico de Hohenstaufen – Barbaroxa – foi eleito, em 1152. Arnaldo precisou fugir de Roma. Em 1155, o Papa Adriano IV o condenou à morte. Novamente ele fugiu, sendo capturado por Frederico Barbaroxa, tendo sido, então, enforcado.

Após a morte de Inocêncio II em 1143, o Papado foi ocupado rapidamente por dois pontífices, primeiro por Celestino II (1143 – 1144) e depois por Lucio II (1144 – 1145), para sucedê-los estes foi eleito um cisterciense, Bernardo Paganelli – que era abade de Santo Anastácio de Roma – *Tre Fontane* ou *Trois Fontaines* – casa cistercienses filha de Claraval – que assumiu o pontificado sob o título de Eugênio III (1145 – 1153). A eleição de Eugênio ocorreu em fevereiro de 1145, nesse momento a cidade de Roma estava em bulício, uma guerra intestina entre o Papado e o Senado, que acabara de sublevar-se. Eugênio não pôde adentrar em Roma.

Em 1146, Bernardo solicitou o auxílio do Imperador Conrado, porém apesar da interferência do Imperador Eugênio só pode retornar à Roma em 1149. O abade de Claraval foi solicitado pelo Papado para a conclamação da Segunda Cruzada. O fracasso cristão nessa Cruzada abateu pessoalmente Bernardo. Segundo os hagiógrafos esse ocorrido acarretou no surgimento de uma série de críticos de Bernardo. O abade de Claraval teria sido considerado um embusteiro, falso profeta, alguém que predicou um fracasso. O próprio Bernardo faz alusão a isto no início da sua obra *Sobre a Consideração*. Admoestando o Papa Eugênio a encarar o fracasso da Cruzada como um teste de fé, enviado por Deus. Essa obra *Sobre a Consideração*, foi a última escrita por Bernardo. Foi escrita a pedido do próprio Papa Eugênio III. Ela é composta de 5 livros que são um verdadeiro manual de comportamento para o pontífice. Bernardo morreu no ano de 1153 e foi canonizado pelo Papa Alexandre III, em 1174.

Bernardo foi uma figura atuante em seu tempo, embora seu discurso fosse o de um monge que preferiria ficar em sua clausura, rezando e cuidando de seus monges, os apelos do século foram muito altos:

si a vosotros [monges de Claraval] os es molesta mi ausencia , nadie dude de que a mi me es molestísima. (...)

Verme obrigado a vivir entre aquello que perturba totalmente mi querida quietud y que conviene poco a mi profesión. (...) esta mi tardanza [longe de Claraval], que no es de mi voluntad, sino de la necesidad eclesiástica⁴⁴.

Bernardo como um dos líderes de sua ordem monástica não pôde deixar de interferir nos assuntos que, para ele, diziam respeito ao seu posicionamento de homem de Igreja. “¡Ay de mí! No solo se ha alargado mi destierro, sino se ha acumulado. (...) Por um ruego insistente del emperador, por el mandato apostólico, así como también por las suplicas de la Iglesia y de los príncipes, me siento arrastar(...)”⁴⁵.

Assim, Bernardo relacionou-se com várias das personalidades de seu tempo. Nas suas numerosas viagens, seja para missão externa seja como abade – devia visitar regularmente os mosteiros dependentes – recolheu numerosas vocações, sustentando abertamente que era muito difícil salvar-se permanecendo no mundo, daí exaltando a bondade e a beleza da vida monástica.

Entre todas as ocupações, encontrou tempo para escrever muito: temos dele cerca de 500 cartas, literariamente elaboradas, como todos os seus escritos; uma grande obra de teologia mística – os 86 sermões sobre o Cântico dos Cânticos – vários tratados, sem falar do grupo de sermões para as festas da Virgem Maria – o culto mariano teve com Bernardo um importante impulso.

As suas obras tiveram vastíssima difusão e exerceram uma profunda influência na Igreja de seu tempo e além dele. Através de Bernardo os cistercienses exerceram grande influência social, religiosa e política, principalmente nos séculos XII e XIII e a grande importância da Ordem de Cister deve-se ao fato de ter ela respondido às exigências e às aspirações de seu tempo.

⁴⁴ Epístola 143 In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 1170. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 298.

⁴⁵ Epístola 144 In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 1172. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 300.

3. ALGUNS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE CONCEITUAL

Em última instância, o problema permanece sendo o dos critérios de quem dispõe da auctoritas¹.

O tratado *De Consideratione - Sobre a Consideração* foi publicado em Paris, em latim, no compêndio organizado pelo padre Migne, em 1854². Uma tradução para o espanhol deste tratado foi publicada pela Biblioteca de Autores Cristãos, em 1947, nos dois volumes de título *Obras Completas* de Bernardo de Claraval. Segundo Bloch, o historiador é o produto de seu tempo, de seu presente e das conjunturas nas quais vive³ e, somos sempre sensíveis ao nosso próprio meio e à nossa própria época⁴. Portanto, para não incorrer em falhas de tradução diretamente do original latino, adotamos a respeitável versão espanhola.

Para a professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, o “trabalho do historiador, ao reconstruir o passado, é uma tarefa muito mais complexa do que ler e interpretar os documentos. Faz-se necessário analisá-los, considerando as particularidades formais dos textos e os processos de produção de sentido”⁵.

Apesar de não terem sido adotados aqui os pressupostos teóricos estruturados pela *Análise do Discurso*⁶, o manuseio e leitura da presente fonte, permite considerar a

¹ LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 185.

² *PL. Tomus CLXXXII - CLXXXV*.

³ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1997. pp. 25 – 29.

⁴ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

⁵ SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. In: **Cronos: Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002., p. 194.

⁶ O campo de saber intitulado *Análise do Discurso* é uma corrente teórico-metodológica que se fundamenta nos estudos das áreas da Semântica, da Semiótica e da Teoria Literária, assim como em conceitos adotados da Lingüística, como o de *estrutura*, do Marxismo como *ideologia*, de *representação* retirados da Psicanálise e se baseia na metodologia própria da História no que concerne à contextualização histórica.

obra *Sobre a Consideração* como um *discurso* de Bernardo de Claraval, proferido para o Papa Eugênio III, a pedido deste último. Portanto, buscou-se, primeiramente, uma definição do que vem a ser *discurso*. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, o termo discurso significa “uma exposição de idéias, proferida em público, feita de improviso ou antecipadamente escrita com esse propósito; oração ou fala”⁷. Essa definição, contudo, não representa em sua totalidade o conceito de *discurso*.

Conforme Greimás e Courtés⁸, discurso é um sinônimo da palavra – escrita ou falada – ou seja, discurso é a “voz” daquele que fala, daquele que pronuncia o discurso. Para esses autores aquele que fala é o enunciador, o que aparece em primeira pessoa dentro do enunciado (aquilo que é dito) dando uma aproximação entre a entidade enunciativa e a voz que fala por ela dentro do discurso.

Reis e Lopes⁹ concordam com essa definição dada por Greimás e Courtés e definem o discurso também como todo e qualquer enunciado superior a uma frase. O encadeamento das frases entre si, o assunto que está presente nessas frases e as condições de sua produção, isto seria o discurso. Foucault¹⁰ define o discurso como um conjunto de saberes que desejam tornar-se poder, mas para isso é necessário que sejam expressos, é preciso ganhar forma, textual e/ou verbal.

Silva define o discurso como “uma construção humana coerente, coletiva, dinâmica, e organizada sobre uma determinada temática. Os discursos são, portanto, saberes, ou seja, compreensões produzidas pelas sociedades sobre as relações humanas”¹¹. Para Aróstegui, um discurso é definitivamente “el mundo explícito de la representación. De forma que há podido decirse que no hay una realidad objetiva distinta de la que puede ser entendida a través de su representación. El discurso es la

⁷ KingHost Dicionário de Língua Portuguesa. Verbete *Discurso*, disponível no endereço eletrônico <http://www.kinghost.com.br/dicionario/discurso.html>. Acessado em 19/08/2007 as 03:16.

⁸ GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979., pp. 125 – 130.

⁹ REIS, C. e LOPES, A. C. M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988., pp. 27 – 30.

¹⁰ FOUCAULT, M. Opus cit., 1996.

¹¹ SILVA, A.L.F. Opus cit. p.195.

forma en la que el sistema simbólico se prepara para hacerse apto para la comunicación”¹². No caso presente, é um discurso monástico e papal, possuidor de suas próprias normas de produção, circulação e acumulação, e que pode ser identificado e estudado sob o enfoque da fonte aqui analisada.

Já Dominique Maingueneau¹³ nos propõe que o discurso é uma “entidade” composta de partes interdependentes: o ato de proferir um discurso, o momento exato no qual o discurso é recebido (não importando que forma ele tenha), é o ato da *enunciação*; aquele que fala (ou escreve) é o *enunciador*; aquele para quem o discurso é direcionado (o que ouve, ou lê) é o *enunciatário*; e, o eixo do discurso, propriamente dito, sua idéia principal, é o *enunciado*.

Para Maingueneau, o discurso, ou melhor, o ato da enunciação não é uma cena ilusória, sendo o momento no qual os sujeitos interligados por esse discurso o reconhecem. Porém, todo discurso é um simulacro da realidade. Ele é feito de signos, que, por sua vez, são representantes da realidade. Na obra *Sobre a Consideração*, o enunciador – Bernardo de Claraval – estava instituído de poderes para dizer o que foi dito, pois o próprio enunciatário – o Papa Eugênio III – o instituiu para tal. Salienta-se ainda que, no caso de poderes religiosos instituídos, a importância destes se ressalta dentro de determinadas conjunturas sociais. Ou seja, a hierarquia somente é válida porque existe uma estrutura que a legitime e garanta seu funcionamento como tal¹⁴.

Orlandi¹⁵, semelhantemente a Maingueneau, propõe iniciar a análise do discurso buscando identificar *para quem* o discurso é direcionado e *o que é dito* nele. E então partir para a busca de explicações dos significados e significantes presentes no enunciado, procurando compreender como eles se constituíram. O que torna o discurso

¹² ARÓSTEGUI, Julio. Símbolo, palabra y algoritmo. Cultura e historia em tiempo de crisis. In: ACTA SALMANTICENSIA. **Jornadas de estudios históricos**. Estudios Históricos e Geográficos nº 94. Salamanca: Universidade de salamanca, 1995., p. 213.

¹³ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

¹⁴ BOURDIEU, P. Opus cit., 1998. p. 81.

¹⁵ ORLANDI, E. **A linguagem e o seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª edição, 3ª reimpressão - Campinas: Pontes, 2003.

de Bernardo complexo é a noção de reversibilidade proposta por Orlandi¹⁶, pois segundo a ordem hierárquica eclesiástica o Papa é superior ao abade.

Porém, no contexto social aqui presente temos uma situação polêmica, uma vez que o Papa pediu, ou encomendou, tal discurso ao abade, ou ainda a forma de tratamento entre ambos, uma vez que Bernardo era considerado por Eugênio III como seu “pai espiritual”, uma vez que esse Papa havia sido monge na abadia de Claraval, antes de ser proclamado Papa.

O discurso presente na obra *Sobre a Consideração* oscila entre o tom paternal e o tom de autoridade. É um texto religioso, permeado de citações bíblicas e metafóricas, além de exaltações das qualidades monásticas e religiosas. A profusão de citações bíblicas, na obra de Bernardo de Claraval, são características da tradição patrística:

logo no início do Cristianismo e, depois, ao longo da Alta Idade Média, os teóricos do poder espiritual e do poder temporal souberam combinar idéias bebidas na Revelação, no Direito Romano e na filosofia neoplatônica. Em lugar de relevo, estava, naturalmente, a Palavra Revelada¹⁷.

No tratado *Sobre a Consideração* a maior parte das citações são dos Evangelhos e, principalmente, de São Paulo¹⁸. A obra de Bernardo reflete a doutrina paulina, sendo ele, portanto, um verdadeiro herdeiro do neoplatonismo. Na base de seu pensamento, está a visão de mundo na qual o homem deve ser iluminado pela fé e pela Revelação. Suas obras defendem que a alma só pode conhecer a Deus dobrando-se sobre si mesma e, para tal, é necessário separar-se das interferências exteriores.

Não há, na espiritualidade de Bernardo, um lugar para o mundo exterior e para os sentidos. Toda sua ênfase está no interior do ser humano, em sua alma. Percebe-se nisso a tradição patrística, que é fortemente influenciada pelo

¹⁶ ORLANDI, E. Opus cit.

¹⁷ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. P. 14.

¹⁸ Das 210 citações localizadas no tratado *Sobre a Consideração*, 56 são das cartas de São Paulo. Ver anexo 3

neoplatônismo e estoicismo. Segundo Chauí¹⁹, os neoplatônicos – herdeiros dos ensinamentos de Platão e Plotino – afirmavam a existência de três realidades: o mundo sensível, o inteligível e o supremo.

O mundo sensível e material – o qual era uma imagem imperfeita do mundo das idéias, identificado pelos cristãos com o *mundo terreno*, a *cidade dos homens* de Santo Agostinho. O mundo inteligível das formas puras – o mundo das idéias do qual o homem participa através de seu intelecto. Para o neoplatonismo cristão, o homem pode purificar-se da matéria de seu corpo, desenvolvendo seu intelecto, subir além do pensamento e ter o êxtase místico, pelo qual se funde com a luz do Uno e retorna ao seio da realidade suprema ou do Bem.

Acima destes dois, a realidade suprema, inalcançável pela inteligência humana, que é o Bem onipresente e transcendental ou o Uno. Para o pensamento cristão, neoplatônico, esse Uno é identificado com Deus.

O estoicismo, presente na tradição patrística e na obra de Bernardo de Claraval, era diferente do neoplatonismo por negar a existência de realidades distintas e separadas. Os estóicos defendiam a existência de uma *Razão* ou *Inteligencia Universal* – denominada *Providência* – responsável pela produção e governo de toda realidade. Para os estóicos, o homem – embora seja instintivo como os animais – pode, através do seu raciocínio, vontade, aprimoramento moral e renúncia aos instintos, participar da *Razão Universal*.

Para os estóicos, a *Razão Universal* é a *natureza*, e, a *Providência* é o conjunto das leis necessárias que regem a natureza. No pensamento cristão, a *Razão Universal* é identificada com Deus e a *Providência* é a vontade divina. O cristão que busca a salvação deve, através da sua ação racional, abandonar todos os apetites, impulsos e desejos corporais ou carnis, vivendo em conformidade com Deus e com a vontade divina. Essa entrega para o Cristianismo, porém, não é como pensavam os estóicos, uma ação deliberada da vontade guiada pela razão, mas exige como condição a fé em Cristo²⁰.

¹⁹ Cf. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000. p. 284.

²⁰ Idem. p. 285.

No pensamento de Bernardo de Claraval estão presentes, de maneira bem perceptível em suas obras, tanto a tradição neoplatônica quanto a estóica. Para Bernardo, uma única ciência tem relevância, a da salvação, a qual passa pela introspecção e o exame de si mesmo. Somente através do conhecimento de si mesmo e da superação das vicissitudes físicas, o homem pode ir ao encontro de Deus.

Para ele, a salvação é o objetivo último de todos os fiéis e essa está vinculada à introspecção e ao exame de si mesmo. “Nadie puede salvarse sin el conocimiento de sí mismo (...) Conócete, pues, para que temas a Dios, y conócele para amarlo. Con lo uno te inicias en la sabiduría y con lo otro llegas a la perfección”²¹. O abade de Claraval defende que a ciência e o conhecimento são importantes, pois fornecem a ferramenta necessária para instruir os demais, contudo o conhecimento deve dar subsídios para o homem conhecer melhor a si mesmo e a Deus:

Mas no digo que se haya de menospreciar o descuidar la ciencia y letras, que adornan el alma, la instruyen y capacitan para instruir a otros. Pero estas dos cosas en que hemos dicho [conhecimento de si mesmo e de Deus] consiste toda la salvación, han de preceder a este conocimiento²².

O tratado *Do amor de Deus*²³, de Bernardo de Claraval, retoma essa idéia, defendendo que é necessário voltar-se ao próprio interior para alcançar a salvação:

Si no te conoces a ti mismo, dice, sal y sigue tras los rebaños de tus compañeros²⁴. Verdaderamente así sucede. El hombre criado en el honor, cuando no conoce este honor mismo, es comparado, por culpa de esta su ignorancia, a los animales irracionales, como a unos compañeros de su presente corrupción y mortalidad. Sucede, pues, que, no conociéndose a sí misma una criatura ilustre por el don de la razón, comienza a juntarse a los rebaños²⁵.

²¹ Sermão “Das classes do conhecimento e das classes da ignorância” de Bernardo de Claraval. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 264. Também em *PL. Tomus CLXXXIII*. p. 971.

²² Idem. p. 264. Também em *PL. Tomus CLXXXIII*. p. 971.

²³ Tratado *Do amor de Deus* de Bernardo de Claraval. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 743 - 776. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 973 - 1000.

²⁴ “Dize-me, ó tu, que meu coração ama, onde apascentas o teu rebanho, onde o levas a repousar ao meio-dia, para que eu não ande vagueando junto aos rebanhos dos teus companheiros”. Cântico dos Cânticos, 1:7.

²⁵ Tratado “*Do amor de Deus*” de Bernardo de Claraval. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 745. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 975.

Neste capítulo do tratado *Do amor de Deus*, Bernardo parece ter-se inspirado em um trecho das *Confissões* de Santo Agostinho, que fala da concupiscência dos olhos e afirma que os homens se deixam seduzir pelas formas sensíveis e “apegam-se, no exterior, às obras de suas próprias mãos e abandonam, no interior de si mesmos aquele de quem são a obra, aniquilando assim a obra realizada neles pelo Criador”²⁶.

O conhecimento de si mesmo, enquanto prerrogativa para conhecer a Deus, está presente entre as admoestações feitas ao Papa, na obra *Sobre a Consideração*:

Por lo que mira al fruto de la consideración, cuatro cosas, según creo hasta el presente, debéis considerar: vos mismo, lo que está debajo de vos, lo que está cerca, lo que está encima. Vuestra consideración comience por vos mismo, no sea vanamente os extendáis a otra cosa, descuidandoos de vos²⁷.

Essa obra, o tratado *Sobre a Consideração*, deve ser entendida como uma representação da tradição patrística, presente em Bernardo, e como uma leitura da representação da figura do Papa e do papel do Papado – dentro de um contexto de meados do século XII – e que expressa o que é ser Pontífice em um momento de aplicação de conceitos hierocráticos e da definição de uma teoria teocrática.

De uma maneira geral, pode-se definir a hierocracia como sendo um tipo de organização social que se mantém graças às concepções religiosas dos indivíduos, ou seja, é o governo exercido por sacerdotes e eclesiásticos. Em alguns dicionários da língua portuguesa esse vocábulo aparece como sinônimo de teocracia. Apesar da proximidade dos dois conceitos e da adoção de ambos na teoria e na prática papal do período aqui adotado, cumpre definir melhor o segundo conceito.

Por teocracia tem-se a forma de governo na qual os sacerdotes interpretam as leis e têm autoridade tanto em assuntos civis quanto religiosos, sendo, portanto a mais alta autoridade. Para Bobbio uma das principais características do sistema teocrático é a preeminência da hierarquia sacerdotal, que controla a vida social em todos os aspectos, tanto sacros quanto profanos.

²⁶ AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2002. L. 10, XXIV, p. 53.

²⁷ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 3:6. p. 599 – 600. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 745.

A subordinação das atividades e dos interesses temporais aos espirituais, justificada pela necessidade de assegurar antes de qualquer outra coisa a *salus animarum* dos fiéis, determina a subordinação do laicato ao clero, que etimologicamente significa “Governo de Deus”, traduz-se assim em *hierocracia*, ou seja, em Governo da casta sacerdotal, à qual por mandato divino, foi confiada a tarefa de prover, tanto a salvação eterna, como o bem-estar material do povo.²⁸

Não se trata aqui de escolher um destes dois conceitos para embasar nossa análise e sim, de melhor defini-los, pois ambos estão interligados e presentes no momento em que Bernardo escreve seu tratado. Para alguns historiadores a teocracia foi apenas uma proposta teórica e o que existiu de fato era uma hierocracia papal. Dentre estes ressaltamos Walter Ullmann e José Antônio C. R. de Souza. Para Ullmann a essência da ideologia hierocrática estava no poder e no dever do Papa em dirigir as vidas dos crentes, pois seu papel enquanto sucessor de Pedro assim o instituíra:

Los medios de que se valía en el desempeño de esta función eran las leyes promulgadas por él mismo de acuerdo con sus funciones jurisdiccionales supremas, leyes que se pretendían de validez universal y que afectaban a cualquier asunto que tuviese relación con los intereses vitales y la estructura de la comunidad cristiana. Resulta obvio que, desde el punto de vista de esta ideología hierocrática, quien decidía acerca de los intereses de la comunidad, acerca de qué hechos, circunstancias, acciones o situaciones afectaban a sus intereses vitales, era el mismo papa.²⁹

Souza e Barbosa concordam com o posicionamento de Ullmann e salientam que a Igreja, ao longo da Idade Média, elaborou um programa de ação e pensamento para a aplicação de suas prerrogativas, definindo as relações entre os poderes espiritual e temporal.

É inegável que durante o citado período alguns Pontífices, entre os quais, por exemplo, Gregório VII, Inocêncio VII, Bonifácio VIII, dotados de uma capacidade política excepcional e apoiados em teóricos de enorme gabarito, souberam definir o programa da Igreja de modo ímpar. Mas, em maior ou menor grau, todos eles fizeram parte duma escola de pensamento eclesiológico-político que os transcendia e que, ela sim, procurava impor-se na sociedade medieval. Designamos essa escola de *hierocrata*, e a teoria política que gradualmente foi sendo elaborada e defendida, *hierocracia*.³⁰

O professor José Antonio de C. R. de Souza ainda salienta que a teoria hierocrática foi aperfeiçoada e ampliada durante a Idade Média. Na sua obra *O reino e*

²⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p. 1237.

²⁹ ULLMANN, W. Opus cit. p. 97.

³⁰ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. p. 13.

o sacerdócio, ele cita a definição de hierocracia dada por Marcel Prelot, para esse autor a hierocracia é uma doutrina ou regime político no qual “determinados homens consagrados a Deus pelo sacramento da Ordem exercem sobre outros homens, por instituição divina, um poder mais eminente que existir possa”³¹.

Outros autores defendem que o modelo teocrático era, sim, uma proposta teórica, mas, que em alguns momentos isolados, foi posta em prática. Dentre estes, destacam-se Boulenger, Barraclough e McBrien. Para estes autores, o que efetivamente existiu, foi uma monarquia papal, com características hierocráticas. Apesar disto, esses autores salientam que em alguns momentos isolados a teocracia papal foi posta em prática, como por exemplo durante os pontificados de Gregório VII (1073 – 1085), Urbano II (1088-1099), Eugênio III (1145 – 1153), Alexandre III (1159 – 1181), Inocêncio III (1198 – 1216), Inocêncio IV (1243 – 1254) e Bonifácio VIII (1294 – 1303)³².

No presente trabalho, optamos por adotar os referenciais teóricos de ambos os grupos de historiadores, seguindo a proposta de Marcel Pacaut³³: que define a teocracia como uma proposta teórica e um ideal a ser perseguido pelo Papado, convivendo simultaneamente com uma práxis que era hierocrática. Segundo Souza e Barbosa³⁴, a teocracia foi um ideal, que não foi posto em prática. O que existiu, de fato, foi uma monarquia papal, estruturada sobre bases hierocráticas e que começou a ser constituída na época da Reforma Gregoriana e se consolidou ao longo do século XII.

A monarquia papal era tida como a forma mais perfeita de governo, dado inspirar-se em Deus, senhor único do universo, o qual o dispôs harmonicamente através duma única lei, a divina, em si mesma eterna e imutável. Tal paradigma devia igualmente

³¹ PRELOT, Marcel. As doutrinas políticas. Lisboa: Presença, 1973, v. 2, p. 283. Apud. SOUZA, J. A. de C.R. de. Opus cit. p. 151.

³² MCBRIEN, R. Opus cit., p.238., BARRACLOUGH, G. Opus cit., p. 105 e BOULENGER, A. Opus cit., p. 131.

³³ PACAUT, M. Opus cit., 1976. e PACAUT, M. Opus cit., 1989.

³⁴ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit.

aplicar-se ao corpo eclesiástico, no qual, desde então, o Pontífice Romano ocupa o primeiro lugar³⁵.

Segundo Pacaut o termo “monarquia papal” deve ser adotado com cautela, pois o Papado tinha pretensões teocráticas e se a Santa Sé se organizou sob a forma de uma monarquia hierocrática o fez apenas como uma forma de instrumentalizar a reforma.³⁶

Para Pacaut, a ideologia hierocrática pretendia uma *potestas indirecta ratione peccati*, ou seja, um poder indireto devido ao pecado. Isto porque os papas se designavam sucessores de Pedro e, principalmente, vigários de Cristo. A condição de *vicarius Christi* os colocava não apenas na chefia de toda a Igreja, mas também na posição de intervir no temporal, em caso de questões em que a salvação da alma estivesse em perigo, questões que envolvessem o pecado³⁷.

Pacaut define este poder, cuja origem era essencialmente espiritual, como um verdadeiro poder político, denominado de *potestas plena*. Portanto, ser *vicarius Christi* e *caput* da Igreja não era apenas uma autoridade de caráter carismático: essa atribuição papal o colocava a frente de um poder jurídico, legado diretamente por Cristo e pelos apóstolos, principalmente por Pedro, do qual o Papa era o sucessor direto. “O programa da Igreja essencialmente dizia respeito, de um lado a sua ação pastoral no mundo, e, de outro, a sua própria organização interna, na qual avultava a definição da instância juridicamente capaz de a dirigir”³⁸.

O Papa, enquanto sucessor de São Pedro e vigário de Cristo era tido, de direito e de fato, como o “monarca do mundo”³⁹. Era o Papa quem detinha os dois gládios, definidos por Gelásio I, os poderes temporal e espiritual eram de sua responsabilidade. Entretanto, conforme visto anteriormente, a proposição do Papa Gelásio não significava uma oposição entre Igreja e Império. A *Tese dos Dois Gládios* apenas

³⁵ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. p. 15.

³⁶ PACAUT, M. Opus cit., 1989. p. 147.

³⁷ Idem. p. 115

³⁸ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. p. 13 – 14.

³⁹ Idem., p. 14.

representava a mentalidade religiosa de que a Igreja é detentora do gládio de sangue, ou material, e do gládio espiritual. Contudo, apesar de ser a detentora de ambos os gládios, a Igreja deve atribuir o material aos governantes temporais – reis e Imperador. Conforme o explicitado no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio:

É portanto o pontífice, como depositário da *plenitudo potestatis*, quem delega o exercício da autoridade temporal ao soberano (daqui o significado da coroação do Imperador pelas mãos do Papa), o qual, por consequência, pode usar o próprio poder apenas dentro dos limites que lhe foram dados pelo bispo de Roma. A subordinação *ratione finium* do poder temporal ao espiritual dá vida a um sistema de relações entre Igreja e Estado, no qual a este último é vedada ingerência no que diz respeito às pessoas e aos bens eclesiásticos pertencentes à esfera das realidades espirituais que recai *in potestate Ecclesiae*.⁴⁰

Esse argumento papal tem como base o pensamento da época, para a qual todo poder vem do Alto, de Deus, para as mãos de seu representante na terra, o Papa – o sumo pontífice é detentor da *auctoritas* – e é este quem delega ao Imperador, e aos reis, a utilização do poder político – a *potestas*. A mentalidade medieval era fortemente influenciada pelo neoplatonismo e sua perspectiva dividia o mundo em duas realidades: uma superior, ideal e perfeita, que continha em si – em seus princípios – a realidade inferior. Portanto, o poder papal – representante do divino – possuidor da superioridade espiritual, continha em si o poder temporal, relacionado à vida material e às necessidades concretas da vida terrena.

Essas idéias também podem ser encontradas nas obras de Gero (1093 – 1169), autor contemporâneo de Bernardo, árduo reformador e destacado defensor da liberdade e supremacia da Igreja. Gero defendia a origem divina do poder secular, assim como salientava que para os sacerdotes era imoral e legalmente proibido o exercício das atividades laicas, pois fugia do “chamado de Cristo”. Em sua obra *De ordine donorum* (c. 1142 – 1143) ele criticou as atividades de muitos bispos da região do Sacro Império – que fiéis à política imperial – que se colocavam à frente de exércitos, lutando lado a lado com o Imperador. Para Gero essa atitude desses bispos era uma violação dos Evangelhos e da lei canônica, para a qual é vetado aos sacerdotes o derramamento de sangue: *sacerdotibus Christi in gladio percutere licitum non est*.

⁴⁰ BOBBIO, N. Opus cit., p. 1237.

Para Gero, aos eclesiásticos não compete o exercício de qualquer poder secular, mundano. Sendo da alçada sacerdotal a benção – a quem a merecer – e a coroação de soberanos, que recebem através dos sacerdotes o poder que emana do divino. Dessa maneira, as palavras de Gero corroboram o defendido por Bernardo, pois, para ambos, os sacerdotes possuem uma condição superior em relação aos detentores do poder secular, devido à dignidade de sua função, na Igreja e na sociedade.

Bobbio ressalta que a proposição da Igreja em ser o único organismo instituído diretamente por Deus define a diferença entre *auctoritas* e *potestas*:

Isso permite, embora mantendo firme a distinção gelasiana entre *auctoritas sacrata pontificum* e *regalis potestas*, seja reconhecida à primeira uma nítida superioridade sobre a segunda, porque o fim próprio da Igreja (a *salus animarum*) é proeminente em relação ao fim perseguido pelo Estado, que é o bem-estar material dos homens.⁴¹

Segundo Ramón Teja, o prestígio dos bispos – e, portanto, do Papa – dependia tanto da sua *potestas* quanto de sua *auctoritas*⁴². A *auctoritas* é definida por Teja como um conceito inerente ao sacerdócio, embora tenha sido cunhado, outrora, para justificar o poder dos imperadores romanos. Assim, a chave da argumentação teocrática está no posicionamento de que o Papado não proclamava para si uma forma de poder divino e sim se colocava como chefe, *caput*, da Igreja e como *vicarius Christi*, vigário de Cristo⁴³.

⁴¹ BOBBIO, N. Opus cit., p. 1237.

⁴² TEJA, Ramón. **Emperadores, obispos, monjes y mujeres**. Protagonistas del cristianismo antiguo. Editorial Trota, 1999. p.99.

⁴³ Sobre os conceitos de hierocracia e teocracia, ver as obras de PACAUT, M. Opus cit., 1976. e PACAUT, M. Opus cit., 1957., assim como BOBBIO, N; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnB, 1993.

4. A OBRA *SOBRE A CONSIDERAÇÃO* DE BERNARDO DE CLARAVAL

todos hemos de aspirar a perfección, pero más aún deben tomarla como modelo los buenos prelados. Porque los superiores buenos y fieles nunca deben olvidar que su principal cuidado no há de consistir en procurar el esplendor y pompa de su cargo, sino en atender a las necesidades espirituales de sus súbditos, sobre todo si son flacos y tÍbios em la virtud¹.

A obra *Sobre a Consideração* está organizado em 5 livros e foi escrita progressivamente, entre os anos 1149 e 1153. O primeiro livro foi escrito em 1149 e está dividido em 11 capítulos nos quais, de modo geral, estão presentes admoestações a respeito da vida espiritual do Pontífice. Neste livro Bernardo aconselha Eugênio III a não se envolver com questões relacionadas aos litígios feudais e reservar um tempo diário para a oração, meditação e prática das quatro virtudes cardeais: prudência, fortaleza, justiça e temperança.

O segundo livro, escrito em 1150, está organizado em 14 capítulos, nele Bernardo faz uma breve apologia ao fracasso da Segunda Cruzada e segue com seus conselhos ao Sumo Pontífice. Bernardo parte da sua concepção sobre a diferença entre *considerar* e *meditar* e exorta o Sumo Pontífice na prática de ambas, mas em especial na *consideração* a respeito das atribuições e da finalidade do Sumo Pontífice.

O *Livro III*, escrito em 1152, está dividido em 5 capítulos nos quais Bernardo trata especificamente dos deveres do Papa enquanto líder espiritual, enfatiza sua ação pastoral e a esfera espiritual de sua função. O *Livro IV*, disposto em 7 capítulos, versa principalmente em como deve ser a conduta do Papa e de seus auxiliares a respeito do governo e da administração da Cúria Romana, do *Patrimonium Petri* e da cidade de Roma. Bernardo termina esse livro com um breve resumo sobre as virtudes que o Papa

¹ Sermão “A Esposa é formosa” de Bernardo de Claraval. In: CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953 p. 163. Também em *PL. Tomus CLXXXIII*. p. 899.

deve praticar diariamente no seu pontificado. O último livro está dividido em 14 capítulos e é o mais complexo, nele estão assuntos relativos à Teologia e Mística. Nele Bernardo instiga o Papa à meditação a respeito da santíssima Trindade e seus atributos, assim como a respeito da salvação e à felicidade experimentada na presença divina.

Estes dois últimos *Livros* foram terminados na primeira metade do ano de 1153, pouco antes da morte de Eugênio III e do próprio Bernardo. Portanto, é possível perceber nesta obra a clareza, a qualidade e solidez de conceitos defendidos e a maturidade do pensamento do abade de Claraval.

Como a obra foi escrita progressivamente, é possível perceber que alguns assuntos são retomados pelo abade de Claraval. Deve-se levar em consideração a maneira que esta obra foi escrita e como ela chegou ao seu destinatário, o Papa. Conforme Bernardo ia escrevendo, suas considerações eram encaminhadas ao Sumo Pontífice. É possível que essa “divisão” em capítulos seja meramente uma organização feita pelas chancelarias, ou de Claraval ou da Sé Romana.

Duby² explica que os monastérios cistercienses possuíam uma organizada chancelaria que copiava, recopiava e difundiam os escritos de Bernardo entre as demais casas, além de organizar metodicamente toda correspondência emitida e recebida. E se a obra de Bernardo chegou até nossos dias, intacta, inteira e organizada, muito se deve a esse sistema adotado por todas as abadias cistercienses.

A divisão do tratado em Livros corresponde à ordem cronológica em que foram escritos. Assim sendo, os assuntos mais relevantes, os conselhos mais importantes e as maiores preocupações de Bernardo, são sempre retomados estando presentes em todos os Livros. Portanto, partimos para uma análise do tratado *Sobre a Consideração* obedecendo aos “assuntos” abordados pelo abade de Claraval.

Bernardo inicia o tratado *Sobre a Consideração* com um prólogo, no qual, respeitando a posição e a dignidade do sumo pontífice, afirma seu relacionamento

² DUBY, G. Opus cit., 1990. p. 6.

paternal com este. “El amor que os profeso no os considera como señor; os reconoce por hijo suyo aun entre las insignias y el esplendor de vuestra excelsa dignidad”³.

Neste prólogo o abade de Claraval deixa transparente sua aflição com relação às atribuições do pontífice e o exorta a ter cuidado com bajulações e aparências. Aconselha Eugênio a manter-se fiel às suas origens monásticas, mantendo a vigilância e austeridade cisterciense: “Porque bien lo conozco, no por haber sido hecho padre de los pobres dejáis de ser pobre de espíritu. Confieso que esta mutación se ha hecho en vos, no de vos; y que a vuestro primer estado no ha sucedido la promoción, sino que se ha añadido”⁴.

Esse tom de aconselhamento e preocupação permeia o discurso de Bernardo, perpassando por todo o tratado. Bernardo, que durante todo seu abaciado cuidou dos aspectos da rígida observância da Regra de São Bento e da severa manutenção dos princípios da Ordem de Cister, transfere para a figura do pontífice o espelho do ideal monástico. “Cister, como já disse [sic], queria agir pelo exemplo. (...) Para mostrar que o despojamento e o rigor são os únicos que podem conduzir à perfeição, às harmonias onde temos oportunidade de encontrar Deus”⁵. Esse ideal de ascetismo, pureza, rígida observância da Regra e moralização do clero enquanto exemplo para a sociedade como um todo, estão presentes no discurso de Bernardo.

Ao longo do tratado, Bernardo busca tecer um modelo a ser seguido pelo Sumo Pontífice. As admoestações vão desde a defesa da austeridade, o aconselhamento da prática de virtudes, a preocupação com as atribuições do cargo. Bernardo aponta quais as ameaças à Igreja e à Cristandade, os quais são: A quantidade exorbitante de apelações referentes aos julgamentos feitos pela Igreja, muitas julgadas por Bernardo como ilícitas e improcedentes, as quais são interpostas junto à cúria romana e aos tribunais diocesanos; A indisciplina do clero secular e regular; A desestabilização da organização eclesiástica; E, o uso indevido da *plenitudo potestatis*

³ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. p, 580. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 728.

⁴ Idem. p, 580.

⁵ DUBY, G. Opus cit., 1990. p. 75.

in spiritualibus da parte do Pontífice, através do abuso da *hierocracia* e não da *auctoritas*. A *plenitudo potestatis in spiritualibus* confere ao Papa os poderes tanto sobre o Império celeste quanto sobre o terrestre. Todavia, isso não o capacita a interferir nas questões materiais, sobre as quais os governantes temporais podem e devem cuidar. Assim, Bernardo critica a interferência papal sobre os assuntos que são estritamente mundanos, temporais.

A *plenitudo potestatis in spiritualibus*, portanto, se refere ao poder absoluto exercido pelos papas, tanto nos assuntos propriamente espirituais quanto nos domínios temporais. As formulações teóricas que embasaram a *plenitudo potestatis in spiritualibus* foram se construindo ao longo da Idade Média e no momento em que Bernardo escrevia seu tratado *Sobre a Consideração* essas práticas já estavam, em certa medida, sendo postas em prática – embora, na primeira metade do século XII, a Igreja e o Papado ainda não pudessem ser considerados totalmente hierocráticos, a monarquia papal já estava constituída.

Quanto à plenitude do poder, note-se que se trata de uma *plenitudo potestatis in spiritualibus*, atribuída ao Papa, enquanto os demais bispos dispõem apenas de uma parcela do poder espiritual, como no Século XII igualmente sustentará S. Bernardo de Claraval no *De Consideratione*. Mas é bom saber de antemão que a passagem e a dilatação da plenitude do poder *in spiritualibus* para o âmbito da temporalidade ocorrerão depois sem amior dificuldade.⁶

O discurso de Bernardo, presente no tratado *Sobre a Consideração*, é contrário às práticas hierocráticas. Por toda a obra ele ressalta a autoridade do Sumo Pontífice, seu poder irrestrito e sua *auctoritas*. Os assuntos tratados na obra são recorrentes, demonstrando a importância dada a eles por Bernardo. Dentre os assuntos mais abordados estão os referentes ao poder papal e à *auctoritas* própria da dignidade papal.

Bernardo inicia seu tratado criticando o aspecto jurídico que o Papado havia adquirido. “¿de dónde tomaré principio? Quiero tomarle de vuestras ocupaciones, porque en éstas especialísimamente me conduelo de vos”⁷. Bernardo se compadece da

⁶ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. p. 15.

⁷ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 1:1. p. 581. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 727.

quantidade de ocupações das quais o pontífice se encarrega. Ele argumenta que o Papa, ex-monge cisterciense, foi retirado de seu claustro para assumir o cargo, deixando a vida contemplativa pela ativa: “Contra vuestra voluntad, si no me engaño, os arrancan de los brazos de la amada Raquel”⁸.

O abade é incisivo ao defender a oração e a meditação, práticas que ele acreditava estarem sendo deixadas de lado pelo pontífice– “por la costumbre de no emplearse en la meditación, se llega a su incuria e negligencia”⁹ – Bernardo ressalta que todos os vícios tornam-se corriqueiros ao longo do tempo, ou seja, se o Papa não mudar seus atos aos poucos eles tornar-se-ão vícios e costumes.

A grande quantidade de ocupações, criticadas por Bernardo, estão relacionadas com o caráter jurídico que o Papado adquiriu no final do século XI. A partir da publicação da obra *Concordia discordantium canonum* – conhecida com o nome de Decreto de Graciano – na primeira metade do século XII, o Papado adquiriu plenos poderes administrativos e legislativos.

A Sé Romana passou a interpretar os cânones anteriores, revalidando ou modificando, conforme o caso. O antigo direito, o direito romano não foi abandonado:

Desde de cerca do Ano Mil, alguns juízes do reino da Itália, sempre utilizando e comentando do direito lombardo, pareciam possuir um dado conhecimento da legislação de Justiniano, especialmente do Código¹⁰, mas foi apenas por volta do ano 1100, em Bolonha e em algumas cidades vizinhas como Ravena, Modena ou Plasencia, que se começou a estudar sistematicamente o direito romano¹¹.

Entretanto, para a Igreja, mesmo no século XII, o direito era a personificação de uma ciência lucrativa e enganosa:

Pela esperança do lucro, o direito desviaria os melhores espíritos da ciência sagrada; permitiria aos hábeis enganarem os simples, à argúcia triunfar sobre a verdade. Consequentemente, a Igreja interditava especialmente aos clérigos e aos religiosos o

⁸ Dentre os autores da Patrística é comum a designação de “Raquel” para a vida contemplativa e de “Lia” para a ativa. CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 1:1. p. 581. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 727.

⁹ Idem. Livro I, 1:1. p. 582. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 728.

¹⁰ *Corpus iuris civilis*, o qual era dividido em *Códice*, *Digesto*, *Institutas* e *Novais*.

¹¹ VERGER, J. Opus cit., p. 50.

estudo do direito romano. Oficialmente, tais interdições foram mantidas até o século XIII¹².

Devido a isso, o direito que a Igreja respeitava era oriundo das obras canônicas e das Decretais papais. Com isso vários assuntos passaram para a jurisdição papal e o pontífice tornou-se a última instância para as questões judiciais acarretando um aumento de tramitações legais dentro da cúria o que ocasionou o aumento da máquina administrativa da Santa Sé.

O Papado assumiu formas semelhantes a uma verdadeira monarquia, com um território físico – os Estados Papais – e, principalmente, com uma abrangência espiritual – o governo da Cristandade¹³. O Papado assumiu, de fato, prerrogativas hierocráticas. Para comandar essa grande rede administrativa, o Papa reunia-se sempre em consistório com os cardeais.

Marcel Pacaut afirma que a partir do final do século XI, todas as funções administrativas do Papado são executadas por um cardeal: “Les cardinaux, sauf ceux-ci, dirigent les plus souvent les grands services de la Papauté. C’est ainsi que, depuis la fin du XI^e siècle et jusqu’en 1187, le chancelier de l’Eglise romaine est toujours un cardinal,(...)”¹⁴.

A pedra angular da nova cúria é o colégio dos cardeais. Os cardeais são agora os chefes de serviço da *câmera* e da chancelaria, e a partir de Pascoal II é entre eles que são escolhidos os legados pontifícios. Estas duas funções permitem-lhes pôr o dedo no pulso da Igreja. Mas mais importante ainda é a sua actividade colegial. Não se sabe em que data o termo ‘consistório’ começou a ser aplicado às suas reuniões – talvez não anteriormente ao pontificado de Eugênio III (1145 – 1153). Mas já durante o pontificado de Pascoal II, se não mesmo durante o de Urbano II, costumavam reunir-se para tomar decisões importantes e aconselhar o papa.”¹⁵.

No tratado *Sobre a Consideração* as prerrogativas hierocráticas, são duramente criticadas por Bernardo. Ele aconselha Eugênio lembrando a passagem bíblica do Êxodo, na qual Moisés é aconselhado por seu sogro Jetro a não se fatigar em querer julgar sozinho todos os litígios de seu povo: “Os consumis con necio trabajo

¹² VERGER, J. Opus cit., p. 52.

¹³ Cf. LE GOFF, J. e SCHMITT, J.C. Opus cit. Volume I., p. 581.

¹⁴ PACAUT, M. Opus cit., 1976., p. 217.

¹⁵ Cf. BARRACLOUGH, G. Opus cit., pp. 115 – 116.

en unas ocupaciones que, non son otra cosa que aflicción Del espíritu, consumación Del alma, perdición de La gracia. Porque ¿qué otro fruto producen sino inútiles tela de araña?¹⁶

O abade de Claraval deixa claro que é ocupação indigna do Papa estar envolvido com litígios e questões feudais. Aos prelados superiores e, principalmente, ao Papa existem preocupações superiores e mais importantes que estar envolvido com questões mundanas – seculares. Bernardo questiona a grande quantidade de litígios nos quais o Papa se envolve diretamente e admoesta a respeito da importância da preocupação espiritual do cargo de pontífice.

Os ruego me digáis si es ocupación digna de vos estar desde la mañana hasta la tarde litigando u oyendo litigantes. ¡Y ojalá bastara al día su malicia! Pero las mismas noches no quedan libres. Apenas se da un rato para el reposo necesario del cuerpo, cuando nuevamente hay que levantarse para la audiencia de los pleitos. Un día anuncia a otro día los litigios y una noche da parte a otra de las disensiones. Hasta tal punto que no se permite espacio para respirar en la consideración de lo bueno; no se permite al descanso alternar con las fatigas; no se permite, aun por una u otra vez, interrumpirlas con el ocio.¹⁷

A admoestação segue em um tom de paternal súplica, para que o pontífice não permita que a grande quantidade de afazeres o afaste do ideal monástico de austeridade, pobreza, contemplação e oração. Bernardo fortalece seu argumento com a citação bíblica de Jó, capítulo 6, versículos 11 e 12: “¿Qué fortaleza es la mía para poder subsistir en estos males? ¿O cuál es mi fin para conservarme en la paciencia? Mi fortaleza no es la fortaleza de la piedra, ni mi carne es de bronce.”¹⁸

Bernardo assegura que o Papa está longe de assumir suas verdadeiras prerrogativas, pois está envolvido por demais nas questões jurídicas, colocando-se sob uma posição servil, subalterna, indigna do sumo pontífice. No discurso de Bernardo

¹⁶ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 2:3. p, 583. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 729.

¹⁷ Idem. Livro I, 3:4. p. 584. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 731.

¹⁸ Ibidem. Livro I, 3:4. p. 584. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 731. “Pois, que é minha força para que eu espere, qual é meu fim, para me portar com paciência? Será que tenho a fortaleza das pedras, e será de bronze minha carne?” Jó 6: 11-12.

estão presentes as dúvidas e ressalvas que o pensamento religioso da época tinha com relação ao direito.

Ni me vengáis ahora con la expresión del Apóstol, que dice: Siendo libre entre todos, de todos me hice siervo¹⁹. Está esto muy distante de vos. ¿Por ventura servía él a los hombres de tal suerte que por su medio adquiriesen humanos intereses? ¿Venían por ventura a él de todo el orbe los ambiciosos, los avaros, los simoníacos, los sacrílegos, los concubinarios, los incestuosos y otros tales monstruos de hombres para obtener los honores eclesiásticos o para retenerlos valiéndose de la autoridad del Apóstol? Luego debemos concluir que se hizo siervo un hombre que vivía en Cristo y para quien el morir era ganancia con sólo el fin de ganar mucho más para Cristo y no de aumentar los incentivos de la avaricia. Así, no busquéis en la prudentísima industria de San Pablo y en su caridad tan libre, como liberal, patrocinio y defensa a vuestra servil conducta. ¡Cuánto más digno será de vuestro apostolado, cuánto más saludable a vuestra conciencia!

(...)

Los malos me contaron cosas vanas y fabulosas; mas esto no era vuestra ley. Id ahora y atreveos a ostentar que sois libre bajo la pesada mole de estos nogocios, a los que ya no podéis substraer el cuello. Porque si podéis y no queréis, mucho más esclavo os hacéis de esta misma vuestra voluntad tan desordenada.²⁰

Bernardo se utiliza do exemplo dos apóstolos para exemplificar o quão longe do ideal evangélico estava o Papado ao se imiscuir em questões materiais. Ele também ainda salienta que é uma indignidade o Papa se envolver em assuntos que são indignos de seu poder. “La Potestad de juzgar las causas no tanto competen al Pontífice como a los príncipes”²¹. Para ele o “trono de Pedro” não deve ser desonrado com tal prática.

Oíd con todo eso al Apóstol lo que siente sobre estas cosas: *¿Es posible, dice, que no se encuentre un solo sujeto sabio que pueda ser juez entre sus hermanos?* Y añade consecutivamente: *Os lo digo para confusión vuestra; a los que son más despreciables en la Iglesia, a esos mismos destinad a que sentencien las causas.*²² Así, pues, según lo que dice el Apóstol, constituido en la dignidad apostólica, indignamente usurpáis un oficio vil, un grado que es de los hombres más despreciables. (...) ¿Qué es lo que dice este hombre rústico e imperito, dirían,

¹⁹ Bernardo aqui lembra uma das atribuições do Sumo Pontífice: *servus servorum Dei*, “escravo dos escravos de Deus”, um dos títulos adotados pelo Papa. A Santa Sé adota essa titulação papal desde Gregório Magno.

²⁰ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 4:5 p. 585. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 732.

²¹ Idem. Livro I, 7. p. 588. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 735.

²² “No entanto, quando tendes contendas desse gênero, escolheis para juízes pessoas cuja opinião é tida em nada pela Igreja. Digo-o para confusão vossa. Será possível que não há entre vós um homem sábio, nem um sequer que possa julgar entre seus irmãos?” (I Coríntios 6:4-5)

ignorante de su primacía y desconocedor de su poder, deshonrando la suma y más eminente silla, perdiendo los derechos de la dignidad apostólica?²³ (...)

Finalmente, leo que los apóstoles estuvieron de pie en el tribunal para ser juzgados²⁴, pero no leo que se sentasen para juzgar. (...) Por mi parte, no reputo por justo apreciador de las cosas a quien cree indigno de los apóstoles o de los hombres apostólicos no juzgar tales cosas, siendo cierto que han recibido la potestad de juzgar mayores.²⁵

As críticas de Bernardo ressaltam que o Papado estava imiscuído em assuntos de ordem temporal, “la hiérarchie, les moines et les religieux, les clercs, les laïques acceptent ce renforcement considérable de l’autorité romaine et cette transformation des structures ecclésiastiques dont ils n’ont peut-être pas immédiatement conscience”²⁶. O tratado prossegue criticando a prática hierocrática:

Luego vuestra potestad se debe ejercer sobre los crímenes, no sobre las posesiones, puesto que por aquéllos, no por éstas, recibiteis las llaves del reino de Dios a fin de excluir a los prevericadores, no a los poseedores. *Para que sepáis*, dice, *que el Hijo del hombre tiene potestad en la tierra de perdonar los pecados...*²⁷ ¿Qué dignidad y potestad os parece mayor: la de perdonar los pecados o la de dividir heredades? Pero no hay comparación. Estas cosas ínfimas y terrenas tienen sus jueces, que son los reyes y príncipes de la tierra. (...)¿A qué fin metéis la hoz en mies ajena? No es porque seáis indigno, sino porque es indigno de vos emplearos en tales cosas, como quien debe ocuparse en otras más importantes. En fin, cuando la necesidad lo pide, oíd lo que dice el Apóstol: *Habiendo de juzgar al mundo, ¿seréis indignos de juzgar de menores cosas?*²⁸

Bernardo afirma que em casos em que está em conflito a *ratione peccati* o Papa pode e deve intervir. Porém, sua função é muito mais ampla que deter-se com questões jurídicas de cunho secular. O Papa deve estar preocupado com a direção espiritual da Cristandade, com a salvação das almas, com o eterno e com o divino. O Papa está acima das questões mundanas, pois ele é o vigário de Cristo:

²³ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 6:7. p. 588. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 735.

²⁴ “Depois puseram os apóstolos em frente do Conselho” (Atos dos Apóstolos 5:27)

²⁵ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 6:7. pp. 588-589. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 735 – 736.

²⁶ PACAUT, M. Opus cit., 1976. p. 146.

²⁷ “Ora, para que saibais que o Filho do Homem tem na terra o poder de perdoar os pecados” (Mateus 9:6)

²⁸ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 6:7. p. 589. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 736. “Não sabeis que os santos julgarão o mundo? E, se o mundo há de ser julgado por vós, seríeis indignos de julgar os processos de mínima importância?” (I Coríntios 6:2)

Una cosa es poner la atención en estos negocios incidentalmente y con urgente motivo y otra dedicarse a ellos espontáneamente, como a cosas grandes y dignas de tanto cuidado, y cuidado de tales sujetos. Así, pues, os diría esto y mucho más, si os hubiera de decir cosas grandes, cosas rectas y cosas sinceras. Mas ahora, por cuanto los días son malos²⁹, basta que estéis prevenido, para no daros todo a la acción, para que apliquéis un poco, así del tiempo como del corazón, a la consideración.³⁰

O trecho acima foi escrito em 1149, mas ainda em 1152 o Papa Eugênio estava ocupado com as questões de cunho jurídico. Isso faz com que Bernardo volte a insistir no mesmo assunto:

Ya que se ofrece hablar de las apelaciones, no será fuera de propósito añadir algo acerca de ellas. Es menester una grande y piadosa consideración en esta materia para que no suceda que lo que por una gran necesidad fué providenciado, abusando, se haga inútil. (...) Se apela a vos de todas las partes del mundo. Esto sin duda, sirve de testimonio de vuestra singular primacía. Pero vos si tenéis prudencia, no os alegrareis de estaprerrogativa, sino de la utilidad que de ella resulte a la Iglesia.³¹

O trecho acima segue afirmando que muitas causas que são interpostas ao julgamento da Santa Sé são injustificadas ou mesmo injustas. Bernardo afirma que a causa maior que o pontífice deve se preocupar é a causa do injustiçado, do fraco, do pobre: “Abrid los ojos, hombre de Dios, cuando suceden tales cosas; excítese vuestra consideración, excítese vuestra indignación también”³². O Papa deve ser o justo, o fiel da balança, mas, não para assuntos menores – seculares.

Bernardo retoma os assuntos tratados anteriormente, fazendo uma longa admoestação a respeito do emprego dos superiores da Igreja, quais devem ser as suas ocupações. Para Bernardo, o controle e o direcionamento da Cristandade – e não a dominação – eram algumas das mais importantes atribuições do Papado:

¿Lisonjea la cátedra? Pues sabed que es una atalaya para hacer centinela. En fin, estáis sentado sobre ella; mas para ver desde más alto; el derecho de inspección sobre las iglesias que os declara el mismo nombre de obispo, más bien os debe disponer al trabajo que al reposo, persuadido de que el papado no es un dominio, sino un oficio.

²⁹ “Vigiai, pois, com cuidado sobre a vossa conduta: que ela não seja conduta de insensatos, mas de sábios que aproveitam ciosamente o tempo, pois os dias são maus. Não sejais imprudentes, mas procurai compreender qual seja a vontade de Deus” (Efésios 5: 15-17)

³⁰ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 7:8. p. 589. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 736.

³¹ Idem. Livro III, 2:6. p. 620. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 761.

³² Ibidem. Livro III, 2:6. p. 621. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 762.

(...) No hay lugar para el descanso donde urge la continua solicitud por todas las iglesias. (...) Exuchadle: *No dominando sobre la heredad del Señor, sino haciéndote modelo de su rebaño*³³ (...) Bien claro está; a los apóstoles les prohíbe la dominación.

Id ahora y atreveos a usurparos, al dominar, el apostolado; al ejercer la autoridad apostólica, la dominación. Absolutamente os está vedada cualquiera de estas dos cosas. Si lo uno y lo otro queréis tener, uno y otro perderéis. Este es el modelo de los apóstoles: se prohíbe la dominación y se intima el servicio.³⁴

Estas admoestações a respeito das ocupações legislativas do Papado estão diretamente relacionadas com a autoridade papal, com sua *auctoritas*. Com o estabelecimento da ideologia hierocrática, o Papado procura assumir um controle diretivo da Cristandade, assumindo, assim, a imagem de *gubernator* de autoridade soberana. Como consequência disto, o Papado passa a dar especial atenção – principalmente a partir da Reforma Gregoriana – à lei.

Segundo Ulmann, foi a partir do pontificado de Gregório VII que começou a ser definida uma “disciplina legal” através da qual os reis passavam a serem tidos como súditos da autoridade papal. “De ahí que el papa pretendiese ejercer un ‘gobierno universal’ (*regimen universale*) por medio de la ley, que no distingue entre cosas y personas. Los poderes de san Pedro eran omnicomprendivos, no exceptuando nada ni a nadie de la jurisdicción del papa.”³⁵

O Papado, para Ulmann, desde Gregório VII, carregava uma pesada carga, “no solo por sus tareas espirituales, sino también por sus quehaceres seculares, puesto que se consideraba responsable de la dirección de la comunidad de los creyentes, que estaba abajo su control y a su cargo.”³⁶ Bernardo critica duramente a prática hierocrática do Papado. Ele ressalta, por todo o tratado *Sobre a Consideração* que o Papa é a maior autoridade diretiva do mundo, pois ele é instituído por Deus e por Cristo a cuidar da salvação das almas, a governar a Cristandade, mas não nos assuntos

³³ “Não procurem dominar os que foram entregues aos cuidados de vocês, mas sejam um exemplo para o rebanho”. 1 Pedro 5:3.

³⁴ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 6:10. p. 603 – 604. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 747.

³⁵ ULLMANN, W. Opus cit., p.99.

³⁶ Idem., p. 100.

seculares. O abade de Claraval trata da excelência, da dignidade e da “potestade” pontifícia:

¿Quién sois? El gran sacerdote, el pontifice sumo. Sois el príncipe de los obispos, el heredero de los apóstoles; Abel por el primado, Noé por el gobierno; en el patriarcado, Abrahán; en el orden, Melquisedec; en la dignidad, Aarón; en la autoridad, Moisés; en la judicatura, Samuel; en la potestad, Pedro; en la unción, Cristo. A vos fuern entregadas las llaves y confiadas las ovejas. (...) Ni sólo de las ovejas, sino de los pastores todos sois único pastor (...) confiándolas todas a uno solo, recomendaba a todos la unidad en un solo rebaño y a un solo pastor, (...). En donde hay unidad hay perfección. Los demás números no tienen perfección, sino división, al apartarse de la unidad.³⁷

Este argumento, presente em todo o discurso de Bernardo, é bastante eloquente e quem poderia ser contrário a ele? Nas palavras de Pacaut: “Quel évêque, quelle assemblée épiscopale, même universelle, pourraient rivaliser avec lui ?”³⁸. Para Pacaut este argumento de Bernardo teve uma adesão entusiasmada por parte dos teóricos da teocracia papal:

Cette adhésion enthousiaste des penseurs les plus illustres et des saints les plus illustres et des saints les plus prestigieux constitue le meilleur argument des historiens qui estiment que l’objectif premier de Grégoire VII et de ses successeurs a été celui d’une réforme spirituelle et morale, et non l’édification d’un gouvernement monarchique, ce dernier ayant été seulement conçu comme l’instrument de la restauration religieuse.³⁹

Bernardo salienta sempre que o Papa é o sucessor de Pedro, o vigário de Cristo e cabeça da Igreja, portanto detém o poder espiritual – o Papa é o possuidor da *auctoritas* – e a suprema jurisdição no domínio temporal – é, também, o detentor da *potestas*. Em outras palavras, o Papa é o detentor da *plenitudo potestatis in spiritualibus* – conforme visto anteriormente – ele pode, e deve, atribuir os assuntos mundanos, temporais, a outras instâncias, como aos Imperadores e reis.

Para Bernardo isso deve sempre ser levado em conta, pois é indigno ao Papa usufruir da *potestas*, ele deve delegá-la a outros, porque possui preocupações maiores. Para Pacaut, a Igreja é a única “cidade” na qual coexistem diferentes poderes

³⁷ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 8:15. p. 608. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 751.

³⁸ PACAUT, M. Opus cit., 1976., p. 147.

³⁹ Idem, p. 147.

intrínsecos a ela. Portanto, este autor define o Papa como a autoridade máxima, pois recebeu seu poder diretamente do divino. A Igreja não é somente uma instituição estabelecida sobre as necessidades espirituais, mas também uma associação visível, uma *civitas*, com hierarquia definida, bens e leis⁴⁰.

Ao longo de todo o tratado fica patente a recriminação que Bernardo faz contra a política hierocrática, enquanto prática, e a defesa da teocracia papal, enquanto ideal, na qual o Papa deveria ser considerado o dirigente da Cristandade, sucessor de São Pedro. Bernardo busca inserir na figura do pontífice um eco para o ideal de vida monástico e, principalmente, cisterciense. Segundo Duby⁴¹, o sonho de Cister é absorver a sociedade inteira, incitar em todos a interiorização monástica.

Nas palavras de Ulmann, o Papa era “el ‘juez ordinario’ y pretendía poseer el saber necesario y específico sobre cuándo se hacía necesaria la legislación. La función del papa equivalía a la de un verdadero monarca que gobernase a la comunidad que se le había encomendado.”⁴² Para Bernardo o Papa deveria ser o pastor cauteloso de almas, o grande exemplo a ser seguido pela Cristandade, deveria fornecer o apoio e a orientação maternal. Bernardo afirma categoricamente que o Papado é o grande poder diretivo do mundo cristão.

Salid, digo, al mundo, pues el mundo es campo confiado a vuestro cuidado. Salid a él no como señor, sino como mayordomo, a ver y procurar lo que os han de exigir. (...) Si habéis movido el corazón, se ha de mover igualmente la lengua, se ha de mover también la mano. **Ceñíos vuestra espada, la espada del espíritu, que es la palabra de Dios.**⁴³ (grifos nossos)

Tomando a metáfora da espada, Bernardo faz uma importante defesa da *auctoritas*, resgatando a *Tese dos dois Gládios*, elaborada pelo Papa Gelásio I (492 – 496), e dando-lhe uma forma mais de acordo com sua época. Porém, para Bernardo os dois poderes são complementares, embora ambos sejam de responsabilidade pontifical, o Papa deve se ocupar dos assuntos espirituais e delegar os materiais a quem convém.

⁴⁰ Cf. PACAUT, M. Opus cit., 1989.

⁴¹ DUBY, G. Opus cit., 1990. p. 59.

⁴² ULLMANN, W. Opus cit. p. 97.

⁴³ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 6:12-13. pp. 604 – 605. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 748 – 749.

...si no pertenciera a vos cuando dijeron los discípulos: *He aquí dos espadas*, no hubiera respondido el Señor: *Bastante es*⁴⁴. Sino demasiado. Una y otra espada, es a saber, la espiritual y la material, son de la Iglesia; pero ésta ciertamente se debe esgrimir a favor de la Iglesia, y aquélla por la misma Iglesia;⁴⁵

Bernardo deixa claro que deve a *espada temporal* deve ser brandida pelos reis, através da insinuação do sacerdote. Bernardo legitima a tese das duas espadas utilizando a teoria de Santo Ambrósio, que defendia a independência e supremacia da Igreja, sintetizada na tese elaborada pelo Papa Gelásio, que dividia o mundo em dois poderes: o poder espiritual da Igreja e o temporal dos reis. A alegoria dos dois gládios não preconizava um confronto entre Papado e Império, alertava, de fato, para a colaboração mútua entre ambos.

A defesa do poder pontifício, e da *auctoritas*, está presente também na obra de um contemporâneo de Bernardo, João de Salisbury:

(...) Portanto, o príncipe recebe sua espada das mãos da Igreja, porque esta última absolutamente não pode usar o gládio de sangue. Entretanto, o possui também, embora faça uso dele, através do príncipe, a quem concedeu o poder para corrigir os corpos. Por conseguinte, o príncipe, de certo modo é um ministro do sacerdote, e quem exerce aquela parte dos ministérios sagrados que parece que parece lhe ser indigna de a exercer, pois todo ofício das leis sagradas é religioso e pio. Todavia, é algo inferior o que ocorre no tocante à punição dos crimes e parece representar certa imagem de verdugo.

Foi por esse motivo que Constantino (...) ao presidir o Concílio dos sacerdotes ocorrido em Nicéia, não ousou ocupar o primeiro lugar, mas procurou um secundário, nem quis se intrometer com as assembleias dos presbíteros, e as decisões que foram tomadas por eles as acolheu e as reverenciou de tal modo, como se tivessem sido promulgadas pela Majestade Divina (...)⁴⁶

João de Salisbury (1110/1120 – 1180) foi discípulo de Abelardo na universidade de Paris e é considerado como um dos mais talentosos intelectuais de seu tempo. Segundo Souza e Barbosa⁴⁷, João de Salisbury era um grande conhecedor dos clássicos e possuía uma visão clara e crítica de sua realidade. Sua obra *Polycraticus* foi

⁴⁴ “Eles replicaram: Senhor, eis aqui duas espadas. Basta, respondeu ele” (Lucas, 22:38)

⁴⁵ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro IV, 3:7. p. 639. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 775.

⁴⁶ SALISBURY, João. **Polycraticus**: Subordinação do poder laico ao eclesiástico. Livro IV, cap. 3. In: *PL. Tomus CXCIX*. p.516. Apud. SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit. p. 104.

⁴⁷ Idem.

escrita pouco depois do tratado *Sobre a Consideração* – provavelmente entre os anos de 1155 e 1159 – possui como eixo central a conduta do bom e do mau governante.

Assim como João de Salisbury, Bernardo afirma, claramente, que o poder espiritual detém as duas espadas, porém não afirma que o mesmo poder espiritual deva dominar o temporal – no trecho abaixo veremos a afirmação do posicionamento de Bernardo afirmando a Igreja como modelo, como exemplo, como mãe, como pastora de ovelhas, não como dominadora da Cristandade.

(...) es sentencia del Señor en su Evangelio: *Los reyes de las naciones les tratan con imperio y los que tienen autoridad sobre ellos se llaman sus bienhechores. Y añade: Mas entre vosotros no sea así.* Bien claro está; a los apóstoles les prohíbe la dominación.⁴⁸

Para Bernardo o Papa era também o “amigo do Esposo”, ou seja, amigo de Deus; “companheiro da Esposa”, ou da Igreja; “vigário de Cristo”, sacerdote de Cristo.

Ante todo, considerad que la santa Iglesia romana, (...), es madre de las iglesias, no señora; que vois sois no señor de los obispos, sino uno de ellos, hermano de los que amam a Dios y compañero de los que temen. Por lo demás, considerad que conviene que seáis modelo de justicia, espejo de santidad, ejemplo de piedad, libertador de la verdad, defensor de la fe, doctor de los gentiles, guía de cristianos, amigo del Esposo, paraninfo de la Esposa, ordenador del clero, pastor de pueblos, maestro de los ignorantes, refugio de los oprimidos, abogado de los pobres, esperanza de los miserables, tutor de los pupilos, juez de las viudas, ojo de los ciegos, lengua de los mudos, báculo de los ancianos, vengador de los delitos, terror de los malos, gloria de los buenos, vara de los poderosos, martillo de los tiranos, padre de los reyes, dispensador de los cánones, sal de la tierra, luz del mundo, sacerdote del Altísimo, vicário de Cristo, cristo del Señor.⁴⁹

Bernardo, em seu discurso, se apropria da alegoria da maternidade da Igreja de Roma sobre as demais igrejas, que é um tema recorrente entre os autores da Patrística e mesmo dentre os teólogos medievais⁵⁰. No trecho acima, Bernardo lembra a Eugênio sua posição de pontífice e, como tal, “pai” de todos os fiéis.

⁴⁸ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 6:10. p. 603. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 748.

⁴⁹ Idem. Livro IV, 7:23. p. 651. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 787.

⁵⁰ Cf. BURNS, James Henderson. *Histoire de la pensée politique médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993. p. 248.

No tratado *Sobre a Consideração*, Bernardo não é contrário à existência do poder temporal do Papa, para ele o Sumo pontífice possui a *potestas*, porém, deve abrir mão dela, e passá-la às mãos dos governantes temporais, para melhor exercer a *auctoritas*. Bernardo relembra ao Sumo Pontífice seu verdadeiro papel no seio da Igreja, alertando-o a não se afastar de sua verdadeira missão.

Errais si llegáis a pensar que así como vuestra potestad fué hecha por Dios suprema, así fué hecha única. Si esto sentís, dissentís de aquel que dice: *No hay potestad que no venga de Dios*. Por tanto, lo que sigue: *El que resiste aa la potestad, resiste a la ordenación de Dios*, principalmente se refiere a vos, pero no unicamente. El mismo dice: *Toda alma esté sujeta a las potestades superiores*⁵¹. No dice a la superior, como si la potestad residiera en uno, sino a *las superiores*, porque reside en muchos. **No es, pues, sola vuestra potestad la que viene de Dios; hay también otras intermedias; las hay también inferiores.**y así como los que Dios juntó no se deben separar⁵², así no es justo igualar a los que Dios puso desiguales entre sí.⁵³ (grifos nossos)

No trecho a seguir, Bernardo afirma a *auctoritas* do Papado utilizando a alegoria do “barco de Pedro”. Esta alegoria – bem como a alegoria da maternidade da Igreja Romana – é recorrente no discurso patrístico e foi largamente utilizada pelos defensores da reforma do Papado: “L’image de la *navis* fut reprise par les partisans de la papauté réformatrice sous la forme du ‘navire de Pierre’, c’est-à-dire l’Église romaine”⁵⁴.

Luego, según vuestros cânones, los otros fueron llamados a la parte de la solicitud, vos a la plenitud de la potestad. La potestad de los otros se estrecha entre determinados límites, la vuestra se extiende aun sobre los que recibieron potestad sobre otros. (...) Signo sin duda, del singular pontificado de Pedro, por el que había recibido la potestad de regir, no una nave sola, como los demás – cada uno la suya –, sino el mismo mundo. Pues el mar es el mundo, y las naves, las iglesias.⁵⁵

⁵¹ “Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus. Assim, aquele que resiste à autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem, atraem sobre si a condenação” (Romanos 13:1-2)

⁵² “Assim, já não são dois, mas uma só carne. Portanto, não separe o homem o que Deus uniu”. (Mateus 19:6)

⁵³ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 4:17. p. 630. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 768.

⁵⁴ BURNS, J. Opus cit., p.245.

⁵⁵ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 8:16. p.609. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 752.

Para Pacaut, a visão de que o Papado é a mãe, a orientadora, a cabeça da Igreja, da qual todas as outras igrejas dependem e toda a Cristandade depende, traduz o pensamento de que é somente através da Sé Romana que as demais igrejas podem existir. Isto conduz a uma formulação jurídica que valida a existência das demais igrejas, através do Papado – a Santa Sé tem o poder de intervir diretamente em todas as igrejas.

Pour la thèse épiscopale, c'est par l'union de toutes les églises et par l'union avec Rome que chaque église est catholique, donc légitime ; suivant la doctrine pontificale, c'est par le consentement de Rome qu'elle l'est, car Rome a reçu du Christ son autorité « *par Pierre et par Paul* », l'Apôtre des Gentils commençant alors à être associé à la fondation romaine.

Além dos aconselhamentos a respeito da autoridade papal há uma boa parte das admoestações relacionada à pessoa do Papa, sua vida privada e não enquanto o “chefe” da Igreja. Bernardo traça um verdadeiro modelo de virtudes a serem seguidas, de forma bastante clara ele define que o Papa deve ser um homem de oração, com uma vida profundamente espiritualizada. O tratado *Sobre a Consideração* possui esse título justamente pelo fato de nele conter, repetidamente, o aconselhamento para que o Papa medite, analise, contemple e considere a respeito dos assuntos relativos ao seu cargo.

Oíd, pues, ya qué reprendo y qué persuado. Si toda vuestra vida y toda vuestra ciencia lo dais a la acción y nada a la contemplación, ¿os alabaré? Ciertamente, en esto no os alabaré. Ninguno tampoco que haya oído a Salomón: *El que se modera en la acción, adquirirá la ciencia*⁵⁶. A la verdad, aun a la misma acción la conviene que la consideración la preceda. Si queréis ser todo de todos, a manera de aquel que se hizo para todos todas las cosas⁵⁷, alabo la caridad, pero con tal que sea llena.⁵⁸

Para Bernardo o Papa deve ter sempre em mente que toda ação deve ser precedida de uma cuidadosa consideração a respeito. O principal argumento gira em torno da tentativa de conciliar a vida ativa com a vida contemplativa. Posto que o Papa como uma figura religiosa, mas, também política, tinha afazeres urgentes e, portanto

⁵⁶ “A sabedoria do escriba lhe vem no tempo do lazer. Aquele que pouco se agita adquirirá sabedoria.” (Eclesiástico, 38:25)

⁵⁷ “Fiz-me fraco com os fracos, a fim de ganhar os fracos. Fiz-me tudo para todos, a fim de salvar a todos.” (I Coríntios 9:22)

⁵⁸ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 5:6. p. 586 – 587. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 734 – 735.

uma vida ativa repleta de compromissos – diferentemente da vida monástica, onde a vida contemplativa tem prioridade.

O maior receio do abade de Claraval era que a vida contemplativa fosse deixada totalmente de lado. Para ele um homem dedicado a Deus nunca deveria deixar de meditar, orar, contemplar e considerar sobre os assuntos relativos à fé. Bernardo ainda ressalta que a meditação e o rigor em cuidar das questões religiosas se perdem quando não são devidamente observados. Argumenta que o costume e os vícios “endurecem o coração”, tornando a alma impiedosa, ingrata, desleal e cruel. Para ele, uma pessoa de coração “duro”

Es aquel a quien de las cosas pretéritas, si exceptuamos las injurias, todo absolutamente se le pasa; de las presentes, todo se le pierde; de las futuras, si no es quizá para vengarse, nada previene ni precave. Y para comprender en una palabra todos los daños de este horrible mal, es aquel que ni teme a Dios ni respeta a los hombres.⁵⁹

Bernardo segue explicando qual seria o proceder correto. Explica também que o Papa deve preocupar-se com sua própria consciência e sua salvação como exemplo para o restante da Cristandade. O Papa não deve cuidar da salvação dos demais em detrimento de sua própria salvação: “el que es malo para si, ¿para quién será bueno?”

60

Assim, o tratado também possui uma série de aconselhamentos a respeito das atitudes que o Papa deve tomar, sobre como se portar em determinadas situações, sobre o cuidado que deve ter com bajuladores, avaros, falsos e com aqueles que buscam o benefício próprio através da “máquina eclesiástica”. Bernardo exorta o Papa a coibir a ação dos advogados gananciosos e a combater a prática corrente dos que lançam mão do seu saber especializado em defesa de causas injustas e desonestas e que às apresentam a cúria romana – novamente vê-se o discurso de Bernardo exortando ao cuidado que os religiosos de sua época tinham em contato com o direito:

⁵⁹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 2:3. p, 583. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 730.

⁶⁰ Idem. Livro I, 5:6. p. 587. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 734. “Para quem será bom aquele que é mau para si mesmo? Não terá nenhuma satisfação em seus bens.” (Eclesiástico, 14:5)

Me pasmo de que vuestros oídos religiosos toleren semejantes disputas de los abogados y unos litigios de palabras más a propósito para subvertir que para hallar la verdad. Corrigid esta depravada costumbre, reprimid las lenguas vanas y cerrad los labios engañosos. Estos son los que adiestraron sus lenguas en hablar la mentira, elocuentes contra la justicia, eruditos para la falsedad. Son sabios para obrar lo malo, fecundos para impugnar lo verdadero. (...) Así, aquellas causas que sea necesario llevar a vuestra audiencia – pues nunca será necesario que lleguen todas –, quisiera que os acostumbrarais a decidir las con cuidado, pero con brevedad, y que cortarais las falaces y capciosas dilaciones. A vuestra audiencia entre la causa de la viuda, la causa del pobre y del que no teine que dar, has podréis encomendar a otros para que las terminen; muchísimas ni aun juzgarlas dignas de audiencia.⁶¹

Si sois discípulo de Cristo, enciéndase vuestro celo, ármese vuestra autoridad contra este descaro y peste universal. (...) No prepara los oídos para escuchar, sino el azote para herir. Ni da palabras ni las recibe. No está sentado juzgando, sino que los sigue castigando. Con todo no calla el motivo, que es haber hecho casa de negocio la casa de oración. Obrad del mismo modo. Cúbranse de rubor a vuestra vista semejantes negociadores. Cuando esto no, que la teman.⁶²

Bernardo aconselha o Papa a ter cuidado com a credulidade, ele temia que o Papa fosse levado ao erro por pessoas que se utilizam da eloquência para convencer, de discursos dissimulados e levianos. Durante todo o tratado Bernardo se ocupa de aconselhar o Sumo Pontífice contra os bajuladores e ambiciosos. Ele diz que a casa de Deus não deve nunca ser abrigo de ladrões:

Se lleno de celo el Señor al ver que la casa de oración se había trocado en caverna de ladrones⁶³. Y vos, que sois ministro de suyo, ¿disimularéis que se mude en armas de la iniquidad lo que era refugio de los despreciados? Veréis que a cada paso es relegada la parte oprimida y que rompen impetuosamente, apelando no tanto los perjudicados como los que intentan perjudicar.⁶⁴

Esta mesma preocupação estava presente nos escritos do ano anterior:

Las palabras burlescas, a las que se suele dorar con el nombre de graciosas y festivas, no basta que estén distantes de la boca; es forzoso que estén desterradas lejos del oído. Sería fealdad que os moviesen otros a risas fuertes; todavía sería más feo que

⁶¹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 10:13 p.594. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 740.

⁶² Idem. Livro I, 11:14 p. 595. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 741.

⁶³ “E disse-lhes: Está escrito: Minha casa é uma casa de oração [“eu os conduzirei ao meu monte santo e os cumularei de alegria na minha casa de oração; seus holocaustos e sacrifícios serão aceitos sobre meu altar, pois minha casa chamar-se-á Casa de Orações para todos os povos” – Isaías, 56:7], mas vós fizestes dela um covil de ladrões [“É, por acaso, a vossos olhos uma caverna de bandidos esta casa em que meu nome foi invocado? Também eu o vejo - oráculo do Senhor” – Jeremias, 7:11]!” (Mateus, 21:13)

⁶⁴ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 2:8. p. 622. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 763.

movieseis vos a los demás. A la verdad, cuál sea peor entre murmurar y oír la murmuración, no puedo decirlo fácilmente.⁶⁵

O abade de Claraval propunha ao Papa um exame de consciência. Ele isenta Eugênio da avareza, posto que conhecia sua índole cisterciense, mas, preocupava-se sobremaneira com a credulidade. Bernardo precavia o Sumo Pontífice contra os julgamentos precipitados por parte da Cúria:

No hay para qué fatigue vuestra consideración acerca da la avaricia, siendo público que no hacéis más estimación del dinero que de la paja. Nada enteramente, nada hay que temer por él en vuestro tribunal. Pero hay una cosa que no menos frecuentemente ni con menos engaño suele poner asechanzas a los que tienen el cargo de jueces. Sobre lo cual especialisimamente no quisiera que se os ocultara lo que en vuestra conciencia se oculta. ¿Preguntáis qué cosa sea ésta? La acepción de personas. (...) **Hay un vicio también que, si os sentís libre de él, desde luego, entre todos los que he conocido ascender al alto puesto de las dignidades, os sentáis solitario. (...) La demasiada facilidad en creer es este vicio, nulpeja astutísima, de cuyos engaños no conozco en este tiempo dignidad alguna que se haya precavido con la vigilancia y circunspección necesaria.** (grifos nossos)⁶⁶

En este lugar reprendo la avaricia, de cuyo vicio bastante libre está vuestra fama; si también las obras, a vos toca verlo.(...) La plata se estima como el heno; las recuas, no habiéndose quitado las cargas, vuelven no menos cargadas, aunque por fuerza, a la tierra de donde salieron.⁶⁷

No trecho acima, Bernardo deixa transparecer claramente suas certezas a respeito dos erros dos pontífices, em se deixarem corromper pelo poder de seu cargo. O abade de Claraval é incisivo em exigir do Papa uma postura austera e pura:

Todas as superações [e renúncias] que Bernardo de Clairvaux exigia do Papa, dos monges, dos prelados, da Igreja inteira, de todo o povo de Deus, e até daqueles que também se convertiam, pedindo o ingresso nas comunidades cistercienses, a fim de melhor se prepararem para o retorno de Cristo e para o juízo final.⁶⁸

Portanto, para ele muitos pontífices abandonaram a causa dos inocentes, prenderam-se por bagatelas, por avareza, foram ausentes perante seu compromisso de salvar almas, condenaram pessoas sem a devida precaução – Durante sua vida, Bernardo sempre lutou contra esses erros, para ele o Papa devia ser o exemplo máximo

⁶⁵ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 13:22. p. 615. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 756.

⁶⁶ Idem. Livro II, 14:23. p. 615 – 616. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 756 – 757.

⁶⁷ Ibidem. Livro III, 3:13. p. 625 – 626. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 764 – 765.

⁶⁸ DUBY, G. Opus cit., 1990. p. 8.

de austeridade, de imparcialidade e, principalmente, de espiritualidade. Ele prossegue parabenizando Eugênio, pois este, como ex-monge não se deixou corromper e manteve o ideal monástico de pureza espiritual e rigor ascético: “Os doy el parabién – pues que no temo incurrir en la nota de adulación de vuestro concepto – ; os doy, repito, el parabién de que presidís hasta el día de hoy sin mucha queja por esto; si aun también sin culpa, a vos toca verlo”⁶⁹.

Como o Papa é detentor da *auctoritas*, suas incumbências devem estar relacionadas aos assuntos da Igreja, aos decretos apostólicos, estatutos e leis universais da Igreja. A Santa Sé é a cabeça da Igreja, é a ela que está confiada a direção da Cristandade. O Papa devia cuidar da unidade da Igreja, devia combater as heresias, devia conquistar todo “o mundo” para Cristo. Mas, isso não permitia ao Papa ser um dominador, um senhor, um *dominus*. O Papado devia ser um condutor de consciências:

Vuestros Padres fueron destinados no a conquistar algunas regiones, sino todo el mundo. *Id por todo el orbe*⁷⁰, les dijo, Y ellos, vendiendo las túnicas, compraron espadas, esto es, palabras de fuego e espíritu vehemente, que son las armas poderosas de Dios. ¿Adónde no llegaron estos ínclitos vencedores, estos hijos de los perdidos? ¿Adónde no llegaron estas saetas agudas, flechadas con una poderosa mano, con carbones desoladores?⁷¹ (...) A éstos habéis sucedido en la herencia. Así vos sois el heredero y la herencia del mundo. Mas en qué manera os pertenezca esta porción o les haya pertenecido a ellos, es asunto que pide prudente consideración. Porque no pienso que os pertenezca según todos los derechos, sino únicamente según alguno. De modo que – por lo que a mí me parece – **se os ha confiado la administración sobre el mundo, no su posesión.**⁷² (grifos nossos)

Pero me diréis: ¿Qué? ¿No negáis que presida y me vedáis que domine? Así es. ¿Como si no presidiera bien el que preside en la solicitud! Por ventura, ¿ni está sujeta la casa al mayordomo? ¿Y un señor cuando es niño a su ayo? Con todo, ni aquél es señor de la hacienda, ni éste de su señor. Del mismo modo, pues, **presidid sobre el mundo para providenciar lo conveniente, para inspirarle el bien, para mirar por sus derechos, para guardarle. Presidid para serle útil; presidid como el siervo fiel y prudente**⁷³. (grifos nossos)

⁶⁹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 14:23. p. 616. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 757.

⁷⁰ “E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura.” (Marcos, 16:15)

⁷¹ “Flechas agudas de guerreiro, carvões ardentes de giesta.” (Salmos, 119:4)

⁷² CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 1:1. p. 617. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 758.

⁷³ Idem. Livro III, 1:2. p. 617. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 758.

Este argumento de que o Papa está para servir, conduzir e não para dominar é repetido por todo o tratado, verifica-se através dessa repetição a importância dada por Bernardo a esse posicionamento. Para o abade de Claraval, o Papa deve ser consciente de seu papel evangelizador e que sua autoridade superior está relacionada ao mundo espiritual:

Por tanto, os incumbe poner toda la diligencia que podáis en que los incrédulos se conviertan a la fe, los convertidos no se aparten, los que están apartados vuelvan, los perversos entren en el orden de la rectitud, los pervertidos tornen a la verdad, los pervertidores sean convencidos con razones invictas, a fin de que ellos mismos se enmienden, si se puede conseguir, o, si no, pierdan la autoridad y facultad de pervertir a otros. (...) Hablo de los herejes y cismáticos, porque éstos a un mismo tiempo son unos hombres pervertidos y pervertidores, perros para despedazar, zorras para seducir. Deberán, vuelvo a decir, a diligencia de vuestros cuidados, ser corregidos para que no perezcan o refrenados para que no hagan perecer a otros.⁷⁴

Bernardo reafirma o papel evangelizador do Papado. No trecho acima ele se refere aos heréticos, como insensatos que deveriam ser convencidos a retornar à ortodoxia, a na impossibilidade de convencê-los que eles pudessem ser reprimidos. Bernardo dá sequência a esse argumento citando os gregos (a Igreja de Constantinopla) que mesmo pertencendo ao mesmo credo, são cismáticos: “están con nosotros y no están con nosotros; unidos en la fe, desunidos em la paz; aunque también en la misma fé han claudicado, desviandose de sus rectos caminos”⁷⁵. A respeito do Patriarcado de Constantinopla, Bernardo afirma que ele estava passando pelas mesmas dificuldades que o Papado com relação ao afrouxamento da moral e dos costumes.

Ele afirma que a ambição, a avareza e a falta de santidade dos prelados, estavam presentes tanto em Roma, quanto em Constantinopla. Bernardo ainda é incisivo no que diz respeito à política romana. Ele considera o Senado Romano como ambicioso, e preocupado com o despojamento da Santa Sé – no momento em que Bernardo escreve essas linhas, o Papa ainda estava em plena luta contra a aristocracia romana:

⁷⁴ CLARAVALL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 1:3. p. 618. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 759.

⁷⁵ Idem. Livro III, 1:4. p. 619. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 760.

¡Oh ambición, cruz de los ambiciosos! ¿Cómo, siendo tormento de todos, a todos agrada? Nada atormenta con más crueldad y nada inquieta con más molestia; sin embargo, nada hay más plausible entre los míseros mortales que sus negocios. ¿Por ventura no pisa más los umbrales del templo de los apóstoles la ambición que la devoción? ¿Por ventura no están resonando todo el día sus voces en vuestro palacio? ¿Por ventura sus lucrosos intereses no traen en fatiga toda la ciencia de las leyes y cánones? ¿Por ventura no anhela con una insaciable codicia la Italia toda enriquecerse con sus despojos?⁷⁶

Ainda a respeito do Senado de Roma, Bernardo aconselha Eugênio a tomar cuidado com suas artimanhas. No ano de 1152, Eugênio consegue enfim se instalar em Roma. Mas, Arnaldo de Brécia ainda estava vivo e contava com o apoio de algumas pessoas influentes em Roma. Assim, Bernardo aconselha o Papa a ter cuidado com os bajuladores do Senado e a ser cuidadoso com relação ao povo de Roma:

(...) se ofrece ya añadir algo sobre las cosas que están cerca de vos. A la verdad, estas mismas se hallan bajo de vos; **pero cuanto más cercanas, tanto más os son importunas**. Es decir, que, como colocadas delante de vuestros ojos, no permiten incuria, no permiten disimulo, no permiten olvido. Punzan con más vehemencia, vienen sobre vos más turbulentamente; es de recelar que os ahoguen. (...) Hablo de vuestra ordinaria incumbencia en lo que toca a la ciudad, a la curia, a vuestra doméstica iglesia. Estas cosas, digo, están cerca de vos pues son vuestro clero y pueblo, del cual con especialidad sois obispo, y por eso deudor de un cuidado especial.⁷⁷

¿Qué diré del pueblo? **Es el pueblo romano**. Ni más breve ni, con todo, más expressamente puedo declarar lo que siento de vuestros parroquianos. ¿Qué cosa más sabida en los siglos que la arrogancia y el fausto de los romanos? Una gente jamás bien avenida con la paz, acostumbrada a los tumultos; una gente fiera e intratable hasta el día de hoy; que no acierta a sujetarse sino cuando no puede resistir. He ahí la llaga. A vos incumbe su cuidado; no es permitido disimular. Tal vez os reís de mí, persuadido de que es incurable.⁷⁸

O tratado continua afirmando que os prelados da Igreja estão incumbidos de auxiliar os demais, não em cuidar apenas de si mesmos. Bernardo continua exortando o pontífice a cuidar dos abusos de privilégios que podem ser advindos do seu cargo. E continua advertindo que não se pode confundir as dignidades da Igreja.

No es buen árbol el que tales frutos, que son insolencias, disoluciones, dilapidaciones, competencias, escándalos, odios;y, lo que causa más dolor, enemistades graves entre las Iglesias y perpetuas discordias. Veis qué verdadera es aquella sentencia: Todo me

⁷⁶ Idem. Livro III, 1:5. p. 620. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 761.

⁷⁷ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro IV, 1:1. p. 634. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 771.

⁷⁸ Idem. Livro IV, 2:2. p. 635. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 772.

es lícito, pero no todo es conveniente. ¿y qué, si quizá ni aun es lícito? Perdonadme; no me reduciré fácilmente a consentir en que sea lícito lo que produce tantas cosas ilícitas.⁷⁹

Mesmo após Eugênio ter se instalado em Roma, Bernardo o orienta a cuidar dos exemplos dados pela curia:

Importa mucho a la gloria de vuestra Santidad que todos los que tenéis a la vista de tal suerte estén ordenados, de tal suerte instruídos, que sean el espejo, el modelo de toda honestidad y buen orden. Es necesario que, con ventajas sobre los demás, sean expeditos para los oficios, idóneos para los sacramentos, solícitos para instruir al pueblo, circunspectos para conservarse a sí mismos en toda castidad.⁸⁰

Para garantir a reforma da Igreja, o Papa deve utilizar sua *auctoritas*, cuidando da Cúria, dos prelados e da garantia de manutenção do caráter universal da Igreja. Salienta-se aqui que a reforma da Igreja pretendia espiritualizar também toda a sociedade, através dessa profunda modificação, a Igreja se libertaria da tutela dos príncipes seculares e dos Imperadores germânicos. Portanto, a Igreja deveria ser o berço do maior exemplo moral:

Resta que se extienda vuestra consideración al estado universal de la Iglesia para ver si los pueblos están sujetos al clero, el clero a los sacerdotes, los sacerdotes a Dios, con la humildad que es debida; si en los monasterios se guarda el orden, si está en vigor su disciplina; si las censuras de la Iglesia están en observancia contra los malos y contra la herejía; si florecen las viñas en la honestidad y santidad de los sacerdotes; si estas flores producen fruto que debe ser la obediencia de los pueblos fieles; (...) ⁸¹

Um dos pontos importantes do tratado se refere à consideração, propriamente dita. Bernardo aconselha o Papa a estar todo o momento considerando a respeito de seu cargo, a respeito de suas ações, a respeito da direção da Igreja. Para tanto o abade faz a diferenciação do termo “considerar”, que é mais que meditar a respeito de determinado assunto.

Antes que nada, ved qué entiendo por consideración. No quiero que se entienda ser en todo lo mismo que la contemplación. Esta se dirige con especialidad a reflexionar sobre las cosas ya conocidas, la consideración a inquirir en lo desconocido. Según lo cual se puede definir la contemplación diciendo que es una verdadera y cierta vista del ánimo acerca de alguna cosa o una idea de lo verdadero que en nada duda; mas la

⁷⁹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 4:16. p. 629. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 767.

⁸⁰ Idem. Livro IV, 2:2. p. 635. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 772.

⁸¹ Ibidem. Livro III, 5:19. p. 631. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 769.

consideración, un pensar intenso a fin de investigar las cosas o una aplicación del ánimo que busca lo verdadero. Aunque suelen tomarse recíprocamente la una por la otra.⁸²

Para Bernardo o sumo pontífice deve ocupar-se, principalmente, com a piedade e com a meditação das coisas eternas. Percebe-se nisso o cerne dos ideais do abade de Claraval: o espírito é superior a matéria e, a preocupação com a salvação eterna deve ser maior que as preocupações terrenas.

Primeramente, la meditación purifica y limpia la misma fuente de donde nace, que es el alma. Después rige las pasiones naturales, dirige las obras, corrige las faltas, compone las costumbres, hermosas y ordena la vida. Por último, da al hombre la ciencia de las cosas divinas y humanas. Esta es la que separa las cosas confusas, junta las desunidas, recoge las derramadas, penetra lo oculto, busca lo verdadero, examina lo verosímil, escudriña lo fingido y aparente. Esta es la que ordena lo venidero y reflexiona sobre lo pasado para que nada se encuentre en el corazón desareglado o falto de corrección.⁸³

Bernardo explica os pontos próprios da consideração, os quais são: considerar sobre si mesmo; sobre o que está abaixo de si; sobre o que está ao redor de si e sobre o que está acima de si. Ele discorre sobre a consideração sobre si mesmo e sobre os pontos de reflexão: *o que somos* quanto à natureza; *quem somos* enquanto pessoa e *do que somos feitos*, de que virtudes e defeitos, por fim, *qual somos* enquanto mortais e pecadores e onde devemos atuar no exercício das virtudes.

Para Bernardo o conhecimento de si é o primeiro passo para o conhecimento de Deus. O homem é o “receptáculo da misericórdia divina” e é através da consideração de si mesmo que ele percebe essa sua condição. “Como a perfeição cisterciense é fruto de um trabalho **sobre si mesmo** levado até as profundezas da carne e como ali toma apoio o esforço de elevação contínua, gradual, já que, de fato, a moral de São Bernardo se enraíza numa meditação sobre a encarnação (...)”⁸⁴. (grifos nossos)

Não há, na espiritualidade de Bernardo, um lugar para o mundo exterior e para os sentidos. Toda sua ênfase está no interior do ser humano, em sua alma. É preciso

⁸² CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro II, 2:5. p. 599. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 745.

⁸³ Idem. Livro I, 7:8. p. 590. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 737.

⁸⁴ DUBY, G. Opus cit., 1990. p. 81.

voltar ao interior de si, e a partir daí, começar o trabalho de salvação. Somente assim, a alma conhecerá sua miséria e se humilhará. O conhecimento de si é o primeiro passo para o conhecimento de Deus, pois o homem descobre-se, em sua miséria, como digno da misericórdia divina. Essa busca espiritual exige a mortificação dos sentidos – tanto quanto permite a fragilidade física dos corpos humanos – através de jejuns, penitências, vigílias e autoflagelação. Portanto, o mais elevado grau de contemplação é atingido por aquele que despreza o uso das coisas visíveis e dos sentidos. Esse é o caminho para chegar a Deus.

O abade de Claraval explica as quatro principais virtudes: prudência, fortaleza, temperança e justiça. Bernardo afirma que do exercício da piedade e da contemplação nascem essas quatro virtudes. A primeira delas é a prudência, da qual surge a fortaleza. Desta, nasce a temperança que dá origem à justiça. Segundo o abade de Claraval, essas quatro virtudes devem ser diariamente exercitadas pelo sumo pontífice.

(...) la prudencia es madre de la fortaleza (...)Esta [a fortaleza] es la que, sentada como juez para dar sentencia entre los deleites y las necesidades, señala su término a cada una de las partes, dando a las necesidades lo que basta y quitando a los deleites lo que sobra. Haciendo esto, cría y forma otra tercera virtud, que es la templanza. Sin duda, la misma consideración tiene por destemplado tanto al que se niega a sí mismo tenazmente lo necesario como al que se regala con lo superfluo. No consiste, pues, la templanza solamente en cercenar[sic] las cosas superfluas, sino también en advertir las necesarias. (...)

Tratando de la justicia, que es una de las cuatro virtudes, ¿no es cierto que por medio de la consideración se dispone el ánimo para adquirirla? Es necesario, sin duda, que el hombre se considere primeramente a sí para sacar de sí mismo la norma de la justicia, no debendo hacer con otro lo que no quiere que hagan con él y no debiendo negar a los demás lo que quiere que hagan con él⁸⁵. Es claro que en estas dos cosas consiste el ser completo de la justicia.

(...) la justicia le busca, la prudencia le halla, la fortaleza le defiende, la templanza le posee. No me he propuesto hacer aquí un retrato de las virtudes, pero he dicho esto con el fin de exhortaros a que os empleéis en la consideración, por cuyo medio se advierten estas y semejantes cosas. No ocupar en tan piadoso y útil ocio alguna parte de la vida, ¿no es perder la vida? ⁸⁶

Três anos mais tarde, o abade de Claraval retoma a defesa da “fortaleza”:

⁸⁵ “Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles. Esta é a lei e os profetas” (Mateus 7:12)

⁸⁶ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro I, 8:9-10. p. 591. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 734.

Ciertamente, el ministro del Señor debe imitarle, pues dice él mismo: *El que me sirve, sígame*⁸⁷. De él está escrito: *El Señor ha reinado; se ha revestido de hermosura y de fortaleza*⁸⁸. Sed fuerte en la fe, hermoso en la gloria, y habréis dado pruebas de imitador del Señor. Vuestra fortaleza es la confianza de una conciencia fiel; vuestra hermosura, el resplandor de una buena opinión. Hacedlo así os ruego; revestíos de fortaleza, pues la fortaleza es el gozo del Señor.⁸⁹

Bernardo ainda orienta o Papa a considerar sobre os erros dos seus antecessores seguindo o exemplo dos antigos pontífices. Acreditamos que Bernardo estivesse exortando Eugênio a seguir as propostas da reforma gregoriana e os exemplos dos papas reformistas.

No lo acostumbraron a hacer así vuestros predecesores; seríais molesto a muchos, pareciendo que os desviabais súbitamente de las huellas de los Padres; sin duda parecería que hacíais esto para censurar su conducta. Os notarían también con el vulgar proverbio: *El que hace lo que nadie hace, a todos hace admirar*; dirán que sólo pretendíais excitar la atención para que admirasen vuestras cosas. Ni podéis tampoco corregir de un golpe lo que otros han errado, ni reducir a orden y modo los excesos. Más adelante podréis tomaros tiempo para trabajar poco a poco y según las coyunturas, valiéndose de la sabiduría que Dios os ha dado. Entre tanto, usad del mal de otro para sacar el bien que se pueda. Aunque, si de los buenos y no precisamente de los nuevos hemos de tomar ejemplo, no han faltado romanos pontífices que supieron hallar ocios entre los mayores negocios.⁹⁰

Bernardo ressalta que o Papa deve ser austero quanto a sua vestimenta e do zelo por seu cargo.

¿Por qué habíais de empuñar de nuevo la espada que os mandaron volver a la vaina? La cual, sin embargo, si alguno niega que es vuestra, no me parece que atiende bien a las palabras del Señor, que dice así: *Vuelve tu espada a la vaina. Vuestra es*, pues, ella también, **debiendo desenvainarse quizá a vuestra insinuación, no con vuestra mano**. De otra suerte, si n perteneciera a vos cuando dijeron los discípulos: *He aquí dos espadas*, no hubiera respondido el Señor: *Bastante es*. Sino demasiado. Una y otra espada, es a saber, la espiritual y a la material, son de la Iglesia; pero ésta ciertamente se debe esgrimir a favor de la Iglesia, y aquella por la misma Iglesia; aquella por la mano del sacerdote, ésta por la del soldado, pero a la insinuación del sacerdote y al mandato del rey.⁹¹

⁸⁷ “Se alguém me quer servir, siga-me; e, onde eu estiver, estará ali também o meu servo. Se alguém me serve, meu Pai o honrará” (João 12:26)

⁸⁸ “O Senhor é rei e se revestiu de majestade, ele se cingiu com um cinto de poder. A terra, que com firmeza ele estabeleceu, não será abalada” (Salmos 92:1)

⁸⁹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro III, 4:14. p. 627. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 766.

⁹⁰ Idem. Livro I, 9:12. p. 593. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 739.

⁹¹ CLARAVAL, S. Bernardo de. Opus cit., 1953. Livro IV, 3:7. p. 639. Também em *PL. Tomus CLXXXII*. p. 776.

O livro V trata das considerações místicas, a respeito do que está acima de nós, ou seja, Deus. Retrata os vários graus de consideração. Nele Bernardo assegura que a respeito de Deus e dos anjos podemos considerar através da fé, da opinião e pela inteligência. O abade explica os meios pelos quais devemos considerar sobre os anjos e, no seguinte, há a explicação de que os dons angelicais são provenientes de Deus.

Bernardo faz uma longa explanação sobre o princípio e a essência que convém a Deus. Nesse livro há a explicação teológica a respeito da trindade, que Deus é uno e trino ao mesmo tempo. Explana sobre as pessoas em Deus, suas propriedades, sua essência una e a natureza de Deus e de Cristo, asseverando que a parábola das três medidas de farinha, existente no evangelho de São Mateus, explica a natureza de Cristo. Bernardo discorre sobre a “longitude”, a “latitude”, a profundidade e a sublimidade de Deus. Bernardo encerra a obra ensinando como compreendemos o que foi dito sobre Deus.

A respeito do tratado *De Consideratione*, cumpre ressaltar que ao longo dos cinco livros Bernardo tece uma série de aconselhamentos ao Papa, desde os assuntos sobre os quais refletir, até o modo de vestir-se, desta forma ele propôs um modelo de Papa. Verificando as explicações, feitas por Mietke⁹², a respeito das obras consideradas “espelhos de príncipes”, pode-se levantar a seguinte definição: o tratado *Sobre a Consideração* pode ser considerado uma espécie de “espelho de pontífice”. E por fim, salienta-se que a existência de representações do poder político e religioso estão intrinsecamente relacionados dentro desse contexto de Papado medieval. Relação que pode ser aferida com o estabelecimento de correspondências entre as instâncias discursivas presentes na obra analisada que, – especificamente no campo do ideário religioso e político da Alta Idade Média – implicaria numa legitimação da hierarquia social, dando-lhe lógica baseada em “verdades” e saberes instituídos, imbuídos de valores determinados presentes no contexto de produção da obra analisada.

⁹² MIETHKE, J. Opus cit.

Nesse tratado, Bernardo procurou melhor definir o verdadeiro papel do Sumo Pontífice enquanto chefe da Igreja, “relembrando” ao Papa que os assuntos espirituais são muito mais importantes ao sacerdócio que os temporais, além de salientar que os problemas com os quais o Papado estava envolvido eram incompatíveis com seu *status*, sendo indignos de sua atenção, pois o afastavam de sua missão principal.

A historiografia sustenta que o abade de Claraval foi um dos mais ferrenhos defensores da supremacia da Igreja e da *auctoritas* papal. Todavia, o tratado *Sobre a Consideração* foi “relido”, posteriormente, conforme os interesses em questão e utilizado pelos teóricos⁹³ da hierocracia papal para sustentar a tese de que o Papa exercia, ou deveria exercer uma superioridade com relação aos poderes temporais.

Não há qualquer dúvida de que textos⁹⁴, cuja finalidade era apenas ressaltar o específico poder papal relativo ao governo da Igreja, hajam sido entendidos, mediante um processo habitual na Baixa e Tardia Idade Média, como respeitantes ao exercício do supremo poder político do Sumo Pontífice sobre a Cristandade, dado que, aos poucos, (...) esta passou a ser identificada com aquela. E textos desse tipo nas mãos dos hierocratas se prestavam muito bem a formular uma interpretação de acordo com sua ótica e interesse político.⁹⁵

Dentre os defensores da hierocracia papal, que utilizaram os textos de Bernardo para legitimar os seus próprios, ou mesmo modificaram uma ou outra idéia do abade de Claraval, destacamos – a título de exemplo – Bonifácio VIII. Vale ressaltar que a conhecida bula *Unam Sanctam*, escrita pelo Papa Bonifácio VIII, é quase que uma paráfrase da teoria das duas espadas de Bernardo, presente no *Livro IV*:

El decreto *Unam Sanctam* de Bonifácio VIII, publicado em 1302, constituía un notable y sucinto resumen de la doctrina papal, extraída de fuentes diversas cuidadosamente unificadas. Se sirvió mucho de la Bíblia em su interpretación papal, de Cipriano, del *Seudo-Dionisio*, de **san Bernardo**, de Hugo de San Victor, de Tomás de Aquino, etc., y aunque ni uno solo de sus puntos era original, la significación del *Unam Sanctam* consistió en presentar un resumen de la doctrina política del papado. (...) el papa no empuñaba personalmente las dos espadas que poseía, sino tan sólo una, mientras que la otra era usada por los reyes (y no por los emperadores) <<por orden y

⁹³ Dentre esses teóricos da hierocracia papal destacamos Egídio Romano, Inocêncio IV, Tiago de Viterbo e Bonifácio VIII.

⁹⁴ Os autores estão se referindo, especificamente, à obra *De Consideratione*, de Bernardo de Claraval. “São Bernardo e a alegoria dos dois gládios” In: SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit., pp. 68 – 71.

⁹⁵ SOUZA, J. A. de C.R. de. e BARBOSA, J. M. Opus cit., p. 69.

con el consentimiento del papa>>, **ampliación de la tesis de san Bernardo**. (grifos nossos)⁹⁶.

Portanto o discurso de Bernardo, presente na obra *Sobre a Consideração*, estava condenando a práxis papal de exercer o domínio hierocrático e exortando-o ao exercício do poder que lhe compete, da autoridade pontifícia, ou seja, da *auctoritas*. Suas idéias defendiam a superioridade de Igreja e seu papel “acima” dos demais poderes existentes no mundo, porém, não enquanto dominadora e sim enquanto orientadora espiritual. Não nos detemos aqui a verificar como as idéias de Bernardo foram utilizadas nos períodos que se sucederam, todavia, ressaltamos que suas formulações forneceram farto alimento para os defensores da hierocracia papal.

⁹⁶ ULLMANN, W. Opus cit. p. 111.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

se a mão assegura ao homem uma apreensão sobre as coisas, a escrita eleva esta apreensão a uma potência superior; ela abre à iniciativa humana o domínio das significações, multiplicando a eficácia do pensamento e tornando possível a ação à distância no espaço e no tempo¹.

Apesar da distância espaço-temporal, a Idade Média exerce fascínio, através de seus textos, podemos apreender um pouco do que foi a sociedade medieval, de como pensavam e viviam essas pessoas. Parafraseando Le Goff², a Idade Média não fornece subsídios exatos para solucionar o tempo presente, mas, sem dúvida, nos ajuda a entendê-lo. Ao abordar os escritos de Bernardo de Claraval, e em especial a obra *Sobre a Consideração*, nos deparamos com valores e virtudes eternas. Claro está que seria um anacronismo, quiçá uma tolice, aplicar *ipsis litteris* aos dias de hoje os ensinamentos do abade de Claraval.

Contudo, em um mundo no qual as virtudes perdem seu sentido original e os valores morais se deterioram no ritmo acelerado das inovações tecnológicas, as considerações de Bernardo podem nos mostrar um caminho a ser aprendido e ensinado. Nisso consiste o trabalho do historiador, no permanente exercício de atualização, no olhar para o passado nas suas especificidades e não como coisa acabada.

Ao longo dessas páginas, procuramos detectar as especificidades do período vivido por Bernardo de Claraval, ou seja, a primeira metade do século XII. Entendemos que as questões verificadas não se iniciam nem se encerram no século XII, apesar da delimitação temporal auxiliar o aprofundamento da análise, mostrou-se necessária a verificação dos processos que levaram à “reforma” do Papado.

¹ GUSDORF, Georges. **Ciência e Poder**. São Paulo: Editora Convívio, 1983, pp. 6 – 7.

² LE GOFF, J. Opus cit., 2005., p. 19.

Nosso objetivo estava na verificação das diretrizes ideológicas propostas para a figura do sumo pontífice, sugeridas na obra *Sobre a Consideração*, de Bernardo de Claraval, dentro das modificações sofridas pelo Papado e pela sociedade, no século XII, abordando o papel do próprio Bernardo e dos cistercienses dentro dessa sociedade.

Neste período, o crescimento agrícola se acelerou, o crescimento demográfico e urbano, conjugado com autênticas transformações na produção e circulação de bens, ocasionou a modificação da realidade social. Modificações visíveis também no pensamento dos homens deste período. A produção filosófica, dentro e fora dos domínios eclesiásticos se modificou. Além dessas transformações, novas relações entre os poderes temporal e espiritual começaram a se delinear – Apesar de a Igreja ter sempre sustentado uma posição bem definida relativamente a isso, somente nesse período ela passou a afirmar sua supremacia.

Esse posicionamento da Igreja pode ser considerado como um pensamento oficial – estando presentes nos pronunciamentos papais. Contudo, é apenas no século XI que alguns papas se dispõem a enfrentar, direta e concretamente, uma disputa pela sua preeminência frente ao poder temporal. Portanto, essa etapa da investigação não podia prescindir de uma exposição sumária sobre a distribuição dos poderes no âmago da sociedade medieval.

Ao longo do tempo, tal como se demonstrou a afirmação da supremacia papal não encontrou resposta pacífica entre os detentores do gládio temporal, culminando na oposição aberta entre Papado e Império – no princípio do século XI – resultando a hierarquização definida no interior da Igreja Católica, por meio da promulgação da *Dictatus Papae*, centralizando o poder no interior da instituição na figura do Pontífice, bem como firmando a autonomia da Igreja face ao Império, proibindo as investiduras laicas, condenando a simonia, o nicolaitismo e a usura, bem como estipulando a supremacia do poder papal. As teorias do poder pontifício propuseram a primazia da Igreja como intermediário na concessão do gládio temporal ao imperador.

Nesse sentido, a Reforma Gregoriana pode ser interpretada como um exemplo do uso da norma jurídica como instrumento hábil para construir a coesão interna da Igreja, assim como sua singularidade institucional. A partir desse marco, observa-se o crescimento da atividade legislativa da Igreja na formulação do direito canônico, a partir das *Decretais* de Graciano. Dessa forma, os ocupantes da cátedra pontifícia passaram a reivindicar o controle da Cristandade, tanto nos assuntos de cunho espiritual quanto nos temporais.

Portanto, o Papado, entre o século XI e o início do XIV, ocorreu a solidificação da *idéia* de teocracia e, na prática, o desenvolvimento administrativo do Papado semelhante a uma monarquia papal, com a utilização da práxis *hierocrática*. Buscamos delimitar os conceitos de *hierocracia* e *teocracia*, definindo-os, pois ambos estão interligados presentes no momento em que Bernardo escreve seu tratado. Adotamos o proposto por Marcel Pacaut que define a teocracia como uma proposta teórica e um ideal a ser perseguido pelo Papado, convivendo simultaneamente com uma práxis que era hierocrática. O Papado tinha pretensões em ser o poder supremo e a Santa Sé se organizou sob uma forma hierocrática como uma forma de instrumentalizar a reforma.

Com tudo o que foi exposto, pode-se definir o intervalo que se situa entre o pontificado de Leão IX (1049 – 1054) e o de Eugênio III (1145 – 1153) como o momento no qual o Papado fortaleceu suas prerrogativas temporais e seculares. É entre o governo desses Papas que são lançadas a bases, ou os fundamentos, da soberania pontifícia, da prática hierocrática e ocorre a tentativa de se estabelecer uma teocracia papal.

A supremacia da Igreja foi uma construção que se fundamentou sobre a centralização de prerrogativas, organização de uma rede interdependente e rigidamente hierarquizada, bem como da adoção de um discurso coeso. Dentro desse contexto, pudemos localizar o movimento monástico, que se emancipou da influência laica, passando a defender cada vez mais a superioridade da autoridade eclesiástica.

O monaquismo impulsionou a reforma do Papado, no início do século XI, assim como foi uma extensão do poder do Papado nas regiões nas quais estavam instalados os mosteiros – regiões reconquistadas na Península Ibérica e nas regiões recém-cristianizadas no Báltico Norte.

Aliado ao movimento monástico, o Papado passou então a assumir suas pretensões em ser o árbitro dos pretendentes ao trono imperial. E, à medida que o poder do Papado se fortalecia, o número de mosteiros crescia – crescimento impulsionado, conforme verificado, por uma série de fatores, como as melhorias econômicas, o crescimento demográfico e os impulsos de fuga do mundo gerados por uma verdadeira busca espiritual.

Esse crescimento trouxe a necessidade de uma reforma interna ao movimento monástico, a qual veio sob a forma cisterciense. Essa reforma consistiu-se em um esforço de reconduzir o monacato à sua pureza original. A proposta de reforma cisterciense tinha por inspiração uma vida mais simples e pobre, mais solitária e separada do mundo, mais próxima do grande modelo idealizado pelos primeiros monges.

A Ordem de Cister – foi um dos braços mais ativos da política papal na primeira metade do século XII – e sua atuação se deu, principalmente, através de Bernardo de Claraval, abade da quarta casa-mãe de Cister e principal líder cisterciense. Bernardo foi o porta-voz dos ideais cistercienses, os quais eram também seus próprios ideais.

Bernardo de Claraval foi, sem dúvida, um dos cistercienses de maior prestígio e influência sobre a sociedade européia da primeira metade do século XII, não só no campo monástico, mas também na vida religiosa e civil de seu tempo. Sua atuação junto ao papado consolidou sua posição de prestígio na sociedade de seu tempo. Suas obras refletem a tradição patrística e a doutrina paulina, sendo ele, portanto, um verdadeiro herdeiro do neoplatonismo.

Durante todo o abaciado de Bernardo ele cuidou dos aspectos da rígida observância da Regra de São Bento e da severa manutenção dos princípios da Ordem de Cister, na obra *Sobre a Consideração* ele transfere para a figura do pontífice o espelho do ideal monástico. Essa obra foi escrita para o Papa Eugênio III, o qual fora monge cisterciense e discípulo de Bernardo.

Através do pontificado de Eugênio III, a Ordem de Cister assumia a mais preeminente posição dentro da Cristandade Ocidental. Seu pontificado pode ser considerado como o apogeu da reforma cisterciense. Eugênio poderia transportar para a cátedra de São Pedro os ensinamentos cistercienses, conferindo à Cristandade a austeridade, rigor e ascetismo religioso buscado por Bernardo, conferindo à Igreja um caráter monástico.

A partir da Reforma Gregoriana a relação entre *Imperium* e *Sacerdotium* passa a ser definida da seguinte maneira: o poder temporal e espiritual são distintos e soberanos, cada um na sua própria área; e, a Igreja está acima dos governantes temporais, portanto, é a detentora da *potestas* e da *auctoritas*. Para Bernardo, essa formulação é correta, porém, o Pontífice delega o uso da *potestas* ao Imperador e não deve se imiscuir nos domínios puramente temporais.

Sobre o pensamento de Bernardo cumpre ressaltar que ele é o continuador das idéias reformistas, de regeneração moral e autoridade absoluta e universal da Igreja. Bernardo defende o caráter universal da Igreja e defende a ortodoxia, como veículo para garantir a autoridade da Sé Apostólica.

Portanto, a obra *Sobre a Consideração*, deve ser entendida como uma representação da tradição patrística, presente em Bernardo, e como uma leitura da representação da figura do Papa e do papel do Papado – dentro de um contexto de meados do século XII – e que expressa o que é ser Pontífice em um momento de definição de uma teoria teocrática, ainda que de cunho totalmente ideológico, e do estabelecimento um sistema hierocrático.

Ao longo desse tratado, Bernardo busca tecer um modelo a ser seguido pelo Sumo Pontífice. As admoestações vão desde a defesa da austeridade, o aconselhamento da prática de virtudes, a preocupação com as atribuições do cargo. Bernardo aponta quais as ameaças à Igreja e à Cristandade, os quais são: A quantidade exorbitante de apelações referentes aos julgamentos feitos pela Igreja, muitas consideradas por Bernardo como improcedentes e ilícitas, as quais são interpostas junto à cúria romana e aos tribunais diocesanos; A indisciplina do clero secular e regular; o relaxamento moral do clero; a desestabilização da organização eclesiástica; o uso indevido da *plenitudo potestatis in spiritualibus* da parte do Pontífice, através do abuso dos conceitos *hierocraticos*.

Bernardo afirma categoricamente que o Papado é o grande poder diretivo do mundo cristão. Entretanto, sua crítica à política hierocrática e a defesa da autoridade papal, manifesta através da *auctoritas*, fica patente na obra do abade de Claraval. Para ele, o Papa era o dirigente da Cristandade, sucessor de São Pedro, o vigário de Cristo e cabeça da Igreja, portanto detentor do poder espiritual e da suprema jurisdição no domínio temporal. Pois, o Papa é o possuidor da *auctoritas* e detentor da *potestas*. Para Bernardo isso deve sempre ser levado em conta, pois é indigno ao Papa usufruir da *potestas*, ele deve delegá-la a outros, porque possui preocupações maiores. Bernardo busca inserir na figura do pontífice um eco para o ideal de vida monástico e, principalmente, cisterciense.

No tratado *Sobre a Consideração*, Bernardo não é contrário à existência do poder temporal do Papa, para ele o Sumo pontífice possui a *potestas*, porém, deve abrir mão dela, e passá-la às mãos dos governantes temporais, para melhor exercer a *auctoritas*. Esse pensamento contribui para uma importante formulação teórica presente nesse tratado: tomando a metáfora da espada, Bernardo faz uma importante defesa da primazia da Igreja e da autoridade pontifícia.

Bernardo trata de uma série de assuntos no tratado *Sobre a Consideração*, assuntos pertinentes à conservação do ascetismo e do elevado nível moral do clero e

do Papado – ao longo dos cinco livros os aconselhamentos vão desde assuntos sobre os quais refletir. Bernardo estaria propondo um modelo de Papa.

Na obra *Sobre a Consideração*, o abade de Claraval procurou transferir para a Cátedra de São Pedro os ideais por ele defendidos, elaborando um ideal de Pontífice, enquanto chefe da Igreja e modelo a ser seguido pela Cristandade, um exemplo moral de austeridade, ascetismo e virtude. Bernardo buscou definir o papel do Papa, enquanto líder espiritual, dentro da sociedade e na chefia da Igreja, propondo ao mesmo um pleno exame de consciência. Assim sendo, ele advertiu a respeito das verdadeiras preocupações dignas de um sacerdote e compatíveis com sua posição.

Tomando como baliza as explicações a respeito das obras consideradas “espelhos de príncipes”, feitas por Mietke³, podemos considerar o tratado *De Consideratione* como um “espelho de pontífice”. E por fim, salientamos que a existência de representações do poder político e religioso estão intrinsecamente relacionados dentro desse contexto de Papado Medieval.

Esta relação pode ser aferida através do estabelecimento de correspondências entre as instâncias discursivas presentes na obra analisada que, – especificamente no campo do ideário religioso e político da Alta Idade Média – implicaria numa legitimação da hierarquia social e saberes instituídos, imbuídos de valores determinados, presentes no contexto de produção da obra de Bernardo de Claraval.

Bernardo de Claraval foi um fervoroso defensor da primazia da Igreja e do poder papal. Para ele, o Sumo Pontífice possui poder absoluto, tanto no âmbito espiritual quanto no material, ou seja, o Papa é detentor da *plenitudo potestatis in spiritualibus*. Contudo, para Bernardo, essa atribuição não capacita o Pontífice a interferir nas questões materiais, estritamente mundanas, sobre as quais os governantes temporais podem e devem cuidar.

³ MIETHKE, J. Opus cit.

Portanto, Bernardo criticava duramente as atitudes hierocráticas e asseverava o exercício da autoridade pontifícia sobre os assuntos que são próprios de sua dignidade sacerdotal: o direcionamento da Cristandade, a manutenção da unidade da Igreja, a salvação de almas, o cuidado com as atividades dos prelados superiores da Igreja, a evangelização, dentre outros. O abade de Claraval defendia a máxima autoridade do Pontífice – o Papa é o detentor da *auctoritas* – sendo o poder que está “acima dos demais poderes existentes no mundo. Todavia, isso não conferia ao Papa o direito de dominação e controle sobre os demais, apenas assegurava sua missão excelsa de direcionar espiritualmente a Cristandade.

Entretanto, a obra *Sobre a Consideração*, foi posteriormente utilizada por teóricos da hierocracia papal como embasamento das idéias a respeito do supremo poder político do Papa sobre a Cristandade. Na presente pesquisa, não procuramos verificar a respeito da repercussão das idéias de Bernardo nos séculos seguintes nem sobre os desdobramentos que suas idéias tiveram nos períodos que se sucederam. Todavia, destacamos que suas formulações foram posteriormente “relidas” conforme os interesses em questão e forneceram farta bagagem para os teóricos e defensores da hierocracia papal.

5. REFERÊNCIAS

5.1 FONTES

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BERNARDO DE CLAIRVAUX. **Obras Selectas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1947.

_____. **Obras Completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

_____. **La Virgen Madre**. Madrid: Ediciones Rialp, 1987.

_____. PATROLOGIAE CURSUS COMPLETUS. Patrologiae Tomus CLXXXII – CLXXXV. S.Bernardus Abbas Clarae-Vallensis. **Opera Omnia**. Paris: Excudebatur et Venit Apud J.P. Migne Editorem, 1854. Vol.I – IV.

CÍCERO. **Da República**. VI: 18. In: OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GELÁSIO I, Papa. “Ad Anastasium Imperatorem e Anathematis vinculo”. In: PATROLOGIAE CURSUS COMPLETUS. Patrologiae Tomus LIX. Paris: Excudebatur et Venit Apud J.P. Migne Editorem, 1854. (pp. 42, 108-109)

SÃO BENTO. **Regra do Glorioso Patriarca São Bento**. Singeverga: Mosteiro de Singeverga, 1951.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda Áurea**: Vida de santos. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

5.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Ernst. **Arquitectura Medieval**. Vol. II. Lisboa: Verbo, 1970.

ARNAULD, Dominique. **Histoire du christianisme en Afrique** : Les sept premier siècles. Paris : Karthala, s/d. Disponível em <http://books.google.com/books>.

ARÓSTEGUI, Julio. Símbolo, palabra y algoritmo. Cultura e historia em tiempo de crisis. In: ACTA SALMANTICENSIA. **Jornadas de estudios históricos**. Estudios Históricos e Geográficos nº 94. Salamanca: Universidade de salamanca, 1995.

ARQUILLIÈRE, H.-X. **L'Augustinisme Politique**. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, 1972.

BARBOSA, R. **O Papa e o Concílio**. Rio de Janeiro: Elos, 1974.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Os Papass na Idade Média**. Lisboa: Verbo, 1972.

BERLIOZ, Jacques. **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

BLOCH, Marc. L. B. **A sociedade feudal**. Paris: Albin Michel, 1968.

_____. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brassília, 1986.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo : Edusp, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003.

BOULENGER, A. **Historia de la Iglesia**. Barcelona: Litúrgica espanhola, 1954.

BURNS, James Henderson. **Histoire de la pensée politique médiévale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 1984.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COSTA, Ricardo. Cluny: Jerusalém encarnada. In: **Mirabilia**: Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval. ISSN 1676-5818
<http://www.ricardocosta.com/pub/cluny.htm>.

DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. **Nova História da Igreja**. Dos primórdios a São Gregório Magno. Petrópolis: Vozes, 1973.

DAWSON, Christopher. **Historia de la Cultura Cristiana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

DELARUELLE, E. LABANDE, E. R. e OURLIAC, Paul. **Espiritualidad y política en la Edad Media**. Volume XIII da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

DEMARTINI, Paulo Celso. (Pe. O.Cist.) Tradução do original. **Ordine Cistercense - Nono Centenario dalla Fondazione: 1098-1998**. Manuscrito gentilmente cedido pelo Mosteiro Trapista Nossa Senhora do Novo Mundo.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982

_____. **Idade Média, idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O tempo das catedrais**. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. **São Bernardo e a Arte Cisterciense**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

DUBY, Georges e LACLOTTE, Michel. **História artística da Europa – A idade média**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DUFFY, Eamon. **Santos & Pecadores**: História dos Papas. São Paulo: Casac & Naify, 1998.

FERNANDES, Fátima Regina. “As Cruzadas na Idade Média”. In: MAGNOLOI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 99 – 129.

FERNANDES, Fátima Regina e FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. **Os Papas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FLICHE, Agustín. **Reforma Gregoriana y Reconquista**. Volume VIII da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

FLICHE, Agustín, FOREVILLE, Raymunda e ROSSET, Juan. **Las cruzadas**. Volume IX da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

FLICHE, Agustín, THOUZELLIER, Cristina e AZAIS, Yvonne. **La cristandad romana**. Volume X da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

FOREST, A. STEENBEGHEN, F. van e GANDILLAC, M. de. **El pensamiento medieval**. Volume XIV da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 3. ed. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Peregrinos, monges e guerreiros**. São Paulo: HUICITEC, 1990.

_____. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000.

FROSSARD, André. **O Sal da Terra**. As grandes Ordens Religiosas. São Paulo: Herder, 1965.

GOSSELIN, Jean Edmé Auguste. **Pouvoir du Pape au Moyen Age**. Paris: Librairie classique de Perisse frères, 1845.

GOYAU, Georges. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GUIMARÃES, Irineu (trad.) **Os Cistercienses: Documentos Primitivos**. São Paulo: Musa; Rio de Janeiro: Lúmen Christi – Mosteiro de São Bento, 1997.

GUSDORF, Georges. **Ciência e Poder**. São Paulo: Editora Convívio, 1983.

GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça**. Estudo Histórico-arqueológico. Lisboa: Horizonte, 1992.

HEERS, Jacques. **História medieval**. São Paulo: DIFEL, 1974.

HILAIRE, Yves-Marie. **Histoire de la papauté: 2000 ans de mission et de tribulations**. Paris: Tallandier, 1996.

HUGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Dominus, 1962.

IZIDORO, José Luiz. **O problema da identidade no cristianismo primitivo: Interação, conflitos e desafios**. São Bernardo do Campo – SP: Oracula, 2007.

KINGHOST. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível no endereço eletrônico <http://www.kinghost.com.br/dicionario>

KNOWLES, David e OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja – Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LANE, T. **Pensamento Cristão : dos primórdios à Idade Média**. São Paulo: Abba Press, 1999.

LE BRAS, Gabriel. **La Iglesia Medieval**. Volume XII da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989

_____. **A civilização do Ocidente medieval**. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

_____. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: 70 edições, 1983.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

LEKAI, Louis. **Los Cistercienses**. Barcelona: Helder, 1987.

LLORCA, Bernardino. **História de la Iglesia Católica**. Tomo I. Edad Antigua. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MANZANARES, César Vidal. **Dicionário de Patrologia**. Aparecida(SP): Santuário, 1992.

MARAVAL, Pierre. “Le monachisme oriental”. In: MAYEUR, J. M. et al. *Histoire du christianisme*. Paris: Desclée, 1995. pp.719-745.

MARCHI, Euclides. Poder e Religião: articulações e práticas. In: **JORNADAS 2003**. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder: 8 anos. Caderno de Textos. 8 a 10 de outubro de 2003. UFPR.

MARTINS, Antônio Henrique Campolina. “A Cidade de Deus”. In: **Revista Política** (Vol. 6, Número 2, Novembro/2003) – http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/6_2_campolina.htm.

MCBRIEN, Richard. **Os Papas** – de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000.

MERTON, Thomas. **Bernardo de Claraval**. Petrópolis: Vozes, 1958.

MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Biblos, 1993.

MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). **Mudanças e Rumos: O Ocidente Medieval**. Cotia-SP: Íbis, 1997.

_____. **Trivium & quadrivium: as artes liberais na Idade Média**. Cotia-SP: Íbis, 1999.

OLIVEIRA, Nuno Villamariz. **O Ideário de São Bernardo e a sua Influência na Arquitectura Militar Templária**. Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova Lisboa. Medievalista on-line. Ano 2, nº2 – 2006. Disponível em www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista.

OLIVEIRA E SILVA, Ana Luiza de. **Nova configuração da Inquisição entre Iluminados e Iluministas**. Portugal (1680-1750). Dissertação de mestrado a ser apresentada à Universidade do Estado de São Paulo em 2008. Original gentilmente cedido pela autora.

ORLANDI, E. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª edição, 3ª reimpressão - Campinas: Pontes, 2003

PACAUT, Marcel. **La Papauté, des origines au concile de Trente**. Paris: Fayard, 1976.

_____. **La Théocratie**. L'Église et le Pouvoir au Moyen Âge. Paris: Desclée, 1989.

_____. **Les ordres monastiques et religieux au Moyen Âge**. Paris: Fernand Nathan, s/d.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e documentos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja Católica**. Madrid: Planeta, s/d.

PUENTE OJEDA, Gonzalo. **Ideologia e História**. La formación del cristianismo como fenómeno ideológico. Madrid: Siglo XXI, 1974.

QUASTEN, Johannes. **Patrologia**. I Padri Latini (secoli IV – V). Institutum Patristicum Agostinianum. Vol. III – Dal Concilio de Niceia(325) al Concilio di Calcedonia(451). Roma: Marietti, 1978.

REIS, C.e LOPES, A C. M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RIBADENEIRA, Pedro. Vida de San Bernardo. In: Bernardo de Claraval. **Obras Completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

RICHÉ, Pierre. **Vida de São Bernardo**. São Paulo: Loyola, 1991.

ROUX, Julie. **Les Cisterciens. Vic-en-Bigorre Cedex – France: MSM: 2005.**

RUNCIMAN, Steven. **A Civilização bizantina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SANCHIS, Juan e SCHENK, Juan E. **Compendio de la Historia de los Papas: 2000 años de Historia de la Iglesia**. Valencia: Guada Litograia S.L., 2000.

SANTOS, Georgina Silva dos. **Ofício e sangue: o papel da irmandade de São Jorge nas culturas de ofício da Lisboa Moderna**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo em 2002

SANTOS, Luis Alberto Ruas. **Um monge que se impôs a seu tempo: pequena introdução com antologia à vida e obra de São Bernardo de Claraval**. São Paulo: Musa; Rio de Janeiro: Lúmen Christi, 2001.

SANTOS JUNIOR, Manoel Evangelista dos. **Os Pontífices**. São Paulo: Loyola, 2001.

SCHENK, Juan Eduardo. **Centralizacion Pontificia Y tendencias nacionales**. Volume XI da coleção Historia de la Iglesia, organizada por FLICHE, Agustín e MARTIN, Victor. Valencia: EDICPE, s.d.

SGARBOSSA, Mario. **Os santos e os beatos: da Igreja do Ocidente e do Oriente**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. In: **Cronos: Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

SORIA, José Manuel Nieto. La renovación de la Historia Política en la investigación medieval: las relaciones de poder. In: **Relaciones de Poder en Castilla: El ejemplo de Cuenca**. Cuenca: Ed. De la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

SOUZA, José Antônio C.R. (org.) **O reino e o Sacerdócio**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. **Bernardo de Claraval e Bonifácio VIII.** Braga, 2003. Original gentilmente cedido pelo autor.

SOUZA, José Antônio de C.R. de. e BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos Homens:** as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João de Quidort). Porta Alegre: EDIPUCRS, 1997.

TEJA, Ramón. **Emperadores, obispos, monjes y mujeres.** Protagonistas del cristianismo antiguo. Editorial Trota, 1999.

TEJADA, Manuel Teruel Gregório de. **Vocabulário Básico de la Historia de la Iglesia.** Barcelona: Crítica, 1993.

TINNCQ, Henri. **Os Gênios do Cristianismo:** Histórias dos profetas, de pecadores e de santos. Lisboa: Gradiva, 1999.

TOMAN, Rolf. **A Arte do Gótico.** Arquitetura – Escultura – Pintura. Köln: Könemann, 2000. e WÖLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOUCHARD, J. **História das Idéias Políticas.** Lisboa: Europa-América, 1970

ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media.** Barcelona: Ariel, 1983.

_____. **Principios de gobierno y política en la Edad Media.** Madrid: Revista de Occidente, 1971.

VAUCHEZ, André. **La espiritualidad del Occidente medieval.** Siglos VIII – XII. Madrid: Cátedra, 1985.

VILLOSLADA, Ricardo Garcia. **Historia de la Iglesia Católica.** Tomo II. Edad Media (800-1303). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média.** Bauru – SP: EDUSC, 1999.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

WIESINGER, Dom Aloísio (Abade Cisterciense). **São Bernardo:** Abade de Claraval e Doutor da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1944.

ANEXO 1

CRONOLOGIA DOS PAPAS FINAL DO SÉCULO XI E MEADOS DO SÉCULO XII

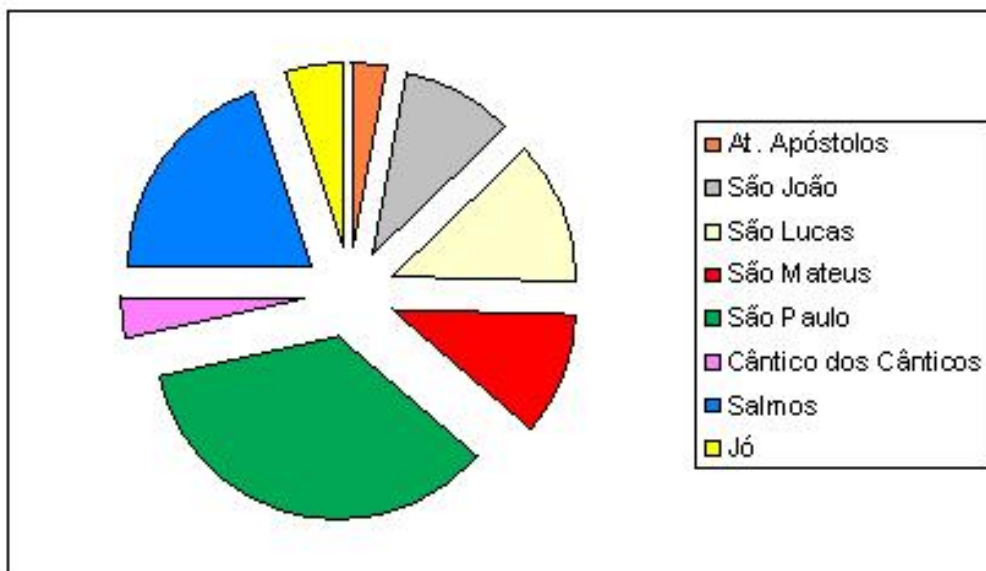
Leão IX	12 de fevereiro de 1049 – 19 de abril de 1054
Vitor II	16 de abril de 1055 – 28 de junho de 1057
Estevão X	2 de agosto de 1057 – 29 de março de 1058
Nicolau II	6 de dezembro de 1058 – 27 de julho de
Alexandre II	1 de outubro de 1061 – 21 de abril de 1073
Gregório VII	22 de abril de 1073 – 12 de maio de 1085
* Clemente III (antipapa)	25 de fevereiro de 1080 – 8 de setembro de 1100
Vitor III	24 de maio de 1086 – 16 de setembro de 1087
Urbano II	Janeiro de 1088 – 29 de julho de 1099
Pascoal II	13 de agosto de 1099 – 21 de janeiro de 1118
Gelásio II	10 de março de 1118 – 28 de janeiro de 1119
Calisto II	29 de janeiro de 1119 – 15 de dezembro de 1124
Honório II	21 de dezembro de 1124 – 13 de fevereiro de 1130
Inocência II	14 de fevereiro de 1130 – 24 de setembro de 1143
* Anacleto II (antipapa)	14 de fevereiro de 1130 – 25 de janeiro de 1138
Celestino II	8 de outubro de 1143 – 8 de março de 1144
Lucio II	12 de março de 1144 – 15 de fevereiro de 1145
Eugênio III	15 de fevereiro de 1145 – 8 de julho de 1153
Anastácio IV	9 de julho de 1153 – 3 de dezembro de 1154
Adriano IV	4 de dezembro de 1154 – 1 de setembro de 1159

ANEXO 2**CRONOLOGIA DOS IMPERADORES GERMÊNICOS
FINAL DO SÉCULO XI E MEADOS DO SÉCULO XII**

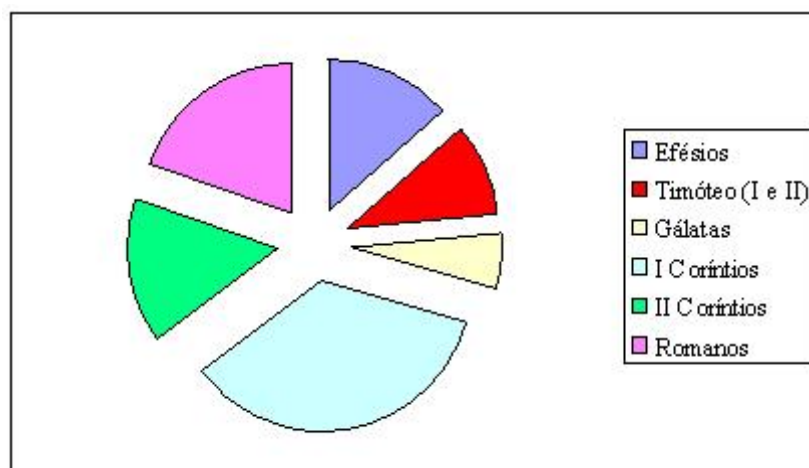
Henrique III, da Germânia	1039 – 1056
Henrique IV, da Germânia	1084 – 1105
Henrique V, da Germânia	1111 – 1125
Lotário III, da Germânia	1133 – 1137
Conrado III, de Hohestaufen	1138 – 1152
Frederico Barba Ruiva	1152 – 1190

ANEXO 3

Citações presentes na obra *Das Considerações*



Citações de São Paulo presentes na obra *Das Considerações*



ANEXO 4

**MAPA DA MÁXIMA EXTENSÃO CISTERCIENSE
NO SÉCULO XII
COM AS CASAS-MÃE**

